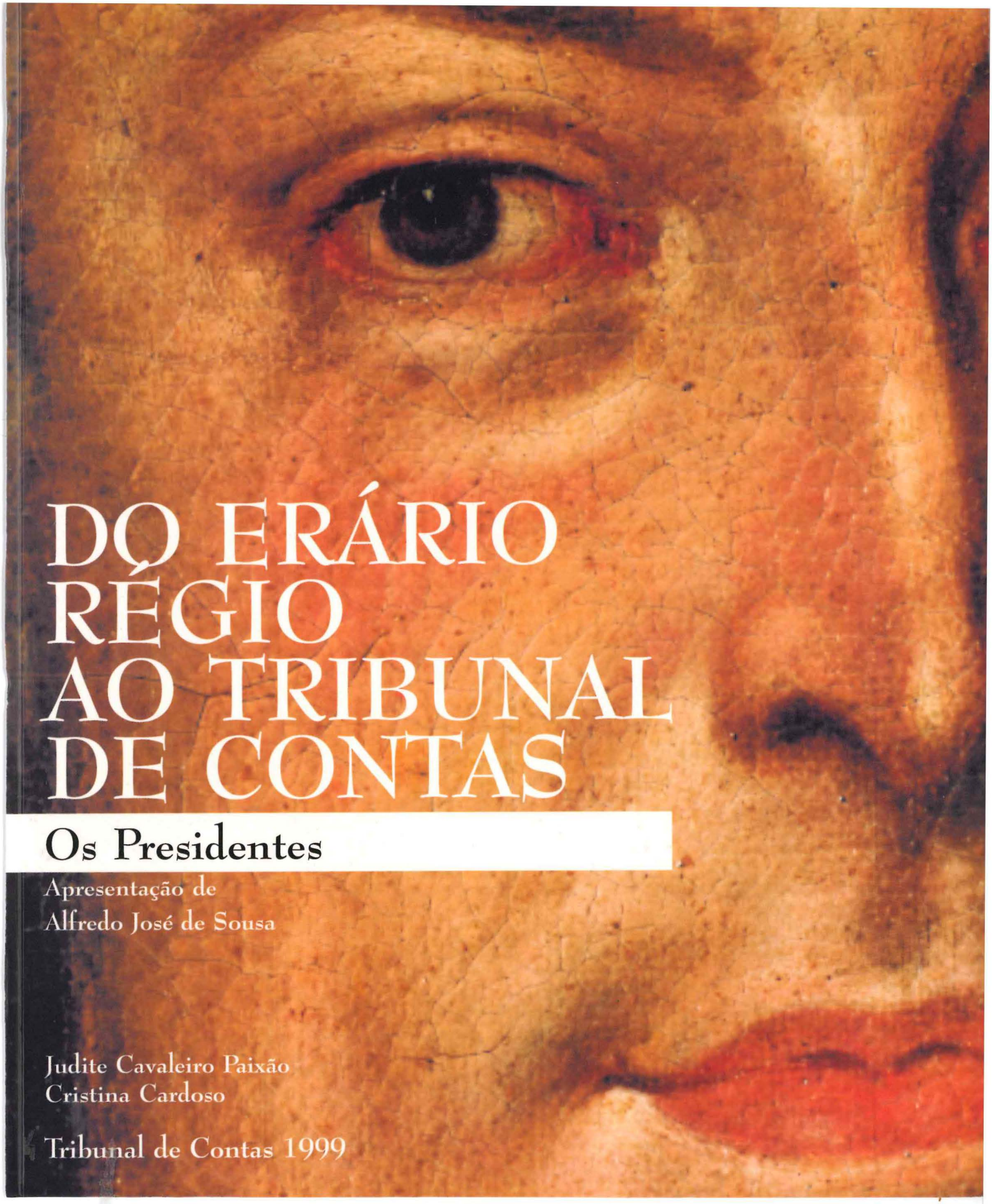


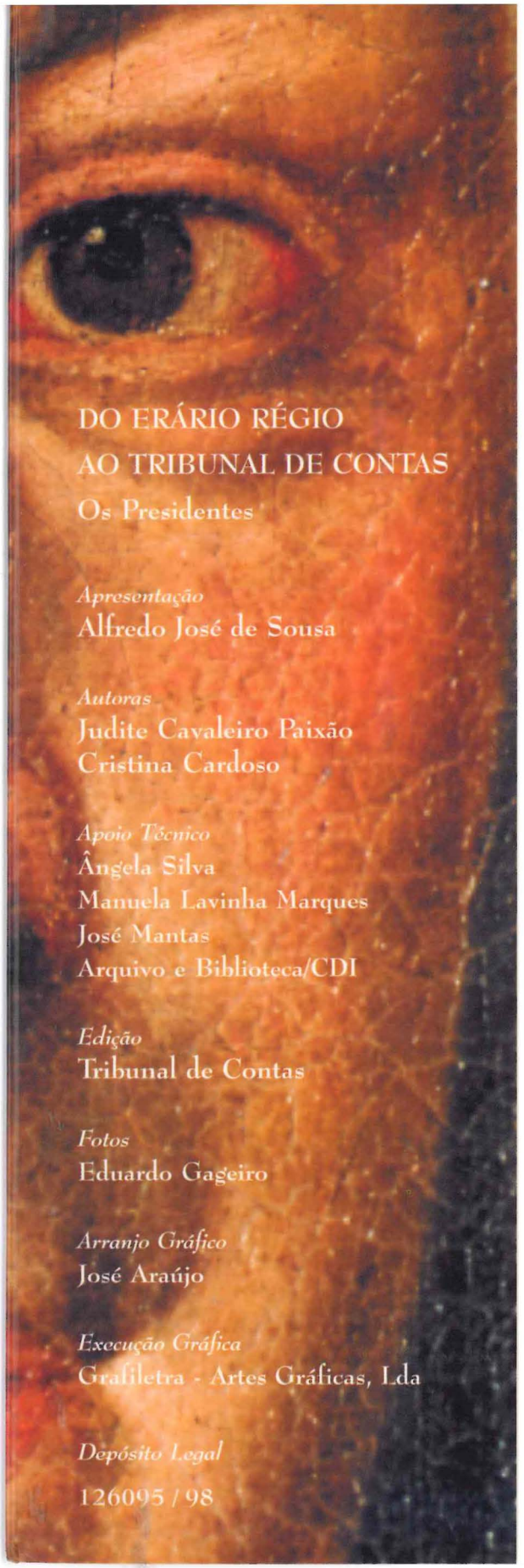
DO ERÁRIO RÉGIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Os Presidentes

Apresentação de
Alfredo José de Sousa

Judite Cavaleiro Paixão
Cristina Cardoso

Tribunal de Contas 1999



DO ERÁRIO RÉGIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Os Presidentes

Apresentação
Alfredo José de Sousa

Autoras
Judite Cavaleiro Paixão
Cristina Cardoso

Apoio Técnico
Ângela Silva
Manuela Lavinha Marques
José Mantas
Arquivo e Biblioteca/CDI

Edição
Tribunal de Contas

Fotos
Eduardo Gageiro

Arranjo Gráfico
José Araújo

Execução Gráfica
Grafiletra - Artes Gráficas, Lda

Depósito Legal
126095 / 98

DO ERÁRIO RÉGIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Os Presidentes

Apresentação de Alfredo José de Sousa

Judite Cavaleiro Paixão
Cristina Cardoso

Tribunal de Contas
1999

Judite Cavaleiro Paixão *
Cristina Cardoso **

DO ERÁRIO RÉGIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Os Presidentes

Apresentação: Alfredo José de Sousa
(Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas)

Tribunal de Contas
1999

* Directora do Arquivo e Biblioteca/Centro de Documentação e Informação do Tribunal de Contas.
** Técnica Superior do Arquivo e Biblioteca/Centro de Documentação e Informação do Tribunal de Contas.

APRESENTAÇÃO

A divulgação da actividade – passada e presente – de uma Instituição com um percurso histórico como o do Tribunal de Contas, constitucionalmente consagrado como o órgão supremo de fiscalização da actividade financeira do Estado, constitui sempre uma base válida de reflexão sobre o papel deste órgão face à administração pública portuguesa.

A existência de uma instituição superior e independente de controlo externo das finanças públicas é hoje uma característica dos Estados democráticos.

No que a Portugal respeita, o Tribunal de Contas é o sucessor de diversas instituições que, ao longo da nossa História e à semelhança do ocorrido nos restantes Estados Europeus, foram consubstanciando, entre outras, as funções de jurisdição e controlo financeiro.

Destas instituições, a primeira que teve a designação de Tribunal de Contas data de 1849 pelo que, no presente ano, se comemora os 150 anos da criação, em Portugal, do primeiro Tribunal de Contas.

A diferenciação entre a administração e o controlo de finanças públicas, hoje enraizada nos vários sistemas políticos, é já uma ideia remota, pelo menos, na Europa.

Uma das primeiras referências a esta separação de funções, ou melhor, à necessidade da função de controlo se constituir a um nível superior e independente – ou se quisermos, como uma magistratura – pode, se assim o entendermos, ressalvando o contexto histórico em que a obra foi produzida e o que era entendido por magistratura [1], ser encontrada na *Política*, de

[1] Das várias classes de funcionários que a associação política exigia as únicas e verdadeiras magistraturas seriam, segundo Aristóteles, as que dariam direito a deliberar, decidir e ordenar certas coisas.

Aristóteles :

"Lidando continuamente algumas magistraturas, e poderia dizer-se quase todas, com os fundos públicos, é absolutamente necessário que aquele que recebe e depura as contas dos outros esteja separado destes, e não tenha qualquer outro ofício que aquele. Os funcionários que desempenham este cargo denominam-se por fiscais, por examinadores, identificadores ou agentes do tesouro." [2]

Mais, de entre os oito tipos de tribunais referenciados por Aristóteles, um seria aquele a que competia "julgar nas contas e gastos públicos". [3]

O trabalho que agora se apresenta, constitui uma excelente oportunidade para dar a conhecer mais um pouco da evolução histórica do Tribunal de Contas e instituições (aqui representadas pelos seus responsáveis máximos) que, embora mais recuadas no tempo e denominadas de forma diversa, desempenharam papel idêntico no controlo das finanças públicas.

Em 16 de Agosto de 1990, o então Presidente do Tribunal de Contas e meu ilustre antecessor, Professor Doutor António de Sousa Franco, teve a feliz iniciativa de promover a realização de um estudo biográfico que se restringisse aos responsáveis de topo das várias instituições superiores de controlo financeiro.

Entretanto, um primeiro levantamento dos responsáveis máximos viria a ser alargado aos magistrados, dirigentes e funcionários (estes últimos, genericamente designados por contadores) dando origem à publicação, em 1995, do estudo intitulado *Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas*[4] .

Concluído aquele trabalho, de novo se constatou que, atendendo ao elevado

[2] ARISTÓTELES – A política. Lisboa : Presença, 1965, p. 385.
[3] Idem, ibidem, p. 353.
[4] FRANCO, António de Sousa; PAIXÃO, Judite Cavaleiro - Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas e das instituições que o precederam. Lisboa : Tribunal de Contas, 1995.

número de referências (onomásticas, acompanhadas das datas de exercício de funções), seria praticamente impossível proceder a um estudo mais particularizado de cada magistrado, dirigente ou contador de cada instituição.

Na verdade, como facilmente nos apercebemos ao folhear este livro, do elenco de figuras nele referenciadas ressaltam de imediato algumas personagens bem conhecidas da nossa História passada e recente, a par de outras que, embora não sendo tão conhecidas, marcaram a vida desta Instituição.

Convicto de que o que torna única qualquer Instituição é a sua componente humana, foi com o maior empenhamento que, desde o início do meu mandato como Presidente do Tribunal de Contas, promovi a continuação deste estudo cuja conclusão, sabíamos, dificilmente poderia - sob pena de comprometer a sua qualidade final - ocorrer num curto espaço de tempo dado que exigia uma investigação prolongada, sobretudo pela dispersão das fontes consultadas.

O projecto teve duas finalidades : a primeira delas, foi a constituição de uma Galeria de Presidentes desde o primeiro Presidente do Tribunal de Contas, criado em 1849, José Joaquim Gomes de Castro, até ao meu antecessor, passando por figuras de todos conhecidas como, por exemplo, Henrique da Gama Barros ou Amílcar da Silva Ramada Curto e que se encontra exposta no edifício-sede, em Lisboa.

A outra finalidade, foi dar à estampa esta publicação que, de certa forma, complementa e enriquece a Galeria, tanto mais que, em termos cronológicos, recua até ao primeiro Inspector-Geral do Erário Régio, o então conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo.

Sendo possível entroncar a história do Tribunal de Contas, ou melhor, das funções de fiscalização financeira de despesas públicas, na *Casa dos Contos*, cuja formação remonta a finais do séc. XIII, a delimitação temporal deste estudo ao *Erário Régio* (criado por Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761) foi, naturalmente, propositada.

De facto, é inegável que a criação do *Erário Régio* representa na história da administração financeira portuguesa, uma nova era de modernidade e de progresso.

Passo importante neste sentido, foi a adopção do método das *partidas dobradas* para lançamento das receitas e despesas, método de escrituração que, como se sabe, se relaciona estreitamente com o advento das empresas comerciais modernas.

Permitindo um melhor e mais completo conhecimento do estado das receitas e despesas, as *partidas dobradas* - ou, se preferirmos, a contabilidade digráfica – constituem um precioso instrumento administrativo de apoio à gestão e à decisão.

Desenvolvido nas repúblicas italianas, centro comercial do mundo ocidental até à deslocação deste centro para o Atlântico a partir do séc. XV, este método de escrituração é fruto de uma longa evolução do método das partidas simples que apenas permitia um balanço (resumo) incompleto das contas.

Embora já conhecido e utilizado em Veneza e noutras cidades italianas, a primeira grande obra sistematizada que se conhece sobre as partidas dobradas, terá sido o *Tratactus de Computis et Scripturis*, capítulo de uma outra obra mais vasta sobre matemática intitulada *Summa Arithmeticae, Proportionis et Proportionalitatis*, da autoria do franciscano Luca Pacioli e publicada em Veneza em 1494.[5]

Também em Portugal, as *partidas dobradas* terão sido utilizadas a partir do séc. XV, facto a que não terá sido alheio o grande desenvolvimento que o comércio à escala internacional, com centro no nosso País, teve naquela época.

[5] Vasta é a bibliografia, publicada em várias línguas, sobre a obra de Luca Pacioli .
A título de exemplo, gostaríamos de deixar a referência aos vários artigos publicados na *Revista de Contabilidade e Comércio*, reunidos numa colectânea (anexo ao vol. 52 daquela Revista).

Mas foi apenas na época pombalina que à escrituração mercantil e ao seu ensino foi atribuída maior importância.

De forma muita sucinta, e apenas tendo em vista uma melhor contextualização desta questão, podemos referir a criação pombalina da Junta do Comércio (1755) e da Aula do Comércio (cujos estatutos foram organizados em 1759), considerada a primeira instituição oficial de ensino de comércio e contabilidade na Europa.

Assim se entenderá melhor a razão de no diploma de criação do *Erário Régio* se considerar que o então adoptado método das *partidas dobradas*, ou mercantil, era o "mais breve, claro e concludente para se reger a administração das grandes sommas, sem subterfugios nos quaes a malicia ache lugar para se esconder."

Naturalmente que para pôr em prática tal determinação havia que contar com funcionários devidamente habilitados : o mesmo diploma determinava que os cargos de quatro Contadores Gerais deveriam ser providos por "pessoas que tenhão a indispensavel sciencia do calculo mercantil; que bem entendam, e pratiquem a arrumação dos Livros por Partidas dobradas."

A este cuidado com o provimento daqueles cargos, não terá sido alheia a criação, como já referimos, em Lisboa, da Aula do Comércio.

Como acima se sublinhou, comemora-se este ano o 150º aniversário do Tribunal de Contas com esta designação, que lhe foi outorgada pelo Decreto de 10 de Novembro de 1849.

Então a Europa vivia ainda as convulsões da era napoleónica. Em Portugal, os Governos sucediam-se em catadupa, as mais das vezes em resultado das crises financeiras.

A França tinha, desde 1809, a sua Cour des Comptes e em vários Estados da

Europa, como a Rússia, a Bélgica e a Hungria foram sendo criadas instituições idênticas.

Entre nós a Constituição de 1838, saída da Revolução de Setembro de 1836, passou a contemplar a existência de um Tribunal de Contas, cuja organizações e atribuições seriam reguladas por lei especial.

Só com Costa Cabral, em 1849, se leva avante a criação de um Tribunal de Contas, na sequência da reforma mais ampla da Administração Superior da Fazenda Pública.

Controlo financeiro e administração financeira agora separados, eram funções que viviam em promiscuidade nas instituições que sucederam ao Erário Régio pombalino.

Ao Tribunal de Contas, então criado, foi cometido o "julgamento das contas das receitas e despesas públicas", ficando a administração financeira atribuída à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e ao Tesouro Público.

Três notas curiosas:

A primeira, para assinalar que o Tribunal de Contas, composto por um Presidente e 6 Conselheiros nomeados pelo Rei, tomava lugar imediatamente **depois do Supremo Tribunal de Justiça** havendo paridade de "honras e prerrogativas" entre os juizes de ambas as instituições.

A segunda, para sublinhar que já então o Tribunal de Contas podia formular **recomendações** no relatório anual sobre as contas de cada Ministério com vista às respectivas "reformas e melhoramentos".

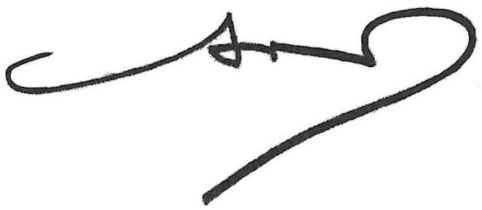
A terceira, para vincar que era já observado o **princípio do contraditório** pois que, antes do relatório anual ser apresentado ao Rei e remetido às câmaras legislativas, cada um dos Ministérios podia fazer as observações que entendesse

sobre aquelas recomendações.

A edição deste livro não pode, portanto, deixar de ser associada à comemoração desta data tão marcante na história da Instituição.

Impõe-se, por último, dar público testemunho do empenho, competência e pertinência com que a Dra Judite Paixão (e colaboradores do Arquivo Histórico e Biblioteca/Centro de Documentação e Informação) levou a bom porto esta espinhosa tarefa, contribuindo para consolidar o prestígio do Tribunal de Contas no quadro histórico do Estado português.

O Conselheiro Presidente



Alfredo José de Sousa

INTRODUÇÃO

Consciente da riqueza do seu percurso histórico - e que, no fundo, está na origem da importância que hoje detém na sociedade portuguesa - o *Tribunal de Contas* tem promovido e incentivado os estudos sobre a sua história institucional.

De facto, com o conhecimento das acções e dos procedimentos de outrora encontramos muitos elos de ligação com as acções e os procedimentos actuais, situando-os numa linha evolutiva, progressivamente estruturada, complexificada e adaptada a cada momento histórico.

Reflexo do valor que a Instituição atribui à sua história é o facto de ter, desde sempre, mantido o seu Arquivo Histórico - testemunho único da sua própria história e, portanto, da história da administração financeira do Estado português, sobretudo a partir do séc. XVIII [1] .

Nos últimos anos, vários têm sido os trabalhos publicados pelo Tribunal de Contas sobre a sua história.[2]

Num deles, ***Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas e das Instituições que o precederam*** [3], publicado em 1995, fez-se um primeiro estudo sobre os dirigentes e funcionários com funções específicas de verificação - quaisquer que tenham sido as suas designações ao longo dos tempos.

[1] A maioria da documentação de períodos anteriores ficou destruída com o incêndio que se seguiu ao terramoto de 1 de Novembro de 1755.
Refira-se igualmente que documentação relevante para a história da Instituição, do período anterior ao séc. XVIII, se encontra também no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.

[2] Neste trabalho apenas esboçamos, em traços muito genéricos, o percurso das instituições superiores de controlo financeiro em Portugal de forma a melhor contextualizar as personagens cujas biografias traçamos neste trabalho. Para um conhecimento mais aprofundado sobre estas instituições, sugerimos a consulta dos estudos que têm sido, na sua grande maioria, editados pelo Tribunal de Contas.

[3] FRANCO, António de Sousa; PAIXÃO, Judite Cavaleiro - Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas e das instituições que o precederam : finais do séc. XIII - 31/12/1992. Lisboa : Tribunal de Contas, 1995.

Já naquela publicação se aludia à elaboração de referências biográficas mas a ideia foi, na altura, abandonada porque o rigor subjacente a um estudo daquela envergadura iria demorar excessivamente a conclusão daquele trabalho.

No entanto, aquela ideia não foi esquecida, antes adiada.

Assim, e porque uma leitura, mesmo que superficial dos nomes que ocuparam os cargos de topo daquelas Instituições, permite identificar algumas personalidades destacadas da nossa História - o que evidencia a importância destas Instituições - optámos por traçar as biografias dos que efectivamente [4] presidiram às instituições que antecedem o actual Tribunal de Contas, desde o Erário Régio. [5]

Nalguns casos, serão figuras menos conhecidas mas nem por isso - ou por isso mesmo - deixou de constituir um grande desafio a localização dos respectivos elementos biográficos e iconográficos.

Os quase 3 anos que medeiam entre a publicação dos ***Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas*** ... e a presente data, parecem ser excessivos para a conclusão deste trabalho despretensioso e que, sabemos, não ser exaustivo.

Em primeiro lugar, porque surgiram outras solicitações, nomeadamente, a publicação da compilação de legislação sobre o Tribunal de Contas intitulada ***As Contas na História*** [6] que nos obrigou a um exaustivo levantamento de

[4] Ao longo deste percurso, períodos houve em que a presidência dos organismos foi exercida interinamente. Foram os casos de Silvestre Pinheiro Ferreira (em Setembro de 1821), António de Saldanha da Gama, conde de Porto Santo (em Setembro de 1825), António Manuel de Noronha, visconde de Santa Cruz (em Junho de 1827), José Jorge Loureiro(em Abril de 1836, Fevereiro de 1842 e de Junho de 1856 a Janeiro de 1857), Passos Manuel (de Novembro de 1836 a Junho de 1837), e já mais recentemente António Manuel Garcia da Fonseca e Afonso José Lucas (no período que decorreu entre o falecimento do Presidente António José Claro, em 11 de Setembro de 1931e a nomeação do Presidente seguinte, António Joaquim Ferreira da Fonseca).

[5] A designação de Presidentes nem sempre corresponde à designação oficial para cada época e para cada organismo mas, como parece ser a que, em termos gerais, melhor identifica os responsáveis máximos de cada uma, foi a que adoptámos para o título desta obra.
No entanto, identificámos sempre, para cada titular, a designação adoptada no seu registo de posse ou de nomeação.

[6] PORTUGAL. Tribunal de Contas - As contas na história : colectânea de legislação sobre o Tribunal de Contas. Apr. António de Sousa Franco. Lisboa : Tribunal de Contas, 1995. 4 vols.

fontes, quer manuscritas quer impressas, relativas à legislação sobre o Tribunal de Contas ou com ele relacionada.

Depois, porque outros trabalhos de investigação na área de Arquivo, nomeadamente do Arquivo Histórico, fundamentais para o estudo, gestão e comunicação da documentação existente foram sendo produzidos, absorveram, naturalmente, muito do nosso tempo nestes últimos anos, restando pouca disponibilidade para a continuação da preparação do trabalho que agora apresentamos.

No entanto, quer o trabalho de compilação da legislação, quer os outros trabalhos de investigação que foram sendo realizados, permitiram-nos aprofundar e clarificar alguns aspectos da história das instituições portuguesas de controlo financeiro, o que veio também enriquecer o presente estudo.

Já mais recentemente - e estreitamente relacionado com este trabalho - foi com grande satisfação que, em Outubro de 1997, foi instalada uma galeria dos Presidentes desde o Tribunal de Contas oitocentista até ao actual Tribunal de Contas, exposta numa sala de visitas da Instituição.

Naquela galeria estão retratadas as 20 figuras que desde José Joaquim Gomes de Castro, visconde de Castro (primeiro Presidente do Tribunal de Contas, em 1849) até ao Professor Doutor António de Sousa Franco (que foi Presidente do Tribunal de Contas até 1995), exerceram efectivamente a presidência das instituições e cujas notas biográficas podem ser consultadas neste trabalho que, conquanto abarque épocas mais recuadas, assim completa aquela galeria.

O trabalho atravessou várias etapas, desde a recolha de elementos biográficos e iconográficos que, se nuns casos - de que o marquês de Pombal é o mais exemplificativo - abundavam, noutros escasseavam.

Nesta fase, estabelecemos inúmeros contactos no País e no estrangeiro, quase tecendo uma *teia* que nos permitiu, muitas vezes, localizar e recolher elementos onde nada fazia supor que de facto existissem.

Nalguns casos, deslocámo-nos inclusivamente às localidades de origem ou à qual tivessem estado ligadas as figuras que estudávamos, tentando, muitas vezes identificar descendentes cujo paradeiro desconhecíamos.

Casos houve também em que uma vez localizados os familiares, estes desconheciam aquele seu antepassado, tendo sido nós próprios a fornecer-lhes as informações que já possuíamos.

A título de curiosidade, refira-se o caso de António de Paiva Pereira da Silva, que foi Presidente do Tribunal de Contas entre 1868 e 1878, e do qual possuíamos poucos dados biográficos e nenhum iconográfico.

Apesar de todas as diligências que efectuámos em Lamego (de onde era natural o seu genro e que era, inicialmente, uma das poucas pistas que tínhamos) foi somente na sequência de pesquisa efectuadas nos cemitérios existentes em Lisboa à data do seu falecimento que conseguimos localizar os seus descendentes, a partir da consulta dos registos dos jazigos.

Localizados os proprietários do jazigo, foi assim possível chegar aos seus descendentes e obter mais elementos iconográficos e também um retrato de António de Paiva Pereira da Silva.

Outro caso interessante foi o de Manuel António de Carvalho, barão de Chanceleiros, do qual não conseguíamos encontrar qualquer elemento iconográfico apesar dos contactos com a família, na região da qual era natural, com as instituições às quais esteve ligado ou apesar das consultas a obras da época em que viveu e exerceu cargos públicos.

Sabendo que residiu numa quinta em Alenquer concentrámos as nossas pesquisas naquela região.

Na sequência de contactos com instituições e estudiosos de Alenquer, soubemos que a quinta na qual vivera já não pertence à família pelo que já não existirão descendentes na região.

Consultando várias obras sobre Alenquer na época em que o barão de Chanceleiros lá residiu, apercebemo-nos de que manteve relações de amizade com uma família da região cujos descendentes ainda hoje lá residem.

E foi através do contacto com esta família que obtivemos mais elementos biográficos e o único elemento iconográfico que conseguimos detectar e que agora reproduzimos.

Ainda outro caso com interesse foi o de Venâncio Pinto do Rego Ceia Trigueiros, barão de Porto de Mós, Presidente do Tribunal de Contas entre 1858 e 1864 que, por não ter descendentes directos, deixou os seus bens a Francisco Tavares de Almeida Proença (natural do concelho da Covilhã) de quem era amigo e correligionário político.

Uma filha deste último viria a casar com um neto dos marqueses de Rio Maior. Por este motivo o único elemento iconográfico do barão de Porto de Mós que conseguimos localizar, está na posse da família do actual marquês de Rio Maior.

Relatar com detalhe todos os outros casos e, especialmente, mencionar os inúmeros contactos (com instituições, investigadores e famílias) e toda a documentação consultada, seria fastidioso e quase impossível de concretizar.

Na esfera institucional, este projecto foi, desde o início, acarinhado e a sua

execução estimulada a todos os níveis.

Permitimo-nos destacar o apoio, sempre traduzido na disponibilização dos meios necessários, de Sua Excelência o Senhor Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Alfredo José de Sousa – a quem agradecemos igualmente o texto de apresentação deste trabalho – e do Exmº Senhor Director-Geral do Tribunal de Contas, Dr. José Tavares.

Da mesma forma, não podemos deixar de manifestar a nossa gratidão, pelo incentivo e acompanhamento da fase inicial deste trabalho, ao anterior Presidente do Tribunal de Contas, Senhor Professor Doutor António de Sousa Franco.

Não podemos, ainda, deixar de salientar que este trabalho, para além da pesquisa e investigação, muito deve à colaboração de muitos descendentes dos biografados, das instituições, particulares e investigadores contactados que não hesitaram em facultar-nos todos os elementos de que dispunham com toda a boa-vontade, disponibilidade e interesse, o que nos permitiu reunir e apresentar alguns elementos que, de outra forma, não seriam localizáveis.

Nalguns casos, não obstante o grande empenho e interesse das famílias, não foi mesmo possível localizar elementos iconográficos.

São os casos, por exemplo, de Pedro de Melo da Cunha Mendonça e Meneses (2º Marquês de Olhão e 2º Conde de Castro Marim) e de Diogo de Meneses d'Eça (3º conde da Lousã), cujas famílias possuem vários elementos iconográficos dos seus antepassados mas que não dispõem de qualquer elemento daqueles que exerceram a presidência das instituições que estudámos.

Uma consulta da lista das instituições e dos particulares contactados e da bibliografia indicada no final da obra, poderá dar uma ideia das diligências que empreendemos.

A todos os mencionados, conscientes que estamos de que sem a sua cooperação, o trabalho não seria realizável, os nossos agradecimentos.

Estamos convictas de que com a publicação deste trabalho e a sua divulgação alargada, muitos outros contributos poderão ser recolhidos, nomeadamente os elementos iconográficos em falta. Todas essas possíveis contribuições serão bem acolhidas e, com certeza, permitirão enriquecer o trabalho agora apresentado.

Por fim, alguns esclarecimentos quanto a algumas das opções que tomámos.

Em primeiro lugar, devemos referir que a concisão das biografias foi propositada, porque procurámos manter uma certa uniformidade de tratamento e realçar sobretudo os aspectos relacionados com a história do Tribunal de Contas.

Também foi uma opção incluirmos apenas as referências das figuras que exerceram efectivamente a presidência das instituições. Assim, estarão justificados alguns hiatos temporais que correspondem aos períodos em que a presidência não foi efectiva, ou realmente, exercida.

De referir ainda que algumas das personalidades biografadas exerceram por mais do que uma vez os cargos máximos em cada Instituição. Naturalmente que, embora obedecendo o trabalho a uma ordem cronológica, são aquelas figuras referenciadas apenas na sequência que corresponde à primeira vez que ocuparam o cargo.

Quanto ao período em que a Corte esteve no Brasil, optámos por referenciar não só as figuras que ocuparam a presidência do *Erário Régio* em Portugal mas também as que presidiram ao *Real Erário*, criado no Rio de Janeiro, enquanto D. João VI aí manteve a Corte.

BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLO FINANCEIRO EM PORTUGAL

Desde a *Casa dos Contos*, cuja existência remonta ao reinado de D. Dinis e cuja formalização ocorre no reinado de D. João I com a publicação do 1º Regimento (datado de 5 de Julho de 1389), até ao *Tribunal de Contas* dos nossos dias, passaram mais de 600 anos em que assistimos à progressiva separação das funções de gestão das funções de controlo das finanças públicas e, por fim, já nos anos mais recentes, à crescente independência desta última função como uma das garantias do regime democrático em que hoje vivemos.

Nestes seis séculos, entre os remotos *Contos* e o actual *Tribunal de Contas*, várias foram as designações das instituições que asseguraram aquelas funções.

Os *Contos*, primeiro órgão de ordenação e fiscalização das receitas e despesas do Estado, sobreviveram - com naturais alterações na sua estrutura e competências - mais de 4 séculos, acompanhando a consolidação e expansão de um Estado.

Aos *Contos*, sucedeu o *Erário Régio*, criação pombalina que procurava dar resposta às exigências de um regime altamente centralizador. Neste novo organismo, criado em 22 de Dezembro de 1761, deveriam dar entrada todas as receitas da Coroa e dele deveriam sair os fundos para as despesas públicas.

Mantendo-se o secretismo em torno das contas públicas, presidia ao *Erário Régio*, um Inspector-geral, tendo este cargo sido ocupado, pela primeira vez, por Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras.

Inicialmente composto por 4 Contadorias [1], com distintas competências

[1] A saber: a Contadoria da Corte e Província da Estremadura, a Contadoria das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira, a Contadoria da África Ocidental, Maranhão e Baía e a Contadoria da África Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa.

territoriais, no *Erário Régio* foi, pela primeira vez, adoptado o método das partidas dobradas para a escrituração das receitas e das despesas.

Em 1788, ou seja 27 anos após a instituição do *Erário Régio*, é criada, por D. Maria I, a Secretaria de Estado da Repartição da Fazenda. O primeiro titular daquela pasta foi o visconde de Vila Nova de Cerveira, Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, que ocupava já a presidência do *Erário Régio*.

Desde esta data e até 1844 (quando efectivamente se deu a diferenciação entre a administração dos rendimentos e despesas públicas e o seu exame, verificação e julgamento) os dois cargos foram ocupados em simultâneo pelo mesmo titular.

Quando, na sequência das invasões francesas, a Corte se estabelece no Brasil, também aí foi criado um *Real Erário* ou *Tesouro Geral*, com as mesmas prerrogativas do *Erário* criado em 1761, reduzindo a uma só jurisdição a arrecadação, distribuição e administração da Fazenda Real no Brasil e Domínios Ultramarinos.

Nesse mesmo período, no Reino, as Contadorias do Erário Régio com jurisdição territorial sobre o Brasil – e, por razões estruturais, sobre os restantes territórios ultramarinos - foram extintas (1807).

O Erário Régio viria a ser abolido pela legislação liberal que Mouzinho da Silveira publicou durante a regência de D. Pedro, na Terceira, em 1832. Na nova organização e administração da Fazenda Pública (consagrada pelo Decreto n.º. 22, de 16 de Maio) surge, agora, o Tribunal do Tesouro Público, ao qual presidia o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.[2]

[2] Aliás, já na Carta Constitucional de 1826 (art.º 136º) se determinara a existência de um Tribunal do Tesouro Público que se deveria encarregar da receita e despesa da Fazenda Pública.

Contrastando com o anterior secretismo que rodeava a gestão e o controlo dos dinheiros públicos, neste diploma determinava-se a obrigatoriedade do Tribunal do Tesouro Público preparar as contas do ano antecedente para serem apresentadas às Câmaras pelo Ministro e Secretário de Estado da Fazenda. [3]

No entanto, e reflectindo a instabilidade da época, o Tribunal do Tesouro Público não iniciou imediatamente funções : porque à data da sua criação ainda reinava D. Miguel, o Erário Régio, instalado em Lisboa, manteve-se em funcionamento até à entrada das tropas liberais na capital, no Verão de 1833.

Entretanto, a regência ia criando Comissões : em 4 de Junho de 1832, nos Açores, uma comissão para liquidação das dívidas activas e passivas do Estado; e em 5 de Novembro e 4 de Dezembro de 1832, no Porto, para expedir os negócios da competência do Tesouro Público (presidida por Mouzinho da Silveira, na qualidade de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda).

Mesmo depois da vitória liberal, o Tribunal do Tesouro Público só teve regulamento em 15 de Abril de 1842.

Antes, em 1834 (decreto de 20 de Junho) fora criada a Contadoria do Tribunal do Tesouro Público, substituindo, assim, a Comissão do Tribunal do Tesouro Público e, em 1836, a Comissão de Liquidação de Contas do Extinto Erário Régio (criada em 14 de Setembro de 1833) passa a ser designada Comissão Fiscal Liquidatária.[4]

[3] Outras das atribuições do Tribunal do Tesouro Público : tomar contas aos recebedores gerais e todas as estações de arrecadação pública, julgando-as ou não correntes no final de cada ano; corrigir todos os abusos de administração da Fazenda que originassem quer aumento quer diminuição de renda; ordenar, juntamente com o Governo, visitas de surpresa a todos os Livros de Arrecadação Pública; remeter modelos de escrituração e de expediente dos negócios da Fazenda a todas as arrecadações da Fazenda uniformizando-se, assim, os Livros, Contas e Processos.

[4] Apesar de terem sido várias as Comissões que exerceram funções específicas de controlo das contas públicas, dependiam do Tesouro Público. Assim, para este período, são relacionados nesta publicação os Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda (responsáveis máximos pelo Tesouro Público).
Estudos mais aprofundados sobre as alterações orgânicas e funcionais das várias instituições, estão a ser desenvolvidos no Arquivo e Biblioteca/CDI do Tribunal de Contas.

Ainda em 1836, foi extinto o Tribunal do Tesouro Público (25 de Setembro) que viria a ser restabelecido em 9 de Março de 1842.

Em 1844, por decreto de 18 de Setembro, a Fazenda Pública sofreu uma apreciável remodelação : pela primeira vez, é estabelecida a distinção entre a administração, arrecadação e contabilidade dos impostos e rendimentos públicos - funções atribuídas ao Tribunal do Tesouro Público - e o exame, verificação e julgamento das contas do Tesouro Público - funções atribuídas ao *Conselho Fiscal de Contas*.

Mais um passo é dado na progressiva independência do organismo superior de controlo financeiro : os seus Presidentes deixam de acumular este cargo com o de Ministro e Secretário da Fazenda.

No entanto, ainda não é tempo da completa independência face ao poder central : os membros do *Conselho Fiscal de Contas* (um Presidente, quatro Conselheiros Vogais - dos quais um era vice-presidente - e Secretário) eram nomeados pelo Governo, escolhidos entre os membros do Tribunal do Tesouro providos com as necessárias habilitações.

Ao *Conselho Fiscal de Contas* é atribuída a mesma categoria do Tribunal do Tesouro Público e os seus membros foram equiparados aos do Supremo Tribunal de Justiça.

Além do julgamento das contas das receitas e despesas públicas, competia-lhe a liquidação dos atrasos do Tesouro e o recenseamento da dívida pública em geral. De acordo com a lei, devia ainda apresentar ao Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Fazenda um relatório anual das suas actividades e o exame da conta geral da receita e despesa do Estado, acompanhado do seu parecer, para ser apresentado às Câmaras no início de cada sessão legislativa.

A estes organismos de existência efémera sucedeu, em 1849, o *Tribunal de*

Contas, criado por decreto de 10 de Novembro de 1849 que reorganizou a administração superior da fazenda pública.

Na verdade, e tal como é explicitamente mencionado no relatório que antecede aquele decreto, as anteriores "reformas na Administração, na Justiça e na Fazenda sucederam-se umas após as outras, e com tão pequenos intervalos, que não foi possível conhecer praticamente até que ponto qualquer dos sistemas ensaiados poderia satisfazer as necessidades do serviço público".

No mesmo Relatório se reconhece que "o Tribunal de Contas é uma instituição necessária em qualquer governo regular, qualquer que seja a forma e princípio da sua constituição. Nos governos representativos é condição essencial da sua existência".

Principia, assim, a "era da fiscalização em larga escala, capítulo vivo duma sociedade constitucional. " [5]

É notória a preocupação com a independência dos membros do *Tribunal de Contas*, que são designados pelo Rei. O cargo de Conselheiro é perpétuo e incompatível com o exercício de outras funções na Administração e na Justiça.

Como o explicou Aguedo de Oliveira "por necessidade social a coisa pública financeira aparece tutelada por uma magistratura apropriada e revisora". [6]

O *Tribunal de Contas* manteve-se em funcionamento até à implantação da República, se bem que tivesse sofrido várias reformas. Mencionamos apenas a de 1886, que consagrou o *Tribunal de Contas* como tribunal de justiça administrativa e tribunal fiscal das leis financeiras do Estado.

Também o novo Regulamento da Contabilidade Pública, de 1881, consignara

[5] OLIVEIRA, Artur Aguedo de - O centenário do Tribunal de Contas. Lisboa, 1949, p. 35.
[6] OLIVEIRA, Artur Aguedo de - O centenário do Tribunal de Contas. Lisboa, 1949, p. 39.

que as ordens de pagamento das despesas estavam sujeitas ao visto prévio do *Tribunal de Contas*.

Implantada a República, o novo regime considera que "a acção do Tribunal de Contas como organismo fiscalizador tem sido improfícua, especialmente no que respeita à verificação efectiva das despesas públicas (...) A fiscalização que até agora se exercia era preventiva. Fundava-se na previsão orçamental feita em época muito afastada da realização da despesa. "

Isto mesmo é expressamente referido no decreto de 11 de Abril de 1911 pelo qual o Governo provisório da República extinguiu o *Tribunal de Contas* e criou o *Conselho Superior de Administração Financeira do Estado*. Era intenção do novo poder descentralizar os serviços públicos, dando-lhes "ampla liberdade" mas exigindo a "maior responsabilidade efectiva".

Um dos princípios em que assenta o novo organismo, cujo Presidente era nomeado vitaliciamente, é o da renovação dos seus membros : dos dez vogais, três eram membros da Câmara dos Deputados (eleitos por uma legislatura), quatro, da Metrópole, representavam o Comércio, Indústria, Agricultura e Propriedade Urbana e dois representavam o Comércio e Indústria Agrícola das Colónias (todos escolhidos pelo Governo de listas elaboradas pelas associações representativas).

Por fim, integrava o *Conselho Superior de Administração Financeira do Estado* um financeiro de reconhecido mérito.

Mas o princípio da renovação e a consequente falta de especialização dos membros do *Conselho Superior de Administração Financeira do Estado* estiveram na origem da sua remodelação, pelo decreto n.º 5.525, de 8 de Maio de 1919 e atribuição de nova designação : *Conselho Superior de Finanças*.

Como se clarificava naquele decreto, a anterior "completa liberdade de

administrar conduziu à supressão do visto prévio das ordens de pagamento, acabando a fiscalização preventiva, subsistindo apenas o exame dos documentos de despesa. (...) Em toda a parte se tem a noção que mais vale prevenir do que remediar e que a efectivação de responsabilidades desde o Ministro até o mais modesto administrador de fundos públicos, depois dos factos consumados, é ineficaz. "

O Conselho Superior de Finanças mantém na sua composição, para além do Presidente, dez Vogais. No entanto, destes, quatro são nomeados pelo Governo entre jurisconsultos ou financeiros. Os restantes são escolhidos entre membros do Congresso da República (três), do Senado (um) e da Câmara dos Representantes (dois).

Conforme o decreto n.º 5.525, o reforço do número de vogais jurisconsultos ou financeiros justificava-se porque embora fosse "muito benéfica a representação do povo e das chamadas forças vivas da Nação, (...) era indispensável também que no Conselho estejam representados os técnicos , e que neste caso são os jurisconsultos e os financeiros de reconhecido mérito."

A ditadura militar instaurada em 1926, introduziu uma série de reformas na organização financeira do Estado.

Uma dessas reformas foi a criação do *Tribunal de Contas*, em 25 de Outubro de 1930 (decreto n.º 18.962), retomando-se, portanto, a designação oitocentista, assim justificada porque "na verdade, trata-se de um tribunal que tem como principal função julgar contas."

O novo organismo é profundamente alterado. Nele deixam de ter assento os representantes parlamentares e das associações económicas por se verificar que o carácter temporário das nomeações dos membros dos anteriores organismos não se coadunava com a exigida especialização de funções.

Além do Presidente era o Tribunal de Contas composto por oito vogais. O Presidente e quatro vogais eram doutores, licenciados ou bacharéis em Direito com, pelo menos, 10 anos de serviço na magistratura ou 5 de docência universitária; outros dois, eram escolhidos de entre professores de Ciências Económicas ou Contabilidade. Todos estes eram nomeados vitaliciamente. Por fim, ainda tinham assento um representante do Ministério da Guerra e outro do Ministério da Marinha (estes últimos nomeados por cinco anos).

Em 1933, a estrutura do Tribunal de Contas é reorganizada, passando a ser composto por um Presidente e sete juízes, todos de serventia vitalícia, com formação na área juridico-financeira e nomeados pelo Ministro das Finanças.

Até 1976, pouco se alterou na estrutura do *Tribunal de Contas* e na forma de recrutamento dos seus juízes.

A Constituição de 1976 integrou o *Tribunal de Contas* no âmbito dos tribunais. Afirmando-se como órgão supremo de controlo financeiro, o seu Presidente passou a ser nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo.

Mas a primeira grande reforma, após a implantação do regime democrático, só ocorreria em 1989, com a publicação da Lei n.º 86/89, de 8 Setembro que veio, de facto, reforçar a independência do *Tribunal de Contas*.

Passam a competir ao *Tribunal de Contas* :

- dar parecer sobre a Conta Geral do Estado (incluindo a da Segurança Social) e sobre as contas das regiões autónomas;
- fiscalizar previamente a legalidade e a cobertura orçamental dos documentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras directas ou indirectas das entidades sob jurisdição do Tribunal;
- julgar as contas dos organismos sob jurisdição do Tribunal;
- fiscalizar a legalidade das despesas dos organismos em regime de instalação;
- assegurar a fiscalização da aplicação, no âmbito nacional, dos recursos

financeiros oriundos das Comunidades Europeias.

Com a nova Lei que vigorou a partir de 1 de Janeiro de 1990, o *Tribunal de Contas* passou a ser composto por um Presidente e dezasseis juízes (na sede) e um juiz em cada Secção Regional (Madeira e Açores), respectivamente equiparados ao Presidente e juízes do Supremo Tribunal de Justiça.

O Presidente é nomeado, sob proposta do Governo, pelo Presidente da República e os juízes, recrutados por concurso público, são nomeados pelo Presidente do Tribunal.

O Presidente do *Tribunal de Contas* detém competências nos domínios da gestão financeira e de recursos humanos idênticas às de que dispõem os ministros.

Uma referência ainda ao facto de, com a nova Lei, os Serviços de Apoio do *Tribunal de Contas* terem deixado de estar integrados no Ministério das Finanças, passando a depender directamente do Tribunal.

Na continuidade da reforma produzida pela Lei n.º 86/89, de 8 de Setembro, já mais recentemente (e já fora do período cronológico abarcado por este trabalho), a Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, veio proceder a uma nova e importante reforma do Tribunal de Contas.

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO
1º Conde de Oeiras e 1º Marquês de Pombal

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO

Inspector Geral do Erário Régio - órgão criado em 22 de Dezembro de 1761 - nomeado em 29 de Dezembro de 1761, tomou posse em 11 de Janeiro de 1762.
Ocupou o cargo até 5 de Março de 1777.

Nasceu em Lisboa a 13 de Maio de1699 - Faleceu em Pombal a 8 de Maio de 1782.

Filho de Manuel de Carvalho Ataíde (fidalgo da Casa Real) e de Teresa Luísa de Mendonça e Melo (filha dos morgados de Souto de El-Rei).

Frequentou o curso de Leis na Universidade de Coimbra tendo, no período compreendido entre 1739 e 1749, sido representante diplomático de Portugal, primeiro em Londres e, depois, em Viena.

A sua actividade política, no entanto, destacou-se ao longo de todo o reinado de D. José (1750-1777) : começando, logo em 1750, por ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros, em breve assumiu a direcção dos Negócios do Reino.

A sua acção governativa orientou-se, sobretudo, para o fortalecimento do aparelho do Estado e para o combate às dificuldades económicas que o país atravessava, destacando-se o reforço das alfândegas, a instituição de monopólios comerciais com a criação de grandes companhias monopolistas (limitando o comércio de certos produtos ou de áreas geográficas e contrariando o comércio livre) como a Companhia da Ásia, Companhia do Pará e Maranhão, Companhia da Pesca da Baleia, Companhia da Agricultura dos Vinhos do

Alto Douro e Companhia de Pernambuco e Paraíba) e a criação de novos órgãos administrativos e fiscais (data do seu governo a criação do *Erário Régio*, órgão centralizador onde davam entrada todas as receitas públicas e de onde saíam as verbas necessárias para a execução das despesas públicas).

Paralelamente, são cerceados os poderes de algumas casas nobres (Casas de Távora, Atouguia e Aveiro) e da Companhia de Jesus (expulsa de Portugal, em 1759), incorporando-se os seus bens na Coroa.

A sua acção fez-se igualmente sentir no campo do ensino e da cultura : promoveu a criação da Aula do Comércio, do Real Colégio dos Nobres (1761) e da Real Mesa Censória e reformou, em 1772, a Universidade de Coimbra, dando-lhe novos estatutos.

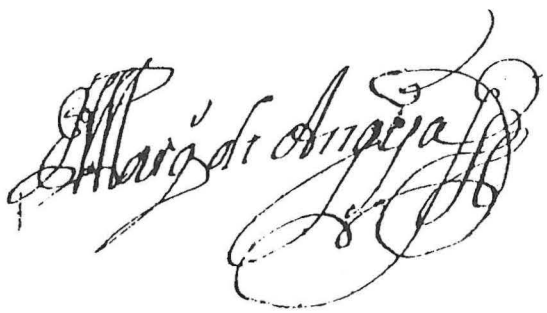
O termo do reinado de D. José, em Fevereiro de 1777, inicia o seu declínio: o pedido de exoneração dos cargos que fez a D. Maria I foi aceite, ausentando-se para Oeiras e depois para Pombal.

Na sequência de várias acusações (entre elas a de insulto à memória de D. José) e de uma sindicância iniciada em 1779, foi considerado culpado, sendo-lhe imposta a pena de desterro, em Agosto de 1781.

Em Maio de 1782, Sebastião José de Carvalho e Melo morre em Pombal.

PEDRO JOSÉ DE NORONHA CAMÕES DE ALBUQUERQUE MONIZ E SOUSA

4º Conde de Vila Verde e 3º Marquês de Angeja



Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

PEDRO JOSÉ DE NORONHA CAMÕES DE ALBUQUERQUE MONIZ E SOUSA

Presidente do Erário Régio, nomeado em 14 de Março de 1777, tomou posse em 15 de Março de 1777.
Ocupou o cargo até à sua morte, em 11 de Março de 1788.

Nasceu em Lisboa a 17 de Agosto de 1716 - Faleceu em Lisboa a 11 de Março de 1788.

Filho de António de Noronha (3° conde Vila Verde e 2° marquês de Angeja) e de Luísa Josefina de Meneses (filha dos 4°s condes de Tarouca).

Ministro do primeiro governo que sucedeu ao de Pombal, introduziu alterações na orientação da administração pública, tendo adoptado medidas de austeridade (entre as quais a suspensão das obras públicas relativas à reconstrução de Lisboa) com a finalidade de combater a crise económica,

Foi Ministro assistente ao despacho do gabinete de D. Maria I e ocupou o lugar de tenente-general dos exércitos.

Foi sua a iniciativa de criar, em Lisboa, o primeiro jardim botânico português (actualmente conhecido por Parque do Monteiro-mor) e de constituir, no seu palácio, um Museu destinado à promoção da medicina, agricultura, comércio e indústria.

Foi, ainda, Gentil-Homem da Câmara de D. Maria I, Governador da Torre de S. Vicente de Belém, Capitão-General da Armada Real dos Galeões de Alto Bordo do Mar Oceano, Conselheiro de Guerra e Marinha, Inspector-

-Geral do Arsenal da Marinha, Inspector das Obras Públicas e do Plano de Reedificação da Cidade de Lisboa, Inspector-Geral de toda a Arrecadação da Fazenda Real na Repartição dos Armazéns da Guiné e da Índia, Padroeiro da Igreja de S. João da Praça de Lisboa, Comendador das Comendas de Santa Maria de Alvarenga, de S. Pedro de Cahide, na Ordem de Cristo, Comendador da Comenda do Torrão na Ordem de S. Tiago.

TOMÁS XAVIER DE LIMA NOGUEIRA VASCONCELOS TELES DA SILVA

13º Visconde de Vila Nova de Cerveira e 1º Marquês de Ponte de Lima

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

TOMÁS XAVIER DE LIMA NOGUEIRA VASCONCELOS TELES DA SILVA

Presidente do Erário Régio, nomeado em 12 de Março de 1788, tomou posse em 18 de Março de 1788.
Ocupou o cargo até à sua morte, em 23 de Novembro de 1800.

Nasceu em Ponte de Lima a 12 de Outubro de 1727 - Faleceu em 23 de Novembro de 1800.

Filho de Tomás Teles da Silva (filho dos 2°s marqueses de Alegrete) e de Maria Xavier de Lima e Hohenlohe (12ª viscondessa de Vila Nova de Cerveira).

Integrou, em 1777, juntamente com o marquês de Angeja, Aires de Sá e Melo e Martinho de Melo e Castro, o primeiro governo constituído após a queda de Pombal, tendo ocupado a pasta dos Negócios do Reino.

Entre Março de 1783 e Março de 1788 assumiu interinamente a presidência do Erário Régio no impedimento, por doença, do titular daquele cargo - marquês de Angeja.

Em 1786, foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, em 1788, quando foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, por diploma de 15 de Dezembro, foi o seu primeiro titular, tendo acumulado este cargo com os de Presidente do Erário Régio e de Presidente da Real Junta do Comércio.

Em 1790, foi igualmente Presidente do Conselho da Fazenda - órgão unido

ao Erário Régio por alvará de 17 de Dezembro de 1790.

Foi sua a proposta de construir um edifício próprio, na Cotovia de Cima ou Patriarcal Queimada (hoje Praça do Príncipe Real), para instalar o Erário Régio, em 1789. No entanto, apesar do edifício ter chegado a ser projectado pelo arquitecto Costa e Silva, a obra nunca foi concluída pois as más condições do local tornaram as obras muito dispendiosas.

Presidiu à junta ordinária da revisão do novo código, tendo em vista a compilação e sistematização da legislação que, desde o governo filipino, fora decretada nas ordenações e leis extravagantes.

Foi Mordomo-Mor e gentil-homem da Câmara de D. Maria I, Vedor da Casa da Rainha-mãe, Conselheiro de Estado (1796) e Presidente da Junta do Proto-Medicato, Presidente honorário da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica e sócio honorário da Academia Real das Ciências, Inspector-Geral da Biblioteca Pública e do Real Colégio dos Nobres e Comendador da Ordem de Cristo.

RODRIGO DOMINGOS DE SOUSA COUTINHO
1º Conde de Linhares
(título na família Sousa Coutinho)

D. Rodrigo de Souza Coutinho P.

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

RODRIGO DOMINGOS DE SOUSA COUTINHO

Presidente do Erário Régio, nomeado em 6 de Janeiro de 1801, tomou posse em 12 de Janeiro de 1801.
Ocupou o cargo até 1803.

Nasceu em Chaves a 4 de Agosto de 1745 - Faleceu no Rio de Janeiro a 26 de Janeiro de 1812.

Filho de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (governador de Angola) e de Ana Luísa Joaquina Teixeira de Andrade Barbosa.

Diplomata junto da Corte de Turim - onde se manteve até 1795 - regressou a Portugal para, em 1796, assumir o cargo de Secretário de Estado da Marinha no desempenho do qual criou o Corpo de Engenheiros Construtores Navais e a Junta da Fazenda da Marinha.

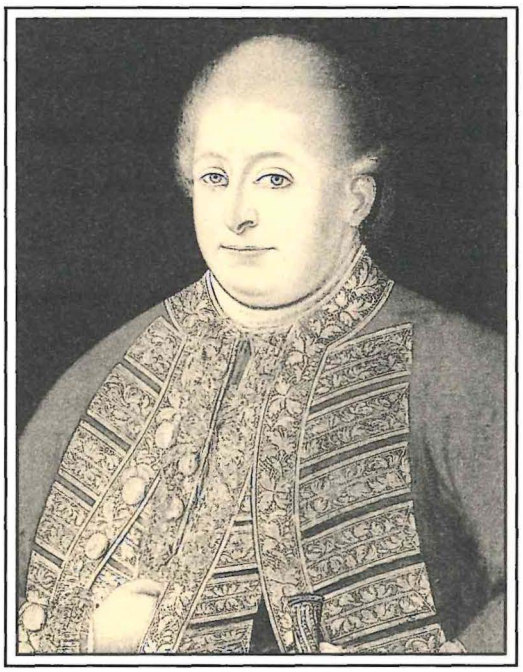
Em Janeiro de 1801 foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, cargo que acumulou com o de Presidente do Erário Régio até 1803, data em que o príncipe regente se viu forçado a demiti-lo pela sua incompatibilidade com a facção francesa.

De destacar na sua acção governativa a promoção de trabalhos geodésicos e de viagens com fins científicos no Brasil e na África meridional.

Em 1807, acompanhou a ida da Corte para o Brasil - onde viria a falecer - tendo aí sido nomeado Ministro dos Estrangeiros e da Guerra.

Foi Conselheiro de Estado, inspector-geral do Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda, da Biblioteca Pública de Lisboa e da Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia, sócio honorário da Academia Real das Ciências e Presidente honorário da Real Sociedade Marítima.

Publicou nas Memórias da Academia Real das Ciências (tomo 1) o estudo *Memória sobre a verdadeira influência das minas de metais preciosos na indústria das nações, especialmente na portuguesa*.



1º Conde de Figueiró

Museu Histórico Nacional
(Rio de Janeiro - Brasil)

LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA

Presidente do Erário Régio, nomeado em 31 de Agosto de 1803, tomou posse em 10 de Setembro de 1803.

Nasceu em Lisboa a 10 de Outubro de 1742 - Faleceu em Lisboa a 24 de Abril de 1809.

Filho de José de Vasconcelos e Sousa Caminha da Câmara Faro e Veiga (1° marquês de Castelo Melhor) e de Maria Rosa Quitéria de Noronha.

Formado em Cânones, em 1761, pela Universidade de Coimbra, foi desembargador da Relação do Porto e da Casa da Suplicação, desembargador do Paço, Conselheiro de Estado (1796), vereador do Senado de Lisboa, Presidente da Mesa do Desembargo do Paço, Presidente do Conselho da Fazenda e Inspector Geral das Obras Públicas (1801).

Foi o 12° Vice-Rei do Brasil (1779-1790), tendo desenvolvido profundamente a cidade do Rio de Janeiro, nomeadamente o jardim público, iniciado pelo 2° Marquês do Lavradio, e o cais da capital. Distinguiu-se também pelas medidas humanitárias a favor dos escravos.

Regressou a Portugal, tendo sido o último Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Erário Régio (nomeado em 31 de Agosto de 1803) antes da partida da família real para o Brasil.

Em 26 de Novembro de 1807, antes da partida da Corte para o Brasil, o príncipe regente D. João nomeia um Conselho de Governadores do qual faz

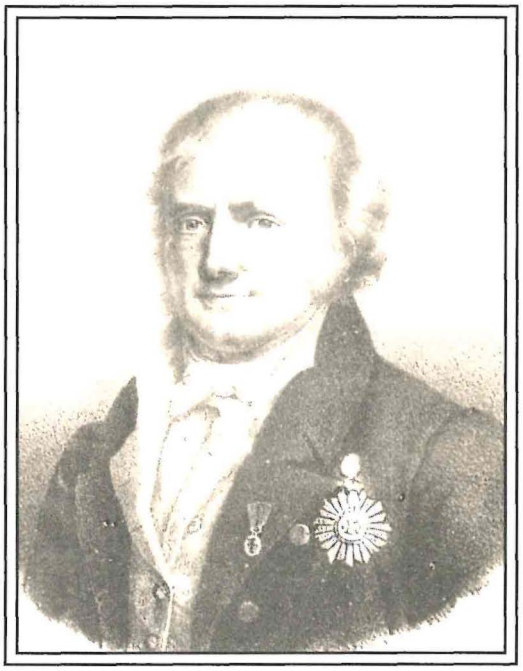
parte Pedro de Melo Breyner para servir de Presidente do Erário, dado que Luís de Vasconcelos e Sousa se encontrava impedido por doença de exercer o cargo.

No entanto, só em 1809 (por provisão e decreto de 10 de Janeiro assinados pelo príncipe regente no Rio de Janeiro) será aposentado das suas funções na presidência do Erário Régio e substituído por Cipriano Ribeiro Freire. [1]

Foi-lhe atribuída a grã-cruz da Ordem de Santiago e a Comenda da Ouzena, da mesma ordem.

Sócio honorário da Academia Real das Ciências.

[1] Em dois livros existentes no fundo do Erário Régio do AHTC (respectivamente com as cotas ER, 450, fl. 209 e ER 451, fl. 125) está registada uma nota, datada de 20 de Novembro de 1817 e assinada no Rio de Janeiro, ordenando o pagamento à cunhada de Luís de Vasconcelos e Sousa - marquesa de Belas - do que lhe era devido pelo exercício das funções de Presidente do Erário Régio em 1807 e 1808.



PEDRO DE MELO BREYNER

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

PEDRO DE MELO BREYNER

Integrou o Conselho da Regência, instituído pelo príncipe regente imediatamente antes da partida da Corte para o Brasil (26 de Novembro de 1807), na qualidade de **Presidente do Erário Régio**.
Ocupou o cargo até à extinção do Conselho da Regência, em 1 de Fevereiro de 1808.

Nasceu no Porto a 4 de Dezembro de 1751 - Faleceu na Torre de São Julião da Barra a 29 de Dezembro de 1830.

Filho de Francisco de Melo (3º senhor de Ficalho) e de Isabel Josefa Breyner de Meneses (condessa de Ficalho).

Em 1770 obteve o grau de Licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra mas preferiu o exercício da magistratura.

Foi desembargador da Relação do Porto, da Casa da Suplicação, fiscal da Junta dos Três Estados, Deputado do Conselho da Fazenda e Estado das Rainhas, escrivão da Misericórdia do Porto, governador das justiças da Relação do Porto.

Em 1807, quando a família real foi para o Brasil, foi nomeado membro da Regência, na qualidade de Presidente do Erário Régio, atendendo ao impedimento por doença de Luís de Vasconcelos e Sousa. Suprimida a Regência, por Junot em 1 de Fevereiro de 1808, foi nomeado Conselheiro do Governo da Repartição do Interior.

Foi para o Brasil em 1815, e, em 1819, foi nomeado Ministro Plenipotenciário

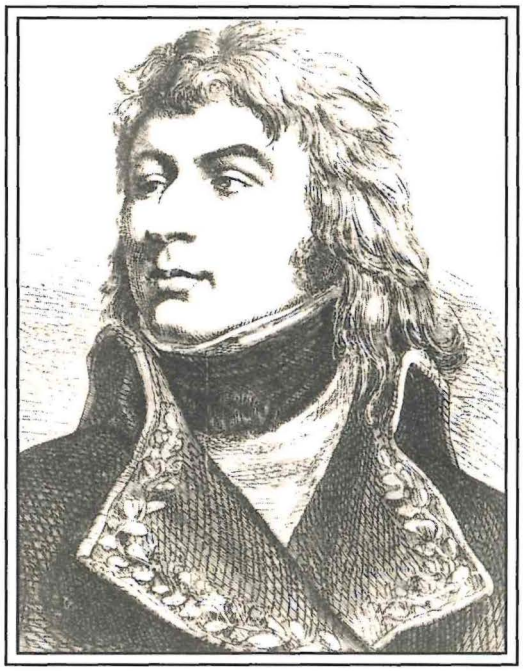
junto da Santa Sé. Em 1822, foi transferido para Nápoles e depois para Génova.

Regressou a Portugal em 1824, sendo nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto do Rei de França.

Em 1 de Agosto de 1826, após a morte de D. João VI, foi nomeado Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça na regência da Infanta D. Isabel Maria num ministério de que fazia igualmente parte Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo Branco na pasta da Fazenda.

No reinado de D. Miguel, foi encarcerado, em 1828, na torre de São Julião da Barra, onde viria a falecer dois anos mais tarde.

Foi Comendador da Ordem de Cristo e sócio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Tiberina de Roma e de outras sociedades literárias.



FRANÇOIS-ANTOINE HERMAN

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

FRANÇOIS-ANTOINE HERMAN

Administrador Geral das Finanças, durante a ocupação francesa, nomeado em 3 de Dezembro de 1807, tomou posse em 5 de Dezembro de 1807.
Em 1 de Fevereiro de 1808, foi nomeado **Secretário de Estado encarregado da Repartição do Interior e das Finanças**.
Ocupou o cargo até 14 de Setembro de 1808.

Nasceu em Schelestadt (Alsácia) a 30 de Março de 1758 - Faleceu em Paris a 29 de Setembro de 1837.

Diplomata francês, foi cônsul-geral em Londres, no final do reinado de Luís XVI. Demitido aquando da queda da realeza, só regressaria a França em 1801, vindo a ocupar, já no governo napoleónico o cargo de 1º Secretário de Embaixada em Madrid e Encarregado de Negócios.

Mais tarde foi nomeado cônsul-geral em Lisboa e quando o exército francês, comandado por Junot, invadiu Portugal em 1808, foi nomeado Ministro do Interior e das Finanças, cargo que acumulou com o de Presidente do Erário Régio.

No período da ocupação francesa, foram extintas a Contadoria Geral da África Ocidental, Maranhão e Baía e a Contadoria Geral da África Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa do Erário Régio, por diploma de 30 de Dezembro de 1807.

Após a retirada das tropas francesas de Portugal, Napoleão nomeou-o cônsul-geral em Koenigsberg, tendo mais tarde recusado o convite de Napoleão para

integrar a expedição militar à Rússia.

No período da Restauração em França, integrou o Conselho de Estado e, em 1821, foi subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Publicou *Résultat de la politique de l'Angleterre dans ces dernières années* (Paris, 1803), *Observations sur les discours prononcés dans la Chambre des Communes le 14 avril 1823, par M. Canning, et sur les dernières négociations qui ont lieu entre la France et l'Angleterre relativement à l'Espagne* (Paris, 1823) e *De l'etat actuel de l'Espagne et de ses colonies consideré sous le rapport des intêrets politiques et commerciaux de la France et d'autres puissances de l'Europe* (Paris, 1824).

CIPRIANO RIBEIRO FREIRE

Colecção Particular de Dr. Augusto de Athaíde Soares de Albergaria

CIPRIANO RIBEIRO FREIRE

Presidente interino do Erário Régio, nomeado em 24 de Setembro de 1808, tomou posse em 26 de Setembro de 1808.
Por provisão e decreto de 10 de Janeiro de 1809 (assinados pelo príncipe regente no Rio de Janeiro) é nomeado **Director do Erário Régio**, com as mesmas funções da competência de Presidente.
Ocupou o cargo até 25 de Outubro de 1809.

Nasceu em Lisboa em 1749 - Faleceu em Lisboa a 4 de Julho de 1825.

Filho de António Ribeiro Freire e de Teresa Ribeiro Freire

Concluídos os estudos na Aula do Comércio, foi nomeado Secretário da Legação em Londres (1774), Encarregado de Negócios (Setembro de 1783-Setembro de 1785) e Representante de Portugal (1788) na mesma cidade, e Ministro Residente (1790) e Plenipotenciário (1799) nos Estados Unidos da América.

Em 6 de Janeiro de 1801 foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário para a Corte de Copenhaga mas viria a assumir funções de Ministro Plenipotenciário para a Corte de Madrid.

De regresso a Lisboa, aqui se manteve no decurso da ocupação francesa, tendo após a expulsão do governo francês sido encarregado da administração das Finanças (14 de Setembro de 1808) e, em 24 de Setembro, foi nomeado Intendente do Real Erário, interinamente, com toda a jurisdição de Inspector-Geral, tendo tomado posse em 26 de Setembro.

No mesmo dia é encarregado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Um diploma datado de 10 de Janeiro de 1809, do Rio de Janeiro, aposenta Luís de Vasconcelos e Sousa do cargo de Presidente do Erário Régio, substituindo-o por Cipriano Ribeiro Freire.

Em 1810, foi igualmente nomeado Presidente da Junta do Comércio, Inspector da Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres e, em 1820, Presidente da Real Junta dos Juros dos Empréstimos.

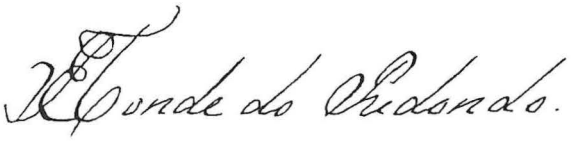
Em 1814 foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Londres, cargo que ocupou até Outubro de 1816.

De regresso a Lisboa, reocupou os cargos anteriores, deles tendo sido exonerado em 12 de Junho de 1821, pelas Cortes Constituintes.

Em Agosto do mesmo ano, é nomeado, por D. João VI, Inspector do Real Colégio dos Nobres e, em 1823, Presidente da Junta do Comércio e Inspecção da Fábrica de Sedas.

Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Sociedade de Antiquários de Londres, da Associação dos Amigos da Humanidade (de Londres) e da Sociedade Filosófica Americana de Filadélfia.

FERNANDO MARIA DE SOUSA COUTINHO
CASTELO BRANCO E MENESES
14º Conde do Redondo e 2º Marquês de Borba



Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

FERNANDO MARIA DE SOUSA COUTINHO CASTELO BRANCO E MENESES

Presidente do Erário Régio, nomeado pelos Governadores do Reino, em 25 de Outubro de 1809, tomou posse em 31 de Outubro de 1809.

Nasceu em 26 de Outubro de 1776 - Faleceu em 5 de Março de 1834.

Filho de Tomé José Xavier de Sousa Coutinho de Castelo Branco e Meneses (13º conde do Redondo e 1 º marquês de Borba) e de Margarida Teles da Silva.

Tenente-Coronel de Cavalaria, foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda em 10 de Outubro de 1809 e Presidente do Erário Régio, no impedimento por doença de Cipriano Ribeiro Freire, em 25 de Outubro de 1809.

Exerceu as funções de Vedor da Casa Real e foi um dos Governadores do Reino, durante a ausência da Corte no Brasil

Ascendeu a Par do Reino em 1826. Detentor da Grã-cruz de Santiago e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Foi Comendador de Santa Maria de Gondar, na Ordem de Cristo.

Destaca-se a sua acção como patrono das Artes, particularmente no campo da música e da pintura, figurando como mecenas de grandes nomes, como Domingos de Sequeira, Marcos de Portugal, Baldi, Frei José Marques e Leal Moreira.

MANUEL FERNANDES TOMÁS

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

MANUEL FERNANDES TOMÁS

Administrador Geral do Erário Régio com a jurisdição da Presidência, nomeado pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, em 4 de Outubro de 1820, tomou posse em 7 de Outubro de 1820.

Nasceu na Figueira da Foz em 30 de Junho de 1771 - Faleceu em Lisboa em 19 de Novembro de 1822.

Filho de João Fernandes Tomás e de Maria da Encarnação.

Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, em 1791.

Em 1792 foi nomeado Síndico e Procurador Fiscal do município da Figueira da Foz, sendo também Vereador de 1795 a 1798. Em 1801 foi nomeado Juíz-de-Fora em Arganil e, em 1805, ocupou o lugar de Superintendente das Alfândegas e dos Tabacos nas comarcas de Leiria, Aveiro e Coimbra, cargo do qual se viria a retirar na época da 1ª invasão francesa, em 1807.

Permaneceu retirado da vida pública até 1810 quando Wellesley o nomeou Intendente dos Mantimentos no quartel general de Beresford. Os serviços prestados foram recompensados com a categoria de Desembargador Honorário do Porto.

Em 1817 assumiu o cargo de Desembargador na Relação do Porto, cidade onde iniciou contactos para a formação de um grupo destinado a lutar contra os ingleses e libertar Portugal da sua tutela - o *Sinédrio* - de que faziam parte, entre outros, Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e João Ferreira Viana.

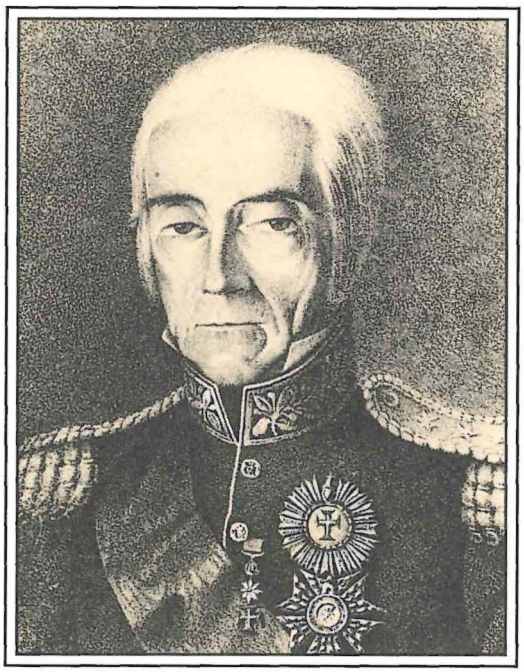
Teve este grupo papel de relevo na organização da revolta de 24 de Agosto de 1820, iniciada no Porto, e da qual viriam a ser estabelecidas duas Juntas : a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (encarregada da administração pública) e a Junta Provisional Preparatória das Cortes.

Manuel Fernandes Tomás integrou a primeira, na qualidade de encarregado dos negócios do Reino e da Fazenda, tendo como auxiliares José da Silva Carvalho e José Borges, sendo igualmente nomeado Administrador Geral do Erário Régio, cargos que deixou de desempenhar na sequência do pronunciamento militar ocorrido em 11 de Novembro de 1820, conhecido por *Martinhada*.

Deputado às Cortes Constituintes, inauguradas em Janeiro de 1821, foi um dos autores da primeira Constituição portuguesa, preparada entre 1821 e 1822, e que D. João VI jurou no seu regresso do Brasil, em Julho de 1821.

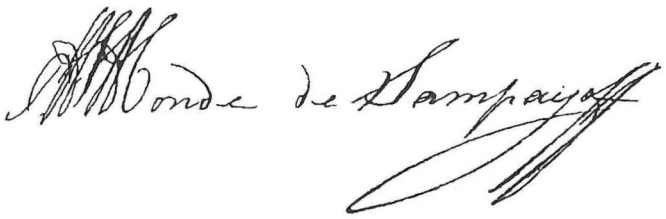
Foi autor de *Observações sobre o discurso que escreveu Manuel de Almeida e Sousa em favor dos direitos dominicais da coroa, donatários e particulares* (1814), *Repertório geral ou índice alfabético das leis extravagantes do reino de Portugal publicadas depois das Ordenações*, *Relatório sobre o estado e administração do reino durante o tempo da Junta Provisional do Governo Supremo* (1821) e vários opúsculos políticos.

Foi ainda fundador do jornal *O Independente* (1822).



MANUEL ANTÓNIO MARIA BALTAZAR DE SÃO PAIO DE MELO E CASTRO E TORRES DE LUSIGÑAN

2° Conde e 1° Marquês de São Paio



Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

MANUEL ANTÓNIO MARIA BALTAZAR DE SÃO PAIO DE MELO E CASTRO E TORRES DE LUSIGÑAN

Administrador Geral do Erário Régio e encarregado da Repartição dos Negócios da Fazenda, nomeado pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, em 13 de Novembro de 1820, tomou posse em 14 de Novembro de 1820.

Nasceu em Lisboa a 6 de Janeiro de 1762 - Faleceu a 29 de Setembro de 1841.

Filho de António de São Paio de Melo e Castro Moniz e Torres de Lusigñan (1° conde de São Paio) e de Teresa Violante Eva Judite de Daun (filha dos primeiros marqueses de Pombal).

Seguiu a carreira militar, tendo atingido os postos de tenente general e inspector geral da cavalaria.

Membro da regência instituída pelo príncipe regente D. João aquando da 1ª invasão francesa, foi conselheiro de Magendie que ocupava as pastas da Guerra e Marinha.

Depois da saída dos franceses, acusado de com eles ter colaborado, foi obrigado a abandonar o reino até 1810, data em que foi absolvido desta inculpação.

Integrou o governo interino saído da Revolução de 1820 e a Junta Preparatória das Cortes Constituintes, tendo presidido à comissão encarregada de promover a reunião das Cortes.

Foi um dos ministros do pronunciamento militar conhecido por *Martinhada*, em 11 de Novembro de 1820, e foi também um dos membros que, por decisão das Cortes (Janeiro de 1822), fez parte do Conselho da Regência .

Partidário da causa liberal, foi um dos oficiais-generais que em 1828 procuraram, sem sucesso, organizar a resistência liberal na cidade do Porto, sendo obrigado a exilar-se em Inglaterra.

Já no reinado de D. Maria II, foi nomeado Par do Reino e elevado a marquês.

FRANCISCO DUARTE COELHO

FRANCISCO DUARTE COELHO

Administrador e Presidente do Tesouro Público Nacional, nomeado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa em 30 de Janeiro de 1821, tomou posse em 10 de Fevereiro de 1821.
Ocupou o cargo até 7 de Setembro de 1821.

Nasceu em Linda-a-Velha (Oeiras) a 7 de Abril de 1767 - Faleceu em Lisboa a 5 de Julho de 1833.

Filho de Mateus Coelho e de Inês Duarte.

Formado em Cânones, em 1790, pela Universidade de Coimbra, foi Desembargador da Casa da Suplicação.

Partidário das ideias liberais, foi deportado em 1808 para uma quinta nos arredores de Lisboa e, em 1810, para a Ilha Terceira - por envolvimento na revolta designada *Setembrizada* - onde se manteve até 1815.

Aderiu à Revolução de 1820, e integrou a regência constituída pelas Cortes, tendo sido nomeado Secretário encarregado dos Negócios da Fazenda, em 30 de Janeiro de 1821.

Em 8 de Fevereiro de 1821, foi extinta a Comissão do Tesouro Público Nacional (criada em 1 de Dezembro do ano anterior, dentro do Erário Régio e com a mesma autoridade anteriormente atribuída ao Administrador Geral do Erário Régio) e determinado que o Secretário da Regência, encarregado dos Negócios da Fazenda fosse também o Presidente do Tesouro Público

Nacional.

Nessa qualidade, ocupou o cargo de Administrador e Presidente do Tesouro Público Nacional.

A 7 de Setembro de 1821 é demitido, a seu pedido, do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

Foi presidente da Assembleia do Banco de Lisboa, em 1822, seu Director de 1823 a 1825 e Presidente da Direcção em 1826.

Foi autor de *Exposição das operações do Tesouro Nacional no primeiro semestre de 1821* (Lisboa, 1821) e *Quinto ano da fundação do Banco de Lisboa, conta que em nome da direcção-geral apresentou ... à assembleia geral dos accionistas, em 10 de Janeiro de 1827.*

JOSÉ INÁCIO DA COSTA

JOSÉ INÁCIO DA COSTA

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 7 de Setembro de 1821, tomou posse no dia 25 de Setembro de 1821.

Nasceu em Anelhe (Chaves) a 23 de Abril de 1765 - Faleceu em 1823.

Filho de Francisco José da Costa e de Rosa Luisa de Campos.

Formado em Direito, em 1786, pela Universidade de Coimbra, foi advogado na Casa da Suplicação de Lisboa.

Na qualidade de ministro da Fazenda, apresentou às Cortes Constituintes, em 12 de Outubro de 1821, a proposta de criação de um banco de depósito. Em 7 de Dezembro de 1821, foi apresentado às Cortes pela Comissão de Fazenda o projecto do decreto fundador do Banco de Lisboa - mais tarde Banco de Portugal - tendo o diploma definitivo sido promulgado por carta de lei de 31 de Dezembro de 1821.

Foi sócio correspondente da Real Academia das Ciências.

Publicou nas Memórias da Real Academia das Ciências (tomo 1) *Memória agronómica relativa ao concelho de Chaves*.

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Público Nacional, nomeado em 8 de Abril de 1822, tomou posse em 12 de Abril de 1822.
Ocupou o cargo até 28 de Maio de 1823.

Nasceu em Carvalhais (Mirandela) a 20 de Janeiro de 1776 - Faleceu em 27 de Fevereiro de 1826.

Filho de Sebastião José de Carvalho e de Josefa Maria de Almeida Carvalho.

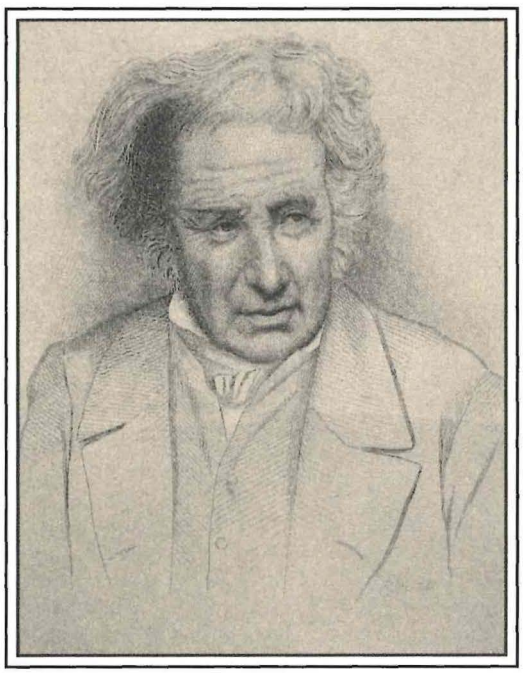
Irmão primogénito de Manuel António de Carvalho (1º Barão de Chanceleiros) que viria, anos mais tarde, a ocupar a pasta da Fazenda.

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1807, iniciou carreira na magistratura tendo sido desembargador da Relação de Lisboa e deputado do comissariado do exército que viria a chefiar em 1819.

Participou nos batalhões de voluntários que, sob o comando do conde de Amarante, lutaram contra a ocupação francesa.

Deputado às Cortes Constituintes de 1821.

Deposto, na sequência da Vilafrancada, o ministério que integrava, retomou o exercício de desembargador junto ao Conselho da Fazenda.



JOSÉ XAVIER MOUZINHO DA SILVEIRA

Companhia de Seguros Bonança

JOSÉ XAVIER MOUZINHO DA SILVEIRA

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda - a que estava anexa a Presidência do Tesouro Público Nacional - nomeado em 28 de Maio de 1823, tomou posse em 30 de Maio de 1823.
Ocupou o cargo até 19 de Junho de 1823.

Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 3 de Março de 1832 e **Presidente do Tribunal do Tesouro Público** (criado em 16 de Maio de 1832), na ilha Terceira, durante a regência de D. Pedro.
Ocupou estes cargos até 3 de Dezembro de 1832 (quando as tropas liberais já se encontravam no Porto).

Nasceu em Castelo de Vide a 12 de Julho de 1780 - Faleceu em Lisboa a 4 de Abril de 1849.

Filho de Francisco Xavier de Gomide e de Domingas Angélica Mouzinho Subtil.

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1802, regressou à sua terra natal até que, em 1804, se radicou em Lisboa onde viveu todo o período da 1ª invasão francesa.

Estabelecida a regência após a expulsão dos franceses, ingressou na magistratura, tendo ocupado o cargo de Juíz-de-fora em Marvão (1809) e em Setúbal (1813-1816) e o de Provedor da Comarca de Portalegre (1817). Encontrava-se nesta última localidade quando, no Porto, rebentou a revolução liberal de 1820.

Com o novo regime, de que era simpatizante, foi nomeado Administrador Geral da Alfândega em Maio de 1821 e, em 1823, ocupou no Ministério constituído após a *Vilafrancada*, a pasta da Fazenda mas apenas por breves meses, dado que em Junho é demitido e reintegrado no seu anterior cargo de Administrador da Alfândega.

Durante a tentativa de revolta absolutista de Abril de 1824, conhecida por *Abrilada*, foi encarcerado, tendo sido libertado logo que foi restaurada a situação anterior.

Em 1826, outorgada a Carta Constitucional por D. Pedro IV, Mouzinho é eleito deputado, pelo Alentejo, às cortes reunidas nesse ano, na legislatura que se prolongará até Março de 1828.

Durante o reinado de D. Miguel, como muitos outros liberais, esteve exilado em Paris onde permaneceu até ao embarque dos liberais para a Ilha Terceira, em 1832, tendo, aliás, sido encarregado por D. Pedro, em 1831, de negociar empréstimos para financiar a expedição militar aos Açores.

Nos Açores, estabelecida em Março de 1832, a regência de D. Pedro, em nome da filha D. Maria, integrou o Ministério da Regência como Secretário de Estado da Fazenda e interino da Justiça, cargos estes que ocupou até final do ano, então já estabelecida a regência no Porto.

Foi neste período do auge da guerra civil que desenvolveu uma intensa actividade legislativa no âmbito da reforma das instituições económicas e jurídicas em que assentava a sociedade portuguesa.

Foram abolidos os pequenos vínculos (4 de Abril de 1832), extintas as sisas gerais (19 de Abril de 1832), os dízimos (30 Junho de 1832) e os forais e bens da Coroa (13 de Agosto de 1832) e reformadas a Fazenda, a Administração Pública e a Justiça (decretos de 16 de Maio de 1832).

No âmbito da reforma da Fazenda, foram criados o Tribunal do Tesouro Público e a Junta do Crédito Público e extintos o Erário Régio e a Junta dos Juros.

Muitas destas reformas não tiveram execução imediata : de facto, todos este diplomas foram promulgados por D. Pedro, na qualidade de regente mas ainda reinava D. Miguel.

O Tribunal do Tesouro Público que só em 1842 iniciará funções, foi antecedido por uma série de comissões com objectivos idênticos mas de existência efémera :

- em 4 de Junho de 1832, já estabelecida a regência de D. Pedro na Terceira, é criada uma Comissão especial para liquidação de todas as dívidas activas e passivas do Estado;
- em 5 de Novembro de 1832, no Porto, é criada uma comissão, constituída por comerciantes da cidade e presidida pelo próprio Mouzinho da Silveira, ministro e secretário de estado dos negócios da Fazenda, para expedir os negócios da competência do Tesouro Público.

No final de 1832, por discordar do sequestro dos bens dos inimigos como forma de financiar as despesas dos liberais com a guerra civil, Mouzinho da Silveira deixou a pasta da Fazenda e o país continuando, no entanto, a defender sempre a causa liberal, primeiro em Vigo e depois em Paris.

Em 1834, já vitorioso o movimento liberal, regressou a Portugal, reocupando o seu lugar na Alfândega e participando nas Cortes como deputado eleito pelo Alentejo, na legislatura que começou a 15 de Agosto de 1834 e terminou em 4 de Junho de 1836.

Em 1836, depois da revolução de Setembro que repôs a Constituição de 1822, demitiu-se do cargo de Administrador das Alfândegas e exilou-se em França, de onde regressou em 1839 para, uma vez mais, tomar assento

como deputado por Évora na legislatura que se prolongou até 25 de Fevereiro de 1840.

Em 1840 abandona definitivamente a vida política e regressa ao Alentejo, onde passou quase todos os últimos anos da sua vida, vindo, no entanto, a falecer em Lisboa.

Foi autor de estudos jurídicos, económicos e políticos.

PEDRO DE SOUSA HOLSTEIN
1º Conde, Marquês e Duque de Palmela

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

PEDRO DE SOUSA HOLSTEIN

Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Erário Régio de 19 a 20 de Junho de 1823

Nasceu em Turim a 8 de Maio de 1781 - Faleceu em Lisboa a 12 de Outubro de 1850.

Filho de Alexandre de Sousa Holstein (senhor da Casa dos Sousas e conde de Sanfré, no Piemonte) e de Isabel Juliana de Sousa Coutinho.

Filho de diplomata, veio para Portugal apenas em 1794 para frequentar a Universidade de Coimbra, tendo no entanto, seguido a carreira das armas.

Em 1802 foi nomeado conselheiro e, mais tarde, encarregado de negócios da embaixada portuguesa junto da Corte pontifícia.

Em 1806 regressou a Portugal para assumir a administração do seu vasto património, tendo integrado, como major, as forças militares luso-inglesas que, sob o comando de Wellesley, derrotaram as tropas francesas.

Em 1810, foi enviado como ministro plenipotenciário para junto do governo espanhol de Cádiz tendo sido, dois anos mais tarde, agraciado com o título de conde de Palmela e transferido para Londres como embaixador.

Em 1815 representou Portugal no Congresso de Viena e, no ano seguinte, partiu para Paris a fim de defender a posição portuguesa no litígio com a Espanha sobre os territórios do Rio da Prata.

Em 1817, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros na corte do Rio de Janeiro, embarcando, todavia, apenas em 1820.

Demitido, a seu pedido, do cargo, acompanhou D. João VI no regresso a Portugal, em 1821, mas as forças políticas então no poder forçaram-no a sair da Corte, tendo ido viver para Borba onde permaneceu até 1823, data da *Vilafrancada*.

Foi, então, chamado a assumir, de novo, a pasta dos Negócios Estrangeiros (em Julho desse ano foi agraciado com o título de marquês de Palmela), cargo em que se manteve até 1825 e cujo exercício se viu forçado a interromper por ocasião da *Abrilada*.

Nesta última data, reocupou o posto de embaixador em Londres do qual se demitiu quando D. Miguel foi proclamado rei absoluto. Em Londres defendeu a causa liberal apoiando quer os refugiados políticos, quer os liberais da ilha Terceira, quer ainda cuidando da jovem rainha D. Maria II, entretanto chegada a Londres, quer angariando fundos para patrocinar as expedições militares.

Foi nomeado por D. Pedro para presidir ao Conselho da Regência, na Ilha Terceira e quando este, depois de abdicar do trono do Brasil, regressou à Europa, foi nomeado, de novo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e interino do Reino.

Acompanhou as tropas liberais na tomada do Porto e participou na expedição ao Algarve como governador civil de todas as localidades que fossem caindo nas mãos do exército liberal.

Terminada a guerra civil com a vitória das forças liberais, presidiu à Câmara dos Pares e ocupou ainda sucessivos cargos nos governos de D. Maria II, tendo, aliás, sido o presidente do primeiro ministério constituído após a morte de D. Pedro.

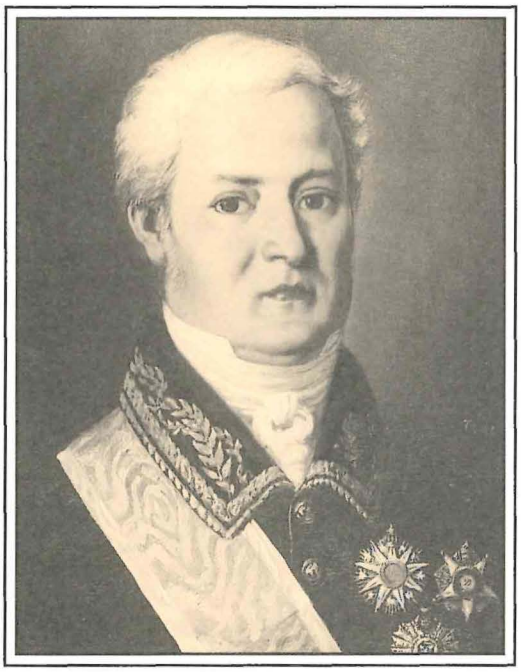
Em 1835 foi, mais uma vez e por um período breve, ministro dos Negócios Estrangeiros do ministério presidido por Saldanha.

Em 1836, com o Setembrismo, apesar de ter emigrado foi escolhido para como ministro plenipotenciário assistir à coroação da rainha Vitória, em Londres. De regresso a Lisboa, e por se ter manifestado como oposicionista, foi expulso do país pelo governo de Costa Cabral.

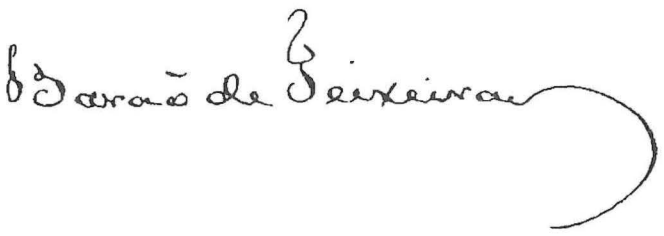
Após a queda do ministro, presidiu a um novo ministério entre Maio e Outubro de 1846, à data da *Patuleia*.

Mais uma vez, emigrou, só regressando a Portugal em 1847, após a Convenção do Gramido, não tendo, porém, retomado a vida política.

Autor de vários textos de cariz político, destaca-se o *Manifesto dos direitos de Sua Majestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II* (Londres, 1829), *Manifesto de D. Pedro, duque de Bragança*, *Discursos parlamentares proferidos nas Câmaras Legislativas desde 1834 até hoje* (Lisboa, 1844) e de artigos em vários jornais da época.



HENRIQUE TEIXEIRA DE SAMPAIO
1° Barão de Teixeira e 1° Conde da Póvoa



Colecção Particular do Conde da Póvoa

HENRIQUE TEIXEIRA DE SAMPAIO

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Erário Régio, nomeado em 21 de Junho de 1823, tomou posse em 26 de Junho de 1823.
Ocupou o cargo até 15 de Janeiro de 1825.

Nasceu em Angra do Heroísmo a 30 de Outubro de 1774 - Faleceu em Lisboa a 27 de Março de 1833.

Filho de Francisco José Teixeira de Sampaio (fidalgo da Casa Real) e de Eulália Cabral de Melo Carvão.

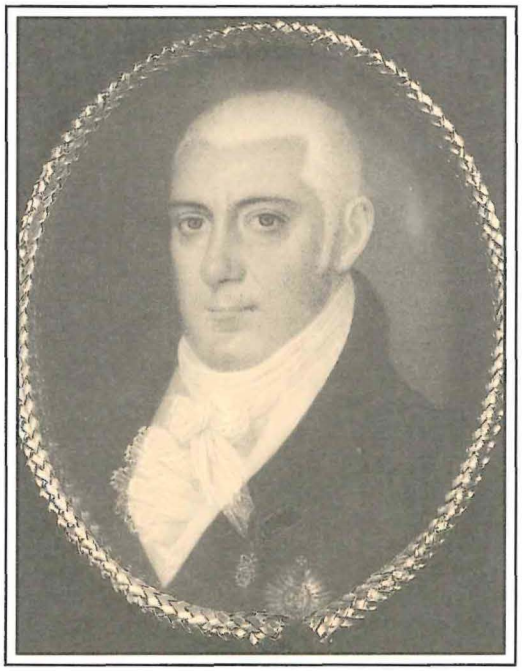
Educado em Inglaterra, onde iniciou a sua prática comercial, regressou anos mais tarde a Portugal, mais precisamente a Lisboa, onde se estabeleceu, tendo em 1800 sido nomeado comissário-geral dos Fornecimentos ao Exército.

Graças à sua fortuna, pôde conceder ao Estado um empréstimo de dois milhões de cruzados e auxiliar os exércitos durante a Guerra Peninsular.

Em 1823 integrou o governo presidido pelo Conde de Palmela como Ministro da Fazenda tendo exercido também o cargo de Presidente do Erário Régio até 1825, ano em que foi agraciado com o título de conde da Póvoa.

Em 1826 foi nomeado Par do Reino e Conselheiro de Estado.

Foi agraciado com a grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Comendador das Ordens de Cristo e Torre e Espada.



MIGUEL ANTÓNIO DE MELO
(Miguel António de Melo Abreu Soares de Brito
Barbosa Palha Vasconcelos Guedes)
1º Conde de Murça

Colecção Particular do Marquês de Sabugosa

MIGUEL ANTÓNIO DE MELO

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Real Erário, nomeado em 15 de Janeiro de 1825, tomou posse em 24 de Janeiro de 1825.

Nasceu em 25 de Dezembro de 1766 - Faleceu em 7 de Agosto de 1836.

Filho de João Domingues de Melo Abreu Soares de Vasconcelos e Brito e de Joaquina Maria de Noronha.

Foi Governador e Capitão-General de Angola entre 1795 e 1800, onde procurou desenvolver a extracção do ferro, tendo mandado construir, em Calumbo, um forno especial para o ferro, em 1798.

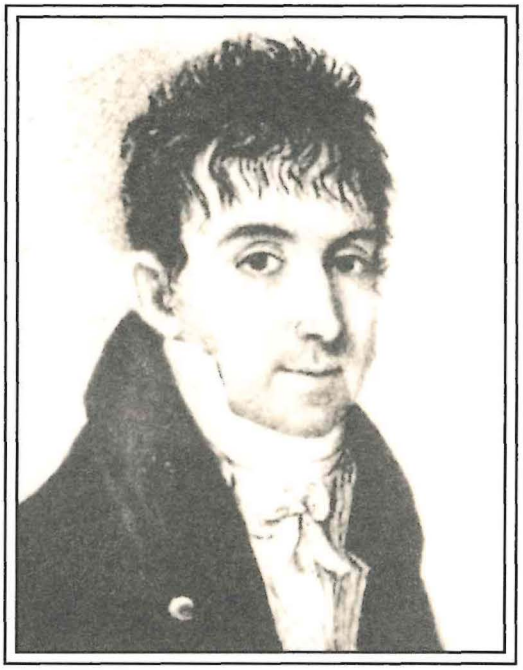
Foi igualmente Governador de Pernambuco e Governador e Capitão-General dos Açores, durante a Guerra Peninsular.

Em 1823, depois da *Vilafrancada*, foi um dos membros da comissão nomeada por D. João VI, para o estudo e apresentação um projecto de Constituição, vindo mesmo a elaborar um *Projecto para reforma da lei fundamental da monarquia portuguesa ajustada ao génio, carácter, fins, usos e costumes da nação respectiva com as únicas alterações e acrescentamentos que a diversidade dos tempos e das circunstâncias persuadem necessárias, maiormente depois das grandes convulsões políticas que a referida nação tem padecido entre os anos de 1820 e 1827.*

Os cargos de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e

Presidente do Erário Régio e de Ministro interino dos Negócios Estrangeiros que ocupou em 1825, foram os seus últimos cargos públicos, tendo-se afastado da vida política depois daquela data.

Em 1826 foi elevado a par do Reino. Foi também agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo e foi sócio honorário da Academia Real das Ciências.



HERMANO JOSÉ BRAAMCAMP DE ALMEIDA CASTELO BRANCO
1º Conde e 2º Barão de Sobral

Barão de Sobral. Hermano.

HERMANO JOSÉ BRAAMCAMP DE ALMEIDA CASTELO BRANCO

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e, provisoriamente Presidente do Erário Régio, nomeado em 1 de Agosto de 1826, tomou posse em 5 de Agosto de 1826.

Nasceu em Carnide (Lisboa) a 16 de Setembro de 1775 - Faleceu em 2 de Fevereiro de 1846.

Filho de Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco (1º barão de Sobral) e de Joana Maria da Cruz Sobral.

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1794.

Liberal activo, foi membro da Regência provisória instituída em 1820 e eleito deputado às Cortes Constituintes de 1821 de que foi presidente e vice-presidente.

Na sequência da Vilafrancada (1823) afastou-se da vida política, a ela regressando em 1826, num dos governos da regência de D. Isabel Maria, para assumir a pasta da Fazenda e, provisoriamente, a presidência do Erário Régio. [1]

Durante o reinado de D. Miguel retirou-se, de novo, da vida política até que,

[1] No registo da sua tomada de posse, é mencionado expressamente o carácter provisório da sua nomeação para a presidência do Erário Régio dado que se aguardava a organização do Tribunal do Tesouro Público, cuja criação fora determinada no art. 136º da Carta Constitucional.

em 1833, depois da entrada das tropas liberais em Lisboa, integrou uma comissão encarregada de estudar o estado da dívida externa consolidada.

Foi Par do Reino (1835) e Ministro e Conselheiro de Estado honorário.

Em 1838 foi eleito Senador, cargo que desempenhou até 1842.

PEDRO DE MELO DA CUNHA MENDONÇA E MENESES

2º Marquês de Olhão e 2º Conde de Castro Marim

PEDRO DE MELO DA CUNHA MENDONÇA E MENESES

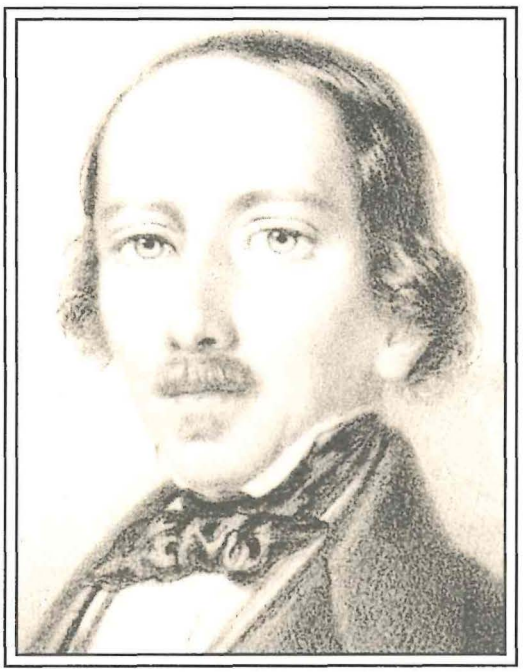
Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Erário Régio de 9 de Junho de 1827 a 11 de Junho de 1827.

Nasceu em 14 de Outubro de 1784 - Faleceu em 2 de Fevereiro de 1844.

Filho de Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses (1° marquês de Olhão e 1° conde de Castro Marim) e de Joaquina Teles da Silva.

Foi nomeado Ministro interino dos Estrangeiros em 10 de Junho de 1827 e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda a 9 de Junho de 1827.

Capitão de infantaria, monteiro-mor do Reino, Par do Reino (1826) deputado da Junta dos Três Estados e Presidente do Senado da Câmara de Lisboa.



MANUEL ANTÓNIO DE CARVALHO
Barão de Chanceleiros

Colecção Particular de Manuel Monteiro Lopes de Carvalho (Quinta do Coelho - Alenquer)

MANUEL ANTÓNIO DE CARVALHO

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Público, nomeado em 17 de Junho de 1827, tomou posse em 18 de Junho de 1827.
Ocupou este cargo até 26 de Fevereiro de 1828.

Interinamente Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Público de 17 de Abril de 1838 a 26 de Novembro de 1839.

Nasceu em Carvalhais (Mirandela) a 31 de Maio de 1785 - Faleceu em Alenquer a 18 de Dezembro de 1858.

Filho de Sebastião José de Carvalho e de Josefa Maria de Almeida Carvalho.

Irmão de Sebastião José de Carvalho que, anos antes, ocupara a mesma pasta da Fazenda.

Formado em Direito, em 1812, pela Universidade de Coimbra, participou no Batalhão Académico que combateu a ocupação napoleónica.

Iniciou a sua carreira na magistratura como Juiz de Fora em Vila do Conde (1813), chegando a Desembargador da Relação do Porto.

Liberal, foi deputado à Assembleia Constituinte vintista.

Nomeado para integrar a Regência que o governo de Lisboa pretendia instituir na Baía para obstar à revolta do Brasil, chefiada por D. Pedro, não o chegou

a fazer dado que se concretizou a independência.

Exerceu o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na regência de D. Isabel Maria, tendo sido o primeiro titular da Pasta da Fazenda incumbido de apresentar às Câmaras o Orçamento Geral do Estado, segundo as disposições da Carta Constitucional. Ocupou este cargo até 26 de Fevereiro de 1828, data em que foi demitido por D. Miguel.

Ainda em 1827, exerceu interinamente por um curto período (Agosto e Setembro) o cargo de Ministro da Justiça.

Durante o reinado de D. Miguel interrompeu a sua carreira política até 1835, ano em que foi nomeado Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (27 de Maio a 15 de Julho).

Em 17 de Abril de 1838, voltou a ocupar pasta da Fazenda (interinamente) até 26 de Novembro do ano seguinte

Foi deputado nas legislaturas de 1834-1836 e de 1838-40 e 1840-1846.

Foi nomeado por D. Maria II Conselheiro de Estado (1845) e Par do Reino (1847).

Em 1855 foi Presidente suplente da Câmara dos Deputados, exercendo por várias vezes a Presidência efectiva.

Em 1840, foi agraciado com o título de barão de Chanceleiros.

Comendador da Torre e Espada e da Ordem de Leopoldo da Bélgica, condecorado com a medalha das quatro campanhas da Guerra Peninsular.

Foi autor de *Relatório apresentado na câmara dos senhores deputados da nação portuguesa, em 11 de Fevereiro de 1828* ...

DIOGO DE MENESES D´EÇA
3º Conde da Lousã

DIOGO DE MENESES D´EÇA

Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Erário Régio, no Brasil, nomeado no Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1821.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Público (no Reino), nomeado em 26 de Fevereiro de 1828, tomou posse em 29 de Fevereiro.
Ocupou o cargo até 1 de Agosto de 1833.

Nasceu em Guimarães a 1 de Agosto de 1788 - Faleceu em Lisboa a 4 de Fevereiro de 1878.

Filho de Rodrigo José António de Meneses (1° conde de Cavaleiros) e de Maria José Ferreira d'Eça e Bourbon.

Desenvolveu carreira militar até 1808, ano em que, a seu pedido, foi demitido do Exército.

Integrou a comitiva que, em 1817, acompanhou a princesa D. Maria Leopoldina, de Leorne ao Rio de Janeiro onde se casou com D. Pedro.

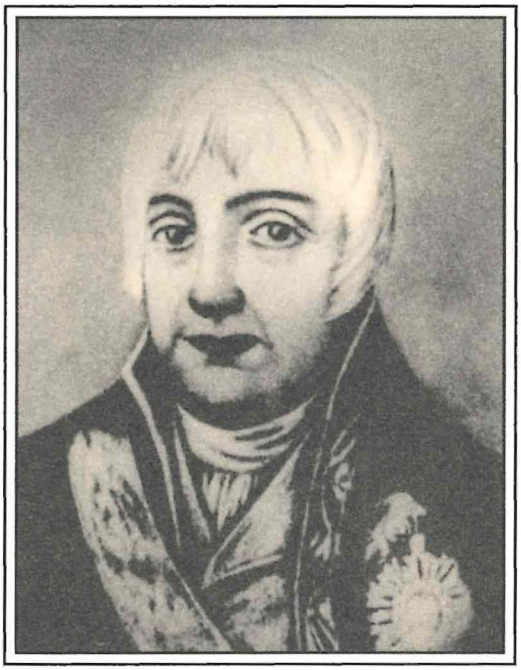
No Brasil, onde exercia as funções de mordomo-mor de D. Maria Leopoldina, foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Erário Régio, criado no Rio de Janeiro em 28 de Junho de 1808.

Em 1821, acompanhou a família real no seu regresso a Portugal e, em 1826, foi nomeado Par do Reino.

Activo defensor de D. Miguel, foi por ele nomeado para o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Público, que desempenhou durante todo o período da guerra civil até à vitória dos liberais.

Em 1834, foi suspenso das suas funções de Par mas viria a ser reintegrado na Câmara Alta em 1851, onde, por sua vontade, não tomou assento.

Foi Comendador da Ordem de Cristo, grã-cruz das Ordens de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de Leopoldo da Áustria.



FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL E CASTRO

1º Conde e 2º Marquês de Aguiar

Fundação da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro - Brasil)

FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL E CASTRO

Presidente do Erário Régio, no Brasil, nomeado em 11 de Março de 1808.
Ocupou o cargo até à sua morte em 1817.

Nasceu em Lisboa (?) a 4 de Dezembro de 1752 - Faleceu no Rio de Janeiro a 24 de Janeiro de 1817.

Filho de José Miguel João de Portugal (3º marquês de Valença e 9º conde de Vimioso) e de Luísa de Lorena.

Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, desenvolveu carreira na magistratura, nomeadamente na Relação de Lisboa e na Casa da Suplicação.

Foi governador e capitão-general da Baía durante 14 anos e vice-rei do Brasil entre 1804 e 1806.

Após o regresso a Portugal, voltou de novo para o Brasil, acompanhando a família real e a Corte.

No Brasil, foi Presidente do Erário Régio - ali criado formalmente em 28 de Junho de 1808 - cargo que ocupou até à sua morte, em 1817 e também ministro assistente ao despacho, encarregado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, membro da Junta do Comércio e do Conselho da Fazenda.

Foi agraciado com o título de conde de Aguiar em 1808 e de marquês em 1813.

JOÃO PAULO BEZERRA DE SEIXAS

JOÃO PAULO BEZERRA DE SEIXAS

Presidente do Erário Régio, no Brasil, nomeado em 28 de Junho de 1817. Ocupou o cargo até à sua morte, em 29 de Novembro de 1817.

Nasceu em Lisboa a 26 de Junho de 1757 - Faleceu no Rio de Janeiro a 29 de Novembro de 1817.

Filho de José Bezerra de Seixas e de Isabel Florência do Espírito Santo Fonseca.

Formado em Direito, em 1781, pela Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura, tendo sido nomeado ouvidor na comarca de Vila Rica (Minas Gerais), em 1790.

Foi nomeado representante de Portugal nos Estados Unidos, em 1801, mas não chegou a exercer o cargo.

Foi igualmente nomeado representante de Portugal na Holanda (1802-1810) e na Rússia (1811-1812).

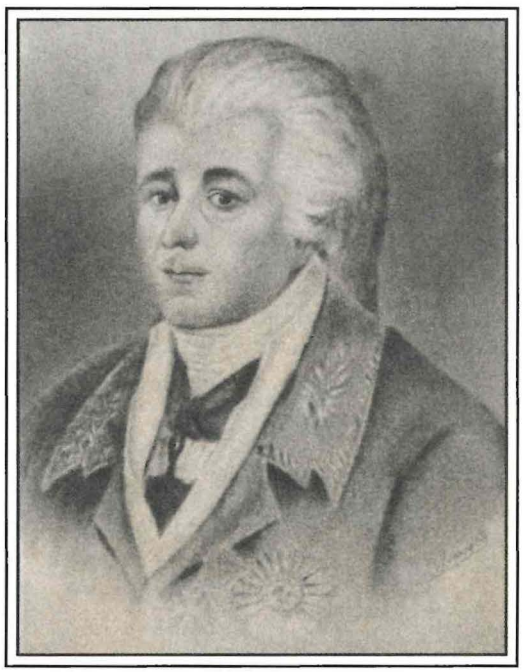
Chamado à Corte no Rio de Janeiro, aí chegou em Fevereiro de 1813, após uma longa viagem.

No entanto, só em 1817, ocupou cargos no Governo : primeiro, ocupou interinamente a pasta do Reino durante a doença do marquês de Aguiar.

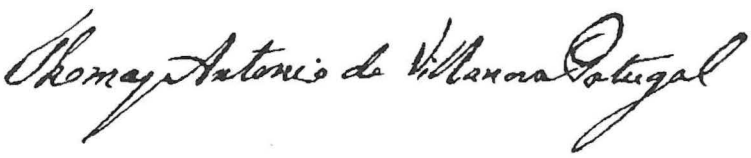
No mesmo ano, após a morte do conde da Barca, foi nomeado Ministro da

Fazenda e Presidente do Erário Régio mas por pouco tempo dado que morreu nesse mesmo ano. Geriu ainda, interinamente, as pastas da Guerra e dos Estrangeiros.

Foi cavaleiro da Ordem de Cristo.



TOMÁS ANTÓNIO DE VILANOVA PORTUGAL



Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro - Brasil)

TOMÁS ANTÓNIO DE VILANOVA PORTUGAL

Presidente do Erário Régio, no Brasil, nomeado em 30 de Novembro de 1817.
Ocupou o cargo até Janeiro de 1821.

Nasceu em Tomar a 18 de Setembro de 1755 - Faleceu em Lisboa a 16 de Maio de 1839.

Filho de José António das Neves.

Formado em Leis, em 1777, na Universidade de Coimbra, em 1801 foi nomeado director da Fábrica das Sedas e Obras de Águas Livres e Inspector da Aula do Comércio.

Ocupou vários cargos na carreira da magistratura tendo ocupado o cargo de Desembargador do Paço quando a Corte se encontrava no Rio de Janeiro.

Também no Rio de Janeiro, foi ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e, muito provavelmente, terá sido o autor do alvará de 30 de Março de 1818 contra a maçonaria e outras sociedades secretas.

Partidário do absolutismo, viria a pedir demissão dos cargos em Janeiro de 1821, regressando então a Portugal.

Comendador das Ordens de Avis e de Torre e Espada.

Ainda antes da sua partida para o Brasil, foi autor das seguintes obras

publicadas nas Memórias da Academia Real das Ciências : *"Memória ao programa - qual foi a origem, e quais os processos e as variações da jurisprudência dos morgados em Portugal ?", "Memória sobre a preferência dos mercados ao uso das feiras", "Memória ao programa : qual seja a época fixa da introdução do direito romano em Portugal, e o grau de autoridade que ele teve nos diversos tempos", "Memória sobre a cultura dos terrenos baldios, que há no termo da vila de Ourém", "Memória sobre os juros, relativamente à cultura das terras", Observações que seria útil fazerem-se, para a descrição económica da comarca de Setúbal"* e *"Observações sobre o mapa da povoação do termo da vila de Azeitão"*.

LUÍS DA SILVA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

LUÍS DA SILVA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

Ministro e Secretário de Estado em todas as repartições do Reino, nomeado em 15 de Março de 1830, pelo Conselho de Regência estabelecido na ilha Terceira [1].
Ocupou o cargo até 2 de Julho de 1831. [2]

Nasceu em Lisboa a 16 de Junho de 1792 - Faleceu em Torres Vedras a 27 de Dezembro de 1846.

Seguiu carreira militar tendo atingido o posto de coronel de engenharia.

Depois de se ter estabelecido no Fundão onde comprara algumas propriedades agrícolas, partiu para Paris, onde residiu entre 1820 e 1823 e onde dirigiu a redacção do jornal *Anais das Ciências e das Letras*, de que era proprietário seu sogro, José Diogo de Mascarenhas Neto.

De regresso a Portugal após a *Vilafrancada* (1823), foi nomeado Provedor da Casa da Moeda, cargo que obrigava à regência de uma cadeira de Física e Química no laboratório daquela instituição.

Encontrava-se em França quando teve início o reinado de D. Miguel e aí

[1] Na ilha Terceira, importante esteio territorial da causa liberal a partir de 1828, exerceu funções um Conselho de Regência, nomeado por D. Pedro, imperador do Brasil (na qualidade de tutor da filha, D. Maria, já então reconhecida pelas cortes europeias como rainha legítima de Portugal) e do qual faziam parte o conde de Vila Flor (comandante da ilha Terceira e futuro duque da Terceira), o marquês de Palmela e um antigo deputado vintista, José António Guerreiro.

[2] Ausente da Terceira em comissão de serviço, foi o expediente da Secretaria de Estado (por decreto de 14 de Janeiro de 1831) entregue a 3 secretários da regência nas respectivas repartições : Negócios Estrangeiros (conde de Ficalho), Guerra (capitão João Ferreira Sarmento), e restantes repartições (tenente António César Correia de Vasconcelos).

permaneceu como emigrado liberal. Partidário de D. Maria II durante as lutas liberais, acompanhou várias operações da guerra civil, tendo sido nomeado capitão-general e governador da ilha da Madeira (1832) e exercido, durante a regência, vários cargos ministeriais : ministro e secretário de Estado de todas as repartições do Reino (15 de Março de 1830 a 2 de Julho de 1831), ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, interino, entre Julho e Setembro de 1832, ministro do Reino (Novembro de 1832 e Janeiro de 1833) e ministro da Marinha (Julho a Novembro de 1832).

No reinado de D. Maria II foi deputado em diversas legislaturas, Inspector das Obras Públicas e voltou a ocupar, por breves períodos, a pasta do Reino, em 1835, 1842 e 1846.

Apoiante da Junta do Porto, durante a *Guerra da Patuleia*, participou na batalha de Torres Vedras (23 de Dezembro de 1846) onde ficou gravemente ferido, vindo a falecer a 27 de Dezembro.

Fidalgo da Casa Real e do Conselho de Sua Majestade, cavaleiro da Ordem de São João de Jerusalém, Grã-cruz de Nossa Senhora da Conceição e comendador da Torre e Espada, foi sócio da Academia Real das Ciências e de outras associações científicas.

Elaborou diversos relatórios no âmbito dos vários cargos públicos que ocupou e foi autor de *Geórgicas portuguesas (Paris, 1820), Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública* (Paris, 1823), na qual apresentou um plano de reforma da Universidade e propôs a criação de uma Faculdade de Letras, *Curso elementar de Física e Química* (Lisboa, 1824), primeira obra completa sobre esta temática publicada em Portugal, e *Rui, o escudeiro* (Lisboa, 1844).

JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA BRAK-LAMY

Colecção Particular de D. Maria Julieta Brak-Lamy Padesca de Balmori

JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA BRAK-LAMY

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, do Reino, da Fazenda e Estrangeiros, nomeado em 2 de Julho de 1831, pelo Conselho de Regência estabelecido na ilha Terceira. [1]
Ocupou o cargo até 10 de Outubro de 1831.

Nasceu em Lagos, em 1781 - Faleceu em (?)

Filho de Miguel José Ferreira e de Brísida Maria Caetana Brak.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura tendo sido corregedor da comarca de Guimarães e desembargador da Relação do Porto (1826).

Deputado nas legislaturas de 1834-1836 e 1840-1842.

Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça em 30 de Agosto de 1839.

[1] Por decreto da mesma data, foi a Repartição dos Negócios do Estado (criada na ilha Terceira, em 15 de Março de 1830) dividida em duas : a Secretaria de Estado da Guerra e Marinha e a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, do Reino, da Fazenda e Estrangeiros.

JOSÉ DIONÍSIO DA SERRA

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

JOSÉ DIONÍSIO DA SERRA

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, do Reino, Eclesiásticos e da Justiça, nomeado em 10 de Outubro de 1831, pelo Conselho de Regência estabelecido na ilha Terceira. [1]
Ocupou o cargo até 3 de Março de 1832. [2]

Nasceu em Lisboa a 9 de Outubro de 1772 - Faleceu a 14 de Julho de 1836.

Seguiu carreira militar tendo atingido o posto de coronel.

Defensor do regime constitucional, acompanhou a expedição liberal aos Açores, onde integrou o governo da regência ocupando a pasta acima referida até 3 de Março de 1832, data em que D. Pedro assumiu a regência nos Açores.

Encarregado pela regência de inspeccionar todos os quartéis e obras do arquipélago, acompanhou a expedição ao Porto onde, já depois de terminado o cerco, viria a ser nomeado inspector geral dos quartéis.

Oficial da Ordem de Torre e Espada, Cavaleiro e Comendador da Ordem de S. Bento de Avis.

Foi autor de *Epicédio na morte do Exmº Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho,*

[1] Pelo mesmo decreto a repartição dos Negócios Estrangeiros ficou unida às dos Negócios da Guerra e da Marinha.
[2] Nesta data, D. Pedro (já na condição de regente em nome da filha) chegado aos Açores, nomeia um governo liberal, do qual faziam parte o marquês de Palmela (pastas dos Estrangeiros e do Reino), Agostinho José Freire (pastas da Guerra e da Marinha) e Mouzinho da Silveira (pastas da Fazenda e da Justiça).

conde de Linhares (1813), *Epicédio feito e recitado em 1822 no aniversário da lamentável morte do General Gomes Freire de Andrade* (1831) e *Charadas que à Ilustríssima e Exm[a] Sra Duquesa da Terceira* ... (1834).

JOSÉ DA SILVA CARVALHO

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

JOSÉ DA SILVA CARVALHO

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado pelo regente D. Pedro no Porto, em 12 de Janeiro de 1833.
Ocupou o cargo até 27 de Maio de 1835.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda nomeado em 15 de Julho de 1835.
Ocupou o cargo até 18 de Novembro de 1835.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 20 de Abril de 1836.
Ocupou o cargo até 10 de Setembro de 1836.

Nasceu em S. João de Areias (distrito de Viseu) a 19 de Dezembro de 1782 - Faleceu em Lisboa a 5 de Setembro de 1856.

Filho de José da Silva Saraiva e Ana de Carvalho.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1805, exerceu advocacia em Lisboa até 1810, ano em que foi nomeado juiz de fora da vila de Recardães.

Em 1814, com a recomendação do duque de Wellington, foi nomeado juiz dos órfãos da cidade do Porto e auditor das províncias a norte do Douro.

Iniciou-se então na actividade política, tendo, juntamente com Manuel Fernandes Tomás, Ferreira Borges e Ferreira Viana, fundado o *Sinédrio* cujo

papel viria a ser fundamental na revolução liberal de 1820. Constituída a Junta Provisional Preparatória das Cortes, Silva Carvalho foi um dos seus membros, vindo a integrar também a regência encarregada do governo até ao regresso de D. João VI do Brasil, nomeada pelas Cortes em Janeiro de 1821.

Em 7 de Agosto de 1821, foi nomeado para a pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, no primeiro ministério formado após o regresso de D. João VI, cargo que ocupou até à queda da Constituição em Maio de 1823.

Exilou-se em Inglaterra até 1826 (data da outorga da Carta Constitucional), regressando então a Portugal, retirando-se da vida política mas, em 1828, com a aclamação de D. Miguel viu-se de novo forçado a emigrar para Inglaterra.

Acompanhou D. Pedro na expedição aos Açores como auditor geral das tropas e na expedição ao Porto, onde foi escolhido pelo regente para ocupar a pasta da Fazenda, primeiro interinamente (3 de Dezembro de 1832) e efectivamente a partir de 12 de Janeiro de 1833.

A sua acção em muito contribuiu para a vitória da causa liberal, criando empréstimos patrióticos e gerindo com eficácia as contribuições de guerra.

Logo no dia seguinte a ocupar interinamente a pasta da Fazenda, criou, no Porto, uma Comissão do Tesouro Público, à qual presidia, e que ficava encarregada da receita e despesa do Estado. Na mesma data, cria o Juízo dos Feitos da Fazenda no Tribunal de Segunda Instância, estabelecido no Porto.

Em 31 de Julho de 1833, uma vez estabelecido o governo liberal em Lisboa, é criada a Comissão do Tesouro Público, presidida pelo Ministro e Secretário de Estado da Fazenda e, na mesma data, extinto o Tribunal do Conselho da Fazenda.

No mesmo ano, são extintos a Junta da Administração do Tabaco (6 de Agosto), os Tribunais do Conselho da Real Casa e Estado das Senhoras

Rainhas, da Junta da Casa de Bragança e da Junta da Casa do Infantado (9 de Agosto), o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens (16 de Agosto) e o Conselho Ultramarino (30 de Agosto), transitando todas as suas competências para o Tesouro Público. Finalmente, a 14 de Setembro, é criada uma Comissão para liquidação das contas do extinto Erário Régio. [1]

Todas estas medidas procuravam consolidar o que já na reforma de Mouzinho da Silveira de 1832, fora designado por Tesouro Público Nacional : "a união de todos os direitos, rendimentos e bens da Fazenda Pública".

A todo este acréscimo de competências, vem juntar-se a administração dos bens confiscados às ordens religiosas extintas em 28 de Maio de 1834 o que leva Silva Carvalho a organizar a Comissão do Tesouro Público numa única repartição com o título de contadoria, dividida em 6 repartições.

Em 1835, ocupa a pasta da Fazenda entre Julho e Novembro.

Em 1836, volta a ocupar aquela pasta entre 20 de Abril e 10 de Setembro.

Instalado um novo poder a partir de Setembro de 1836, parte de novo para o exílio, regressando a Portugal em 1838.

Foi deputado nas legislaturas de 1834-1836, 1838-1840 e 1840-1842.

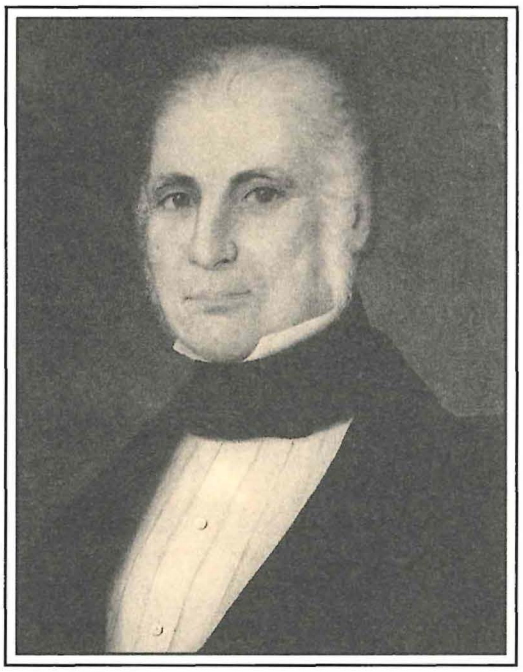
Ocupou também as pastas dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, do Reino, da Guerra e da Marinha por vários períodos.

Em 24 de Julho de 1834, foi nomeado Conselheiro de Estado efectivo e, em 1842, elevado ao pariato.

[1] Instituição que, conquanto tivesse sido extinta pelo decreto de 16 de Maio de 1832 promulgado pelos liberais na Terceira e que reformara a administração da Fazenda, continuou em funcionamento durante todo o reinado de D. Miguel até à entrada das tropas liberais em Lisboa (Julho de 1833).

Pertenceu à loja maçónica *15 de Outubro, n.º 11*, de Lisboa, e foi Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano de 1822 a 1839.

Foi sócio efectivo da Academia Real das Ciências, magistrado do Supremo Tribunal da Justiça e agraciado com a grã-cruz da Ordem de Santiago e de Carlos III de Espanha.



FRANCISCO ANTÓNIO DE CAMPOS
Barão de Vila Nova de Foz Côa

Barão de Villanova de Foz Côa

Colecção Particular de Sra D. Maria do Carmo Sousa Lara

FRANCISCO ANTÓNIO DE CAMPOS

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 27 de Maio de 1835.
Ocupou o cargo até 15 de Julho de 1835.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 18 de Novembro de 1835.
Ocupou o cargo até 6 de Abril de 1836.

Nasceu em Vila Nova de Foz Côa a 1 de Novembro de 1780 - Faleceu em Lisboa a 28 de Agosto de 1873.

Filho de Luís de Campos Henriques e de Angélica Mendes da Silva.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1800, foi caixa e contratador geral do Tabaco e das Reais Saboarias do Reino de 1818 a 1823 e presidente da Comissão para o Melhoramento do Comércio (1822).

Iniciou a sua carreira política como deputado em 1822, sendo novamente eleito na legislatura de 1834-1836. No ano de 1833 era presidente da Câmara dos Deputados, sendo em 1861 nomeado par do Reino e quatro anos depois presidente suplente da Câmara dos Pares.

Ocupou por duas vezes a pasta da Fazenda.

Data do período do seu primeiro ministério o diploma (12 de Junho de 1835) que determinava a uniformização da contabilidade dos ministérios com a

contabilidade geral do Tesouro Público, reunindo-a numa só conta, com o objectivo de tornar mais clara a apresentação anual às Cortes.

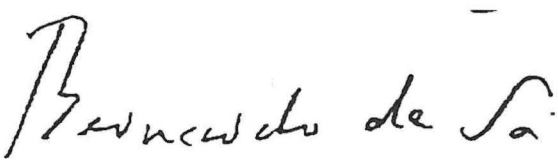
A partir de Setembro de 1836, desligou-se da vida política activa, dedicando-se à elaboração e publicação de trabalhos vários como, por exemplo, *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, apresentado na Câmara dos senhores deputados na sessão de 29 de Fevereiro de 1836; A língua portuguesa é filha da latina* (Lisboa, 1843); *O burro de ouro,* de Apuleio, traduzido em Português (Lisboa, 1847).

Foi também sócio correspondente da Academia Real das Ciências, presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1837) e o primeiro presidente da Associação Comercial de Lisboa (1834). Ocupou o cargo de grão-mestre do Grande Oriente da Maçonaria do Sul (de Janeiro de 1840 a Dezembro de 1849).

O título de Barão de Vila Nova de Foz Côa foi-lhe concedido pela rainha D. Maria II, por decreto de 6 de Fevereiro de 1837.

BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA DE FIGUEIREDO

1º Barão, Visconde e Marquês de Sá da Bandeira



Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA DE FIGUEIREDO

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 10 de Setembro de 1836.
Ocupou o cargo até 4 de Novembro de 1836.

Nasceu em Santarém a 26 de Setembro de 1795 - Faleceu em Lisboa a 6 de Janeiro de 1876.

Filho de Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, fidalgo da Casa Real, e de Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godolphin.

Militar de cavalaria, onde atingiu o posto de general de divisão, participou nas campanhas da Guerra Peninsular a partir de 1810.

Em 1818, matriculou-se nos cursos de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra que frequentou até 1820, vindo mais tarde a completar os seus estudos na Universidade de Paris e em Inglaterra (1825).

Partidário da causa liberal, era já major efectivo, às ordens do conde de Vila-Flor, quando teve início o reinado de D. Miguel. Manifestamente opositor do novo regime, juntou-se às tropas sublevadas do Porto e Aveiro que tentavam depor D. Miguel.

Após pesada derrota das tropas liberais, acompanhou-as na retirada para a Galiza, onde permaneceu algum tempo até à fuga para Inglaterra. Daí partiu para a Madeira, decidido a ajudar os apoiantes de D. Maria mas estando já a ilha na posse dos absolutistas, viu-se forçado a seguir para o Brasil.

Depois de um curto regresso a Inglaterra, partiu para a ilha Terceira onde já se encontravam as tropas do conde de Vila-Flor, favoráveis à causa liberal. Acompanhou as expedições liberais ao Porto, tendo participado activamente na resistência ao cerco daquela cidade, e a Lisboa.

Quando foi assinada a Convenção de Évora-Monte já tinha o posto de brigadeiro.

Durante a sua longa carreira política, integrou diversos governos - alguns de curta duração devido à instabilidade política da época - e constituiu e presidiu a outros:

- em 18 de Novembro de 1835, foi nomeado Ministro da Marinha e interino do Reino num ministério que durou apenas uma semana;
- de 10 de Setembro a 4 de Novembro de 1836, foi Ministro da Fazenda e interino dos Negócios Estrangeiros;
- em Novembro de 1836, foi encarregado de formar o governo ao qual presidiu e no qual ocupou as pastas dos Negócios Estrangeiros e, interinamente, da Guerra. Este governo, do qual fez parte Passos Manuel, durou até Maio de 1837;
- de Outubro de 1837 a Abril de 1839, ocupou a presidência do governo por si constituído e a pasta dos Negócios Estrangeiros;
- de Julho a Outubro de 1846, foi ministro da Guerra;
- de Junho de 1856 a Março de 1859, ocupou as pastas da Marinha e das Obras Públicas;
- em 1860, ocupou as pastas da Guerra (primeiro em Março e depois de 17 de Abril a 5 de Setembro) e da Marinha (de 17 de Abril a 5 de Setembro);
- de Julho de 1868 a Agosto de 1869, ocupou a pasta da Guerra;
- em 18 de Setembro de 1869 foi chamado a formar um novo governo que durou até 29 de Outubro.

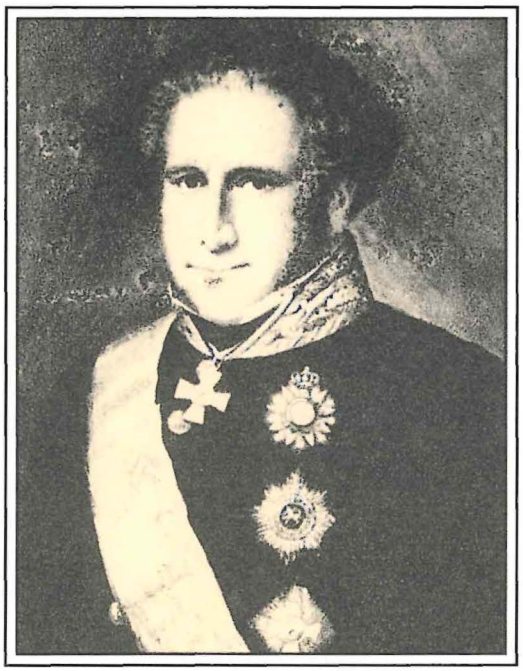
Destaca-se do primeiro governo que Sá da Bandeira constituiu, a acção reformadora de Passos Manuel na qual ele próprio colaborou activamente.

Foi igualmente este governo presidido por Sá da Bandeira que publicou a legislação que aboliu totalmente a escravatura nas colónias portuguesas (10 de Dezembro de 1836 e 17 de Janeiro de 1837).

Sá da Bandeira teve papel de relevo no desenvolvimento das então colónias portuguesas no Ultramar, especialmente em Angola e Moçambique. Foi ele o primeiro presidente do Conselho Ultramarino, criado em 1851.

Foi par do Reino, sócio da Academia Real das Ciências, grã-cruz das Ordens de Torre e Espada, de Cristo e de Avis e agraciado com diversas condecorações estrangeiras.

Foi autor de vários trabalhos, sobretudo acerca de questões coloniais, referindo-se apenas *Documentos oficiais relativos à negociação do tratado entre Portugal e a Grã-Bretanha para supressão do tráfico da escravatura* (1839), *O tratado da escravatura e o bill de Lord Palmerston* (1840), *Factos e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre os territórios de Mlembo, Cabinda e Ambriz e mais lugares da costa ocidental de África* (1855), *Cultura do algodão : notícia sobre esta cultura e o modo de trazer o seu produto ao comércio* (1862) ....



JOÃO GUALBERTO DE OLIVEIRA
1º Barão e Conde do Tojal

Banco de Portugal.
Arquivo Histórico

JOÃO GUALBERTO DE OLIVEIRA

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 1 de Junho de 1837.
Ocupou o cargo até 17 de Abril de 1838.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 12 de Março de 1841.
Ocupou o cargo até 9 de Junho de 1841.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 24 de Fevereiro de 1842 e, nessa qualidade, **Presidente do Tribunal do Tesouro Público.** [1]

Nasceu no Funchal a 12 de Julho de 1788 - Faleceu em Lisboa a 10 de Fevereiro de 1852.

Filho de João Francisco de Oliveira, fidalgo da Casa Real, e de Maria Joaquina Farto.

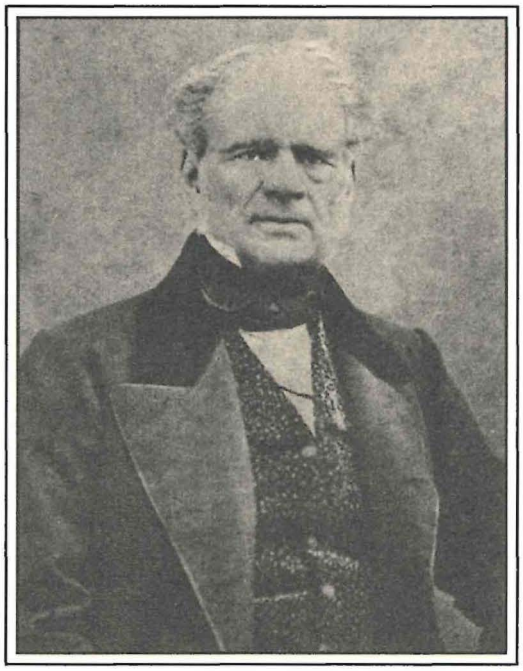
Residiu em Londres, onde seu pai se encontrava, durante alguns anos regressando a Portugal depois de restabelecido o regime constitucional.

Deputado eleito em 1837 às Cortes Constituintes, ocupou várias pastas ao

[1] Restaurada a Carta Constitucional, determinou-se a imediata entrada em funcionamento do Tribunal do Tesouro Público - extinto em Setembro de 1836 - e estabelecido o seu Regulamento (respectivamente, decretos de 9 de Março e 15 de Abril de 1842). Era o Tribunal do Tesouro Público presidido pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

longo da sua carreira política : Fazenda (nas datas acima referidas e ainda em 1847), Marinha (interinamente, em 1837), Reino (1838) e Negócios Estrangeiros (de Junho de 1849 a 1851).

Conselheiro de Estado Extraordinário, par do Reino e agraciado com diversas condecorações, foi também presidente da Associação Comercial de Lisboa, em 1836-1837.



FLÓRIDO RODRIGUES PEREIRA FERRAZ
1º Visconde de Castelões

Visconde de Castelões. S.

FLÓRIDO RODRIGUES PEREIRA FERRAZ

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Inspector Geral do Tesouro Público nomeado em 26 de Novembro de 1839. Ocupou o cargo até 28 de Janeiro de 1841.

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 25 de Julho de 1850. Ocupou o cargo até 13 de Outubro de 1853.

Nasceu no Porto a 13 de Janeiro de 1790 - Faleceu no Porto a 17 de Dezembro de 1862.

Filho de Bento Rodrigues Guimarães e de Ana Bernardina Xavier Ferraz.

Iniciou a sua carreira política como deputado às Cortes de 1834-1836, tendo sido de novo eleito nas legislaturas de 1840-1842, 1842-1845, 1846 e 1848-1851.

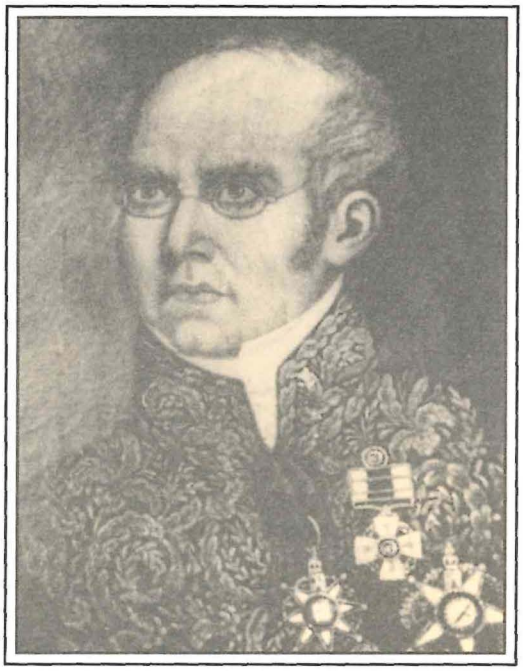
Ocupou as pastas da Marinha e Ultramar (1839 e 1851) e da Guerra (interinamente em Abril de 1851).

Em 10 de Novembro de 1849 foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas, cargo de que tomou posse em 13 de Novembro.

Exerceu ainda os cargos de administrador-geral e director da Alfândega de Lisboa, respectivamente em 1833 e entre 1857 e 18 de Abril de 1859, data em que é exonerado, a seu pedido, daquele cargo.

O título de visconde de Castelões foi-lhe atribuído em 1851.

Par do Reino (em 1849), comendador da Ordem da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e agraciado com outras condecorações.



MANUEL GONÇALVES DE MIRANDA

Colecção Particular da Família Miranda

MANUEL GONÇALVES DE MIRANDA

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 28 de Janeiro de 1841.
Ocupou o cargo até 12 de Março de 1841.

Nasceu em Paradinha (Outeiro -Bragança) a 30 de Novembro de 1781 - Faleceu em Lisboa a 5 de Abril de 1841.

Filho de Martinho Carlos de Miranda e de Perpétua Maria Geraldes.

Depois de ter participado em todas as campanhas da Guerra Peninsular e de ter atingido o posto de capitão, demitiu-se do serviço militar em 1819, tendo concluído o bacharelato em Matemática pela Universidade de Coimbra.

Exilado em Inglaterra, presidiu à comissão de emigrados que preparou a expedição liberal, tendo regressado a Portugal depois de reposto o regime constitucional.

Deputado em 1821, 1826 e na legislatura de 1834-1836.

Em 19 de Setembro de 1833 foi nomeado prefeito da província do Douro.

Foi Ministro da Marinha e do Ultramar entre 20 de Abril e 10 de Setembro de 1836 (defensor da Carta Constitucional, recusou-se a aceitar o Setembrismo).

No Governo de Costa Cabral, foi Ministro da Fazenda e Inspector-Geral do

Tesouro Público entre 28 de Janeiro e 12 de Março de 1841, data em que, a seu pedido, foi transferido para a pasta da Marinha e Ultramar que ocupou até 1 de Abril.

Par do Reino em 1 de Outubro de 1835, tomou assento na Câmara dos Pares em 5 de Janeiro de 1836.

Pertenceu à loja maçónica 24 de Julho, n.º 500, de Lisboa, de obediência do Grande Oriente Lusitano. Foi grão-mestre desta Obediência entre 1839 e 1841.

Foi sócio honorário da Real Academia das Ciências.

Foi autor de uma proclamação intitulada *Meus caros compatriotas* quando era presidente da comissão de emigrados em Londres e ainda de uma *Memória*, publicada em Londres (talvez em 1834) que relata os preparativos da expedição liberal efectuados pela comissão da qual fazia parte juntamente com o Almirante Sartorius e com Juan Alvarez y Mendizabal.

ANTÓNIO JOSÉ DE ÁVILA

1º Conde, Marquês e único Duque de Ávila e Bolama

Conde d'Avila

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

ANTÓNIO JOSÉ DE ÁVILA

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nomeado em 9 de Junho de 1841.
Ocupou o cargo até 9 de Fevereiro de 1842.

Nasceu na ilha do Faial a 8 de Março de 1806 - Faleceu em Lisboa a 3 de Maio de 1881.

Filho de Manuel José de Ávila e de Prudência Joaquina Cândida da Costa.

Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, regressou aos Açores onde, na Horta, foi professor de Filosofia Racional e Moral. Em Paris, cursou Medicina.

Adepto da causa liberal, em 1831 foi eleito presidente da Câmara Municipal da Horta. No ano seguinte foi nomeado provedor do concelho da Horta e subprefeito da ilha de S. Miguel onde não chegou a desembarcar devido ao clima de instabilidade provocado pela saída das tropas liberais em expedição para o Continente.

Apresenta-se no Porto, onde estava o exército liberal e após solicitar e obter de D. Pedro a elevação da Horta a cidade, aí regressa.

Foi deputado em várias legislaturas, a primeira das quais a de 1834-1836 e a última de 1860-1861.

Ocupou por diversas vezes as pastas dos Negócios da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros e da Justiça entre 1849 e 1870 em governos de diferentes orientações políticas como os de Joaquim António de Aguiar, Costa Cabral,

duque da Terceira ou do marquês de Sá da Bandeira.

Presidiu também a alguns governos : de 4 de Janeiro a 22 de Julho (no qual ocupou também as pastas dos Negócios Estrangeiros e do Reino), de 29 de Outubro de 1870 a 9 de Janeiro de 1871 (ocupando também por alguns períodos as pastas dos Negócios Estrangeiros, das Obras Públicas e do Reino), de 12 de Julho a 13 de Setembro de 1871 e, por último, de 5 de Março de 1877 a 29 de Janeiro de 1879 (ocupando também as pastas do Reino e dos Negócios Estrangeiros).

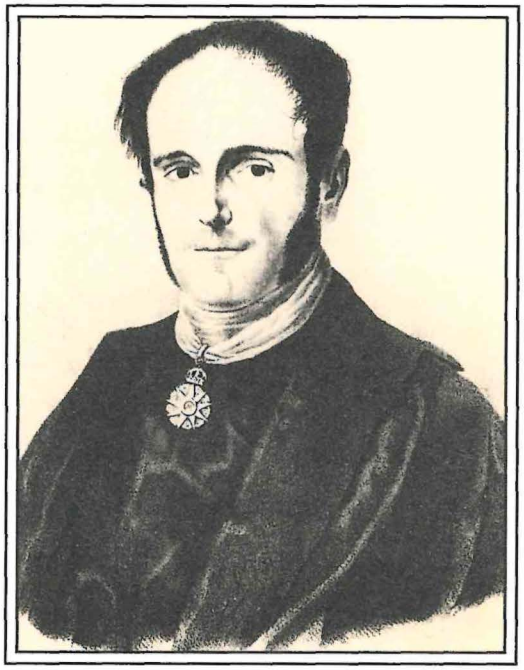
Representou Portugal nos Congressos de Estatística de Bruxelas (1853) e de Berlim (1863), foi comissário régio junto à Exposição de Paris (1855) e em 1867 representou Portugal no congresso reunido em Paris para tratar da unificação da moeda.

No campo diplomático, foi ministro plenipotenciário nas cortes espanhola (tendo no decurso dessa missão feito valer os pontos de vista portugueses sobre a questão da ocupação de Bolama, na Guiné, pela Inglaterra) e francesa.

Exerceu ainda outros cargos como o de administrador-geral de Évora e do Porto, foi director da Companhia das Lezírias, presidente do Supremo Tribunal Administrativo, governador da Companhia do Crédito Predial Português e do Banco Hipotecário

Sócio da Academia das Ciências de que viria a ser vice-presidente, foi agraciado com várias condecorações portuguesa e estrangeiras, tendo recebido os títulos de conde e de marquês do rei D. Luís e o de duque do rei D. Carlos.

Decorrente da sua intensa e longa actividade, publicou, além dos seus discursos nas Cortes e na Academia das Ciências, alguns trabalhos referindo-se apenas *Relatório sobre os trabalhos do Congresso de Estatística reunido em Bruxelas em 1853*, *Relatório do comissário régio junto à Comissão Imperial da Exposição Universal de Paris*.



MARCELINO MÁXIMO DE AZEVEDO E MELO
1° Visconde de Oliveira

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

MARCELINO MÁXIMO DE AZEVEDO E MELO

Presidente do Conselho Fiscal de Contas [1], nomeado em 18 de Setembro de 1844, tomou posse a 15 de Outubro.
Ocupou o cargo até à extinção daquele organismo em 10 de Novembro de 1849.

Nasceu em Penafiel em 10 de Janeiro de 1794 - Faleceu no Porto em 13 de Julho de 1853.

Filho de Bernardo José de Azevedo e Melo e de Joana Margarida Pereira de Baeça Veloso de Barbosa.

Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, foi juiz dos órfãos em Santa Marta de Penaguião (1822), corregedor de Vila Real, juiz do Crime no Porto e deputado às Cortes em 1826.

Partidário da causa liberal, manteve-se afastado da vida pública até à entrada das tropas liberais no Porto, tendo então sido nomeado por D. Pedro, naquela cidade, director da Repartição de Víveres e Transportes e em, Setembro de 1832, comissário-chefe do exército.

[1] Por decreto de 18 de Setembro de 1844, é reorganizada a Fazenda Pública, estabelecendo-se, pela primeira vez, a distinção entre a função de administração e a função de verificação e julgamento das despesas e receitas públicas. A distintas funções, correspondem agora distintos organismos : a primeira, a cargo do Tribunal do Tesouro Público, a segunda, a cargo do novo organismo agora criado - o **Conselho Fiscal de Contas** - que detém a mesma categoria atribuída ao Tribunal do Tesouro Público e ao Supremo Tribunal de Justiça.
O serviço central do Ministério fica a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.
No entanto, a verdadeira independência das funções fiscalizadoras não está ainda consagrada : os membros do Conselho Fiscal de Contas, eram escolhidos pelo Governo de entre os membros do Tribunal do Tesouro ou de outras repartições, sendo a posse do seu Presidente conferida pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

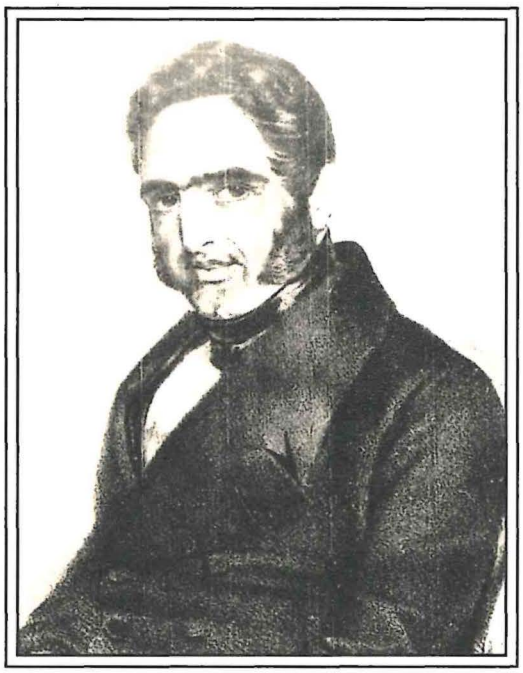
Em 1833, foi juiz no Tribunal de Segunda Instância do Porto e conselheiro do Tribunal do Tesouro Público, cargo do qual viria a ser exonerado em 11 Janeiro de 1834, reintegrado em 20 Junho de 1835 e no qual se manteve até 1836.

Foi administrador-geral de Évora (1839-1841) e do Porto (1841-1842).

Foi Ministro e Secretário de Estado do Reino entre Outubro de 1846 e 1847 e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda (interino) de 6 a 13 de Outubro de 1846, tendo sido criado, no seu ministério, o Banco de Portugal.

Comendador das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, recebeu o título em 1842, ano em que também ascendeu ao pariato.

Pertenceu às lojas maçónicas *28 de Julho*, em Lisboa e *Legalidade*, no Porto, e foi Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano (inteiramente entre 1846-1847, e definitivamente entre 1849-1853).



JOSÉ JOAQUIM GOMES DE CASTRO
1° Conde e 1° Visconde Castro

Biblioteca Nacional.
Colecção de Estampas

JOSÉ JOAQUIM GOMES DE CASTRO

Presidente do Tribunal de Contas [1] nomeado em 10 de Novembro de 1849.
Ocupou o cargo até 25 de Julho de 1850.

Nasceu no Porto a 13 de Dezembro de 1794 - Faleceu em Lisboa a 8 de Outubro de 1878.

Filho de José António Gomes de Castro e de Maria Catarina Gomes da Silva.

Partidário da causa liberal, foi forçado a exilar-se durante o reinado de D. Miguel.

Acompanhou os liberais no cerco do Porto, tendo sido encarregado de presidir, em 26 de Julho de 1833, à Comissão do Tribunal do Tesouro Público, que fora criada no Porto, em 4 de Dezembro de 1832.

Uma vez estabelecido o regime constitucional foi eleito deputado nas primeiras legislaturas.

[1] A administração superior da Fazenda Pública, sofreu uma profunda transformação por decreto de 10 de Novembro de 1849, criando-se, pela primeira vez, o Tribunal de Contas, organismo que irá perdurar até à instauração da República. Já a Constituição de 1838 determinara a existência de um Tribunal de Contas que teria como funções a verificação e liquidação das contas de receita e despesa do Estado e cujos membros seriam eleitos pela Câmara dos Deputados.
O Tribunal de Contas agora criado tinha a seu cargo, *grosso modo*, a fiscalização superior das receitas e despesas públicas de todos os ministérios, câmaras municipais e estabelecimentos pios de rendimentos anuais superiores a 2 contos de réis.
Compunha-se de um Presidente e seis vogais, nomeados pelo Rei, sendo o seu cargo perpétuo.

Em 1841, ocupou pela primeira vez um ministério - o dos Negócios Estrangeiros - sob a Presidência do Duque da Terceira, cargo que voltaria a ocupar de 29 de Março de 1848 a 18 de Setembro de 1849. Entre 1865 e 1866, no ministério de Joaquim António de Aguiar, foi ministro da Marinha e Ultramar e das Obras Públicas.

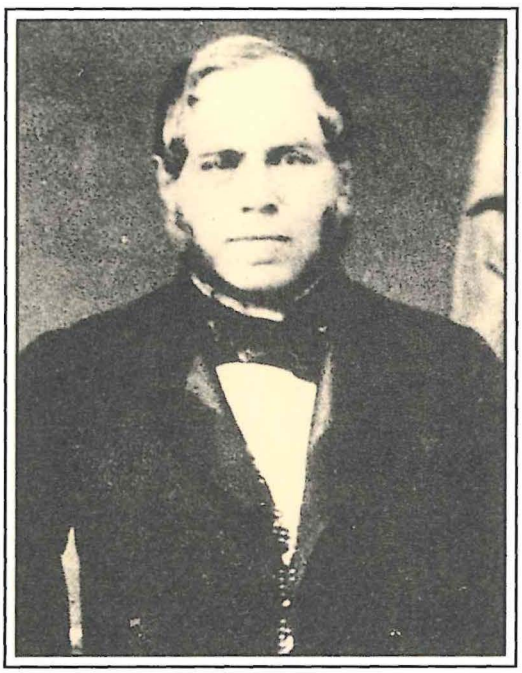
Em 13 de Novembro, tomou posse do cargo de Presidente do Tribunal de Contas, criado em 10 de Novembro.[2]

Data do período em que presidiu ao Tribunal de Contas, o seu primeiro Regimento, publicado em 27 de Fevereiro de 1850.

Foi fidalgo-cavaleiro da Casa Real (alvará de 9 de Junho de 1834), Par do Reino (1865) e Vice-Presidente da respectiva Câmara (cargo que ocupava à data da sua morte), Conselheiro de Estado efectivo, Conselheiro do Tribunal de Contas, vogal do Tribunal Superior Administrativo (secção do Conselho de Estado).

Agraciado com a grã-cruz das Ordens de Cristo e de várias ordens estrangeiras, recebeu os títulos de visconde e de conde de Castro, respectivamente em 1848 e 1862.

[2] Encontrando-se doente, e porque era o Ministro e Secretário de Estado da Fazenda que concedia posse ao Presidente do Tribunal de Contas, foi o vice-presidente Conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto que tomou posse das mãos do ministro (Diário do Governo, 13 Novembro 1849).



JOSÉ ANTÓNIO DE SOUSA AZEVEDO
Visconde de Algés

Visconde de Algés

Banco de Portugal.
Arquivo Histórico

JOSÉ ANTÓNIO DE SOUSA AZEVEDO

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 25 de Agosto de 1855. Ocupou o cargo até 19 de Outubro de 1857.

Nasceu em Coimbra a 18 de Agosto de 1796 - Faleceu em 3 de Março de 1865.

Filho de Manuel Tomás de Sousa Azevedo e de Maria Bárbara Benedita de Sousa Pinto.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu o cargo de Corregedor em Belém (Brasil).

Em 1820, regressou a Portugal onde exerceu as funções de Juiz da Visita de Ouro nos navios que entravam no Tejo, Desembargador da Relação do Porto, Superintendente dos Foros da Ajuda e Intendente-Geral de Polícia (1833).

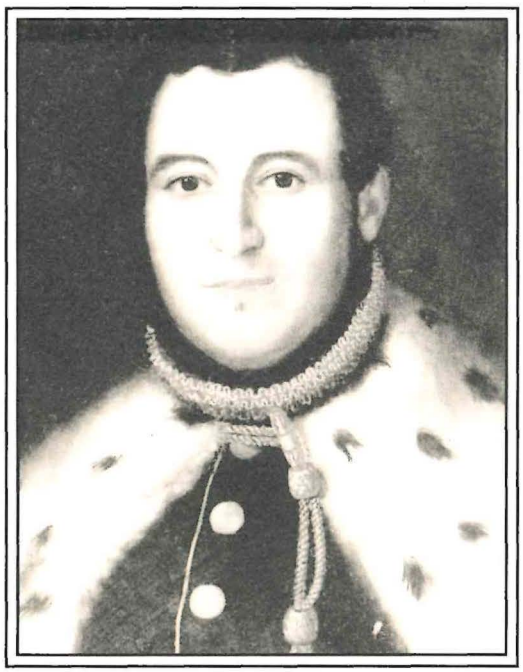
Restaurada a Carta Constitucional, ocupou no ministério de Costa Cabral a pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (14 Setembro de 1842-27 Junho 1844) tendo apresentado um projecto de organização do corpo judicial.

Em 1846, foi nomeado interinamente Ministro da Fazenda (13 de Outubro) e Ministro da Guerra (4 de Novembro) tendo sido exonerado de ambos os cargos em 20 de Fevereiro de 1847.

Criado o Tribunal de Contas, em 10 de Novembro de 1849, foi nomeado Conselheiro nessa mesma data, tendo tomado posse no dia 13 de Novembro.

Foi deputado nas legislaturas de 1834-1836, 1838-1840 e 1840-1842.

Fidalgo da Casa Real, Par do Reino (1847) comendador da Ordem de Cristo, Conselheiro de Estado (1857) e juiz do Supremo Tribunal de Justiça, recebeu o título de visconde de Algés em 1839.



VENÂNCIO PINTO DO REGO CEIA TRIGUEIROS

1º Barão de Porto de Mós

Colecção Particular de D. João Mário de Saldanha

VENÂNCIO PINTO DO REGO CEIA TRIGUEIROS

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 30 de Abril de 1858. Ocupou o cargo até 16 de Novembro de 1864.

Nasceu em Porto de Mós a 28 de Julho de 1801 - Faleceu na Nazaré em 24 de Setembro de 1867.

Filho de Honorato da Cunha Pinto do Rego e de Jacinta Rosa da Encarnação.

Senhor dos morgados da Canoeira e da Ribeira da Azóia (perto de Leiria) e administrador do Morgado do Esporão (junto a Reguengos de Monsaraz).

Juiz de fora e dos órfãos da vila de Monsaraz.

Em 1845 foi nomeado Conselheiro vogal do Conselho Fiscal de Contas (diploma de 15 de Janeiro), cargo de que tomou posse em 20 de Janeiro e do qual foi exonerado em 22 de Julho de 1846.

Criado o Tribunal de Contas em 10 de Novembro de 1849, foi, na mesma data, nomeado conselheiro vitalício daquela instituição, tendo tomado posse em 13 de Novembro.

Foi nomeado presidente do Tribunal de Contas, em 30 de Abril 1858 e exonerado, por motivos de saúde, em 16 de Novembro de 1864, mantendo, no entanto, o cargo de vogal ordinário do mesmo Tribunal. No entanto, já não exercia efectivamente o cargo desde 2 de Maio de 1861.

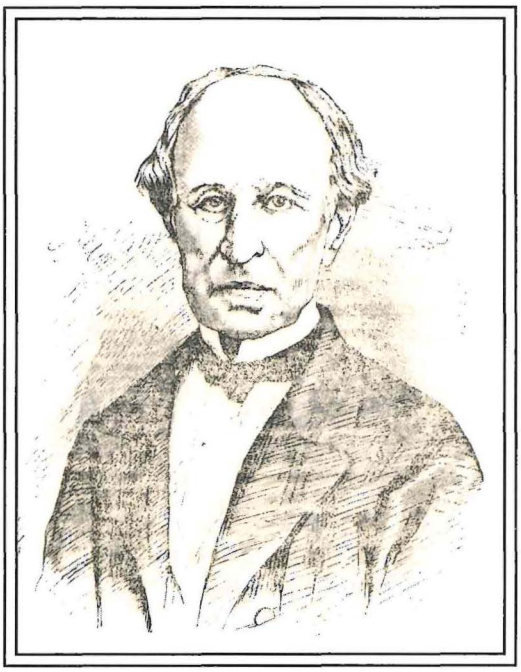
Em 19 de Agosto de 1859, sofreu o Tribunal de Contas uma reforma profunda. Dez anos após a sua criação é o Tribunal reorganizado, estabelecidos os prazos em que as contas deviam ser apresentadas, organizado o quadro de funcionários.

No Relatório que antecede a publicação do diploma são explicitadas as duas grandes funções da instituição : o julgamento das contas dos funcionários encarregados da gestão de dinheiros públicos, das câmaras municipais, das Misericórdias, das confrarias - detendo, neste casos, o Tribunal competências análogas às da ordem judiciária -; e a apreciação e fiscalização das contas dos ministérios expressas pela declaração e relatório anual a apresentar às Câmaras Legislativas - detendo, portanto, o poder legislativo, a competência para julgamento nestes casos.

Em 1860 (6 de Setembro) é atribuído um novo Regimento ao Tribunal de Contas e, em 1863, decretado o Regulamento Geral da Contabilidade Pública.

Deputado nas legislaturas de 1838-40 e 1840-42, foi nomeado Par do Reino em 1842 e, em 1845, recebeu o título de barão de Porto de Mós.

Foi assassinado em 1867, na Ladeira da Infesta, perto da Nazaré.



JOSÉ JOAQUIM LOBO
1º Visconde de S. Bartolomeu

JOSÉ JOAQUIM LOBO

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 16 de Novembro de 1864. Ocupou o cargo até à sua morte em 26 de Dezembro de 1868.

Nasceu em Lisboa a 28 de Setembro de 1793 - Faleceu em Lisboa a 26 de Dezembro de 1868.

Depois de ter frequentado a Aula do Comércio e estudado Humanidades, iniciou com 18 anos a sua carreira na administração pública como escriturário da Junta Liquidatária da Companhia do Pará e Maranhão, em 1811. Em 1818 foi nomeado Oficial Maior da mesma Junta e, quatro anos mais tarde, passou a desempenhar idênticas funções na Companhia de Pernambuco e Paraíba (1822).

Na Mesa da Consciência e Ordens, foi oficial supranumerário (1824) e oficial maior da secretaria (1826). Foi Escrivão da Administração dos Fundos do Colégio dos Meninos Órfãos (1827), escrivão do cofre das quartas partes das comendas sequestradas (1830) e do almoxarifado e direitos reais da comenda da vila de Arruda (1831).

Em 1833, era subdirector do Tesouro Público e, em 1837, foi encarregado de apresentar uma proposta de reforma da contabilidade pública.

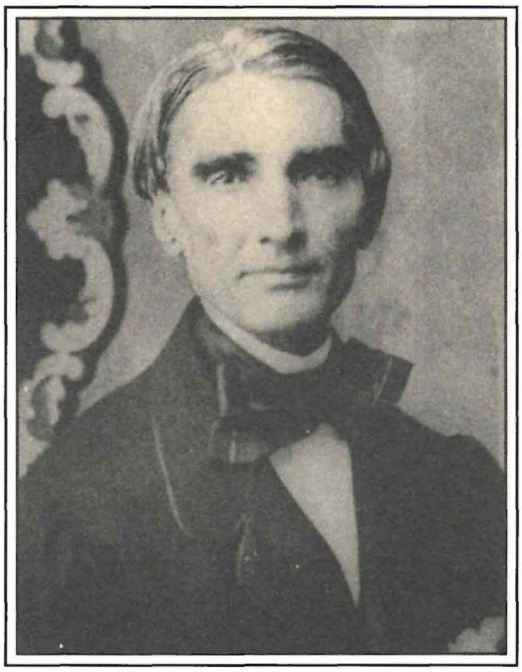
Dirigiu a tesouraria do Ministério da Fazenda (1840), foi director-geral do Tesouro (1842), conselheiro extraordinário e, em 1847, efectivo do Tesouro, ano em que foi nomeado vogal da comissão inspectora do teatro D. Maria II.

Em 10 de Novembro de 1849 foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas, tendo tomado posse em 13 de Novembro.

Igualmente em 10 de Novembro de 1849, foi nomeado Director Geral da Contabilidade Geral no Tribunal do Tesouro Público e, em Junho de 1851, integrou a Comissão de Fazenda, criada em 28 de Maio.

Por impedimento do Presidente do Tribunal de Contas, Venâncio Pinto do Rego Ceia Trigueiros, Barão de Porto de Mós, exerceu interinamente a presidência, por alguns períodos, primeiro em 1859 e, depois, a partir de 2 de Maio de 1861.

Fidalgo cavaleiro da Casa Real, Comendador das Ordens de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e da Águia Vermelha da Prússia, recebeu o título de visconde de São Bartolomeu em 1863.



ANTÓNIO DE PAIVA PEREIRA DA SILVA

Colecção Particular da Família Joyce

ANTÓNIO DE PAIVA PEREIRA DA SILVA

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 30 de Dezembro de 1868. Ocupou o cargo até à sua morte em 5 de Outubro de 1878.

Nasceu em Abrantes a 9 de Março de 1812 - Faleceu em Lisboa a 5 de Outubro de 1878.

Filho de Jerónimo Pereira da Silva e de Ana Angélica de Paiva.

Foi jornalista e deputado na legislatura de 1837-1838.

Entre 1837 e 1838, foi Presidente da Agência Financial Portuguesa em Londres.

Em 10 de Novembro de 1849, quando ocupava o cargo de chefe de direcção nas Repartições Superiores de Fazenda, foi nomeado interinamente para o cargo de Director-Geral das Alfândegas e Impostos Indirectos no Tribunal do Tesouro Público, durante o impedimento do Director-Geral efectivo, visconde de Castelões.

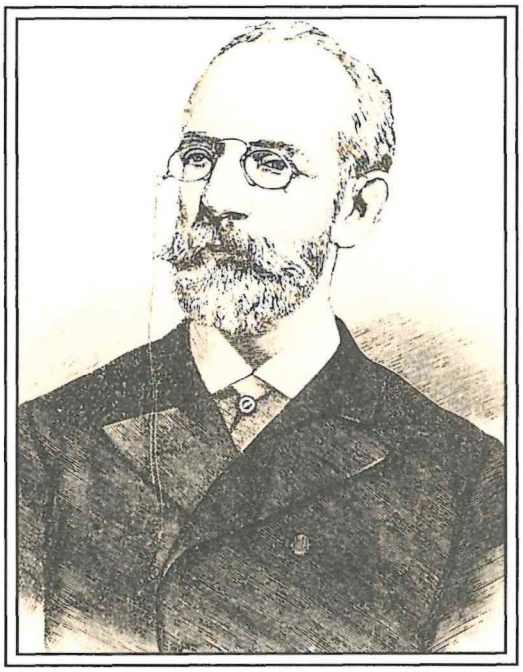
Em 1852 foi nomeado para uma comissão que deveria ter contactos financeiros com Hardy Hislop, para a construção de uma linha de caminho-de-ferro de Lisboa à fronteira.

Em 1853, foi nomeado Director da Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal, tendo a 28 de Outubro de 1859 participado na inauguração da linha de caminho de ferro Lisboa-Carregado.

Em 13 de Outubro de 1853, foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas, cargo de que tomou posse em 26 de Novembro.

Em 26 Agosto de 1859 foi designado para integrar a 1ª secção do Tribunal de Contas.

Par do Reino por Carta Régia de 16 de Maio de 1874, tomou assento na Câmara dos Pares em Janeiro do ano seguinte.



ANTÓNIO DE SERPA PIMENTEL

ANTÓNIO DE SERPA PIMENTEL

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 12 de Agosto de 1886. Ocupou o cargo até à sua morte em 2 de Março de 1900.

Nasceu em Coimbra em 20 de Novembro de 1825 - Faleceu em Lisboa a 2 de Março de 1900.

Filho de Manuel de Serpa Machado e de Ana Rita Freire Pimentel.

Assentou praça como Aspirante de Infantaria em 1842, tendo-se matriculado na Universidade de Coimbra onde concluiu o curso de Matemática em 1846.

A nomeação em 1851 para lente de Álgebra e de Cálculo na Escola Politécnica, impediu-o de concluir o curso de engenharia da Escola do Exército que então frequentava.

Ainda em 1851 foi promovido a capitão e admitido como sócio da Academia Real das Ciências, por proposta de Alexandre Herculano.

Nessa época, iniciou a sua carreira no jornalismo, tendo colaborado nos periódicos *Novo Trovador*, *O Pharol* (com Latino Coelho), *Jornal do Comércio* (onde publicou uma série de artigos em que analisou a política financeira do último governo de Fontes Pereira de Melo) e *Correspondência de Portugal*. Foi fundador da *Gazeta de Portugal*, porta-voz do Partido Regenerador, ao qual, aliás, pertencia.

Foi deputado nas legislaturas de 1857-1858, 1858-1859,1860-1861, 1861-

1864,1865 e 1865-1868.

Foi Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (entre 16 de Março de 1859 e 6 de Julho de 1860) e interino da Guerra (1860) num dos ministérios presididos pelo duque da Terceira). Em 1872 e 1878-79 ocupou a pasta da Fazenda e, em 1875-76 e 1881-83, a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Em 1885, representou o governo português na Conferência de Berlim e, em 1886, foi encarregado de ir a Paris pedir a mão da princesa D. Amélia de Orléans para o príncipe D. Carlos.

Após a morte de Fontes Pereira de Melo, tornou-se chefe do partido regenerador, vindo a presidir ao ministério criado a seguir ao Ultimatum e à queda do Ministério Progressista, entre Janeiro e Setembro de 1890, e no qual ocupou também as pastas do Reino e, interinamente, da Guerra.

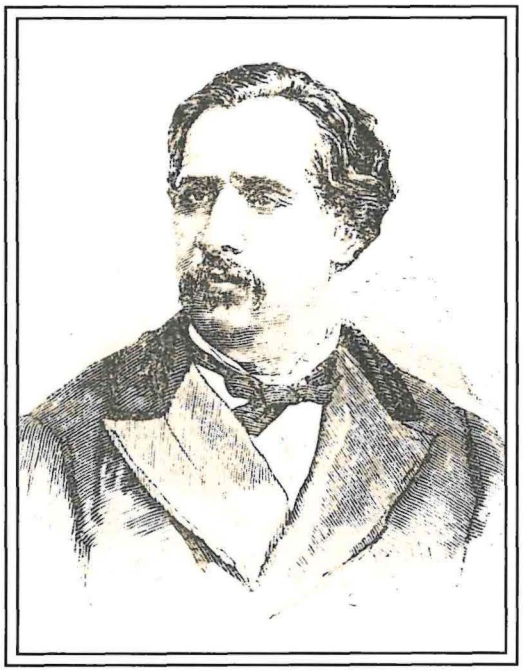
Em 1892 presidiu à comissão de sindicância dos actos da administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, cabendo-lhe contratar o convénio com os credores estrangeiros da Companhia.

Par do Reino em 1871, tomou assento na respectiva Câmara em 1872 tendo quatro anos mais tarde, sido nomeado Conselheiro de Estado.

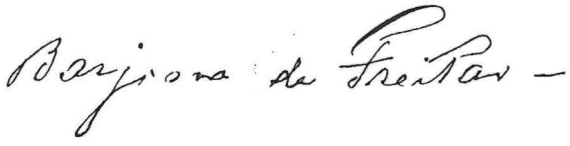
Atingiu o posto de coronel graduado do exército e possuía várias condecorações. Em Portugal aceitou apenas ser agraciado com a grã-cruz da Torre e Espada.

Na qualidade de estadista foi autor de *A questão do Oriente* (1877), *Questões de política positiva da nacionalidade e do governo representativo* (1881), *As finanças portuguesas em 1888*.

Foi ainda autor de estudos diversos e de artigos publicados em periódicos.



AUGUSTO CÉSAR BARJONA DE FREITAS



AUGUSTO CÉSAR BARJONA DE FREITAS

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 2 de Maio de 1900. Ocupou o cargo até à sua morte em 23 de Julho de 1900.

Nasceu em Coimbra a 13 de Janeiro de 1834 - Faleceu em Lisboa a 23 de Julho de 1900.

Filho de Justino António de Freitas e de Maria Leocádia Barjona.

Lente de Direito na Universidade de Coimbra, enveredou pela vida política tendo começado a sua carreira como deputado em 1865, tendo sido exonerado das funções de docência em 1876.

Ocupou diversos cargos de relevo, entre eles o de Ministro da Justiça (entre Setembro de 1865 e Janeiro de 1868, entre Setembro de 1871 e Novembro de 1876, entre Janeiro e Novembro de 1878 e entre Fevereiro e Novembro de 1885) e de Ministro do Reino (entre Outubro de 1883 e Fevereiro de 1886).

Colaborou na publicação do Código Civil, do Código de Processo Civil, do Código Penal que aboliu a pena de morte, e do Acto Adicional de 25 de Julho de 1885.

Em 1887, após a morte de Fontes Pereira de Melo, disputou com António de Serpa Pimentel a liderança do Partido Regenerador, pertencendo à ala mais liberal do partido. Embaixador extraordinário em Londres após a questão do *Ultimatum*, coube-lhe negociar com a Inglaterra a assinatura do tratado de

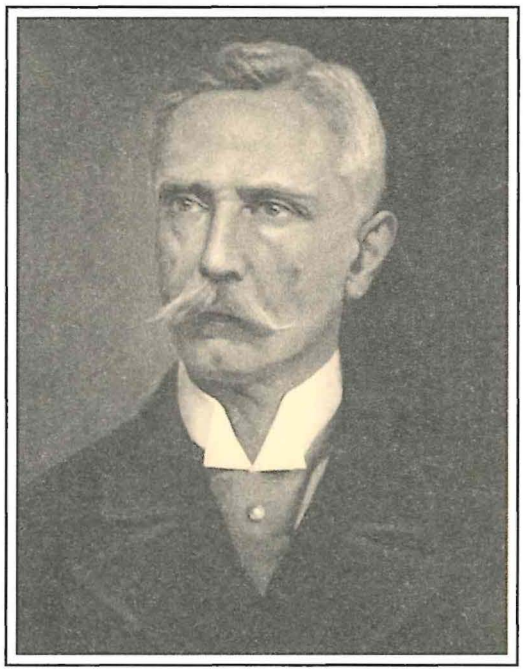
10 de Agosto de 1890, que por não ter sido ratificado pelas Câmaras dos Deputados e dos Pares, ficou sem efeito.

A sua participação nestas negociações valeu-lhe, aliás, duras críticas da imprensa e da opinião pública.

Par do Reino desde 1877, presidiu à Câmara dos Pares entre Setembro de 1892 e Setembro de 1894.

Foi ainda advogado da Companhia dos Tabacos e da Exploração das Obras do Porto de Lisboa e presidiu ao Conselho Administrativo da Companhia do Gás.

Integrou o corpo redactorial da *Revista de legislação e de jurisprudência* e deixou publicados alguns trabalhos de índole política.



HENRIQUE DA GAMA BARROS

HENRIQUE DA GAMA BARROS

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 27 de Julho de 1900. Ocupou o cargo até 11 de Abril de 1911.

Nasceu em Lisboa a 23 de Agosto de 1833 - Faleceu em Lisboa a 29 de Agosto de 1925.

Filho de João Manuel de Barros e de Maria da Piedade da Gama.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1854, regressou a Lisboa onde, alguns dias antes de completar 21 anos, iniciou a sua actividade pública como Subdelegado do Procurador Régio do Julgado do 1º Distrito Criminal da Comarca de Lisboa. No ano seguinte, dedicou-se à advocacia, actividade que abandonou para, em Dezembro de 1857, se tornar administrador do concelho de Sintra.

Em 1862 foi transferido para a Administração do Bairro Alto, em Lisboa e, em 1868, nomeado Administrador do Bairro Ocidental, cargo que ocupou até ser designado Secretário Geral do Governo Civil de Lisboa, em 1869 e entre 1870 e 1876.

Em Outubro deste último ano foi nomeado Governador Civil de Lisboa, cargo de que se demitiu em Março do ano seguinte na sequência da queda do ministério presidido por Fontes Pereira de Melo. De novo, ocuparia o cargo em 1878 e 1879.

Vogal do Supremo Tribunal Administrativo desde 1877, viria em 3 de Janeiro

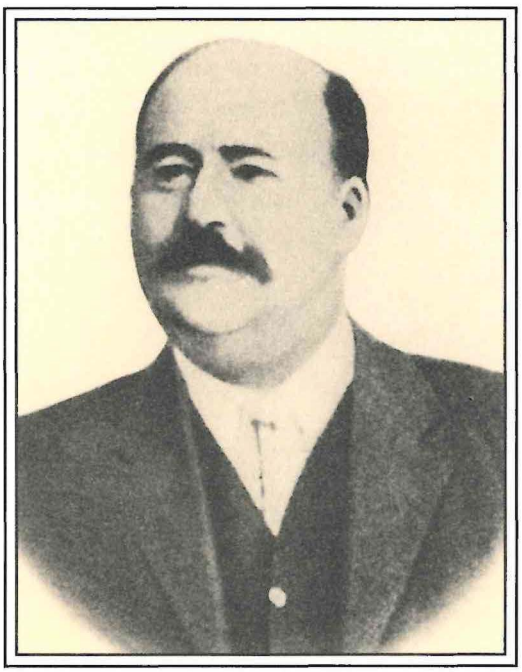
de 1879 a ser nomeado vogal vitalício do Tribunal de Contas, cargo de que tomou posse no dia 10.

Em 27 de Julho de 1900, foi nomeado Presidente do Tribunal de Contas (o último deste organismo anterior à República), cargo que desempenhou até à sua passagem à disponibilidade em 11 de Abril de 1911, data em que o novo regime extingue o Tribunal de Contas e cria, em sua substituição, o Conselho Superior de Administração Financeira do Estado.

Por carta régia de 2 de Julho de 1874, D. Luís I concedeu-lhe o título do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima e, em 28 de Maio de 1906, foi nomeado par do Reino, quando contava já 72 anos.

Sócio correspondente efectivo da Academia Real das Ciências, ascendeu depois da implantação da República a sócio de mérito (1915) e a 26 de Fevereiro de 1920 a Academia das Ciências elege-o seu sócio emérito. Era igualmente sócio do Instituto de Coimbra e da Real Academia de la Historia, de Madrid.

Foi autor da *História da Administração Pública em Portugal* (de que à data da sua morte estavam publicados 4 volumes, entre 1885 e 1922, encontrando-se o 5º no prelo) e do *Repertório administrativo, dedução alfabética do código administrativo de 18 de Março de 1842 e da legislação correlativa até 1860* (2 tomos, publicados em 1860).



JOSÉ BARBOSA

José Barbosa

JOSÉ BARBOSA

Presidente do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, desde 26 de Maio de 1915, exerceu, na qualidade de Vice-Presidente, interinamente aquelas funções desde a criação deste organismo em 11 de Abril de 1911.

Presidente do Conselho Superior de Finanças, organismo que sucedeu ao anterior e que foi criado em 8 de Maio de 1919.
Ocupou o cargo até à sua morte em 4 de Setembro de 1923.

Nasceu na ilha do Fogo, em Cabo Verde, em 1869 - Faleceu em Lisboa a 4 de Setembro de 1923.

Jornalista, foi um dos fundadores do periódico *Pátria*. Republicano convicto, viu-se forçado ao exílio a partir de 1894, primeiro para Espanha e depois para França e Brasil.

Em 1908, regressou a Portugal onde prosseguiu a sua actividade jornalística tendo colaborado activamente na divulgação do Partido Republicano ao qual pertencia e na preparação da revolução do 5 de Outubro de 1910.

Instalado o novo regime, foi nomeado Secretário Geral do Ministério do Interior.

Foi deputado em várias legislaturas e ocupou o cargo de Ministro das Colónias no governo presidido por Álvaro de Castro.

ANTÓNIO DE PAIVA GOMES

ANTÓNIO DE PAIVA GOMES

Presidente do Conselho Superior de Finanças, eleito pelos Vogais em 5 de Janeiro de 1924.
Ocupou o cargo até 14 de Maio de 1926.

Nasceu em Leomil (Moimenta da Beira) a 10 de Janeiro de 1878 - Faleceu a 19 de Novembro de 1939.

Filho de José Gomes Ferreira Pinto e de Maria Isabel Paiva Gomes.

Formado em Medicina pela Escola Medico-Cirúrgica do Porto (1902) cursou também a Escola de Medicina Tropical.

Estudante do 5º ano de Medicina concorreu e foi colocado como médico em Lourenço Marques, onde esteve mais de dois anos. No hospital de Lourenço Marques fundou um laboratório bacteriológico, o primeiro daquele tipo criado nas então colónias portuguesas de África. Exerceu igualmente medicina em Timor (1905-1906).

Regressou a Lourenço Marques em 1908 mas conhecidas as suas ideias republicanas, foi colocado na região de Gaza durante dois anos.

Implantada a República, regressou a Lourenço Marques, onde com outros republicanos fundou o jornal *O Incondicional*, regressando depois à Metrópole.

Membro do Partido Republicano Português, foi deputado em várias legislaturas, eleito pelo círculo de Moimenta da Beira, tendo integrado

comissões parlamentares de Colónias, Finanças e Orçamento.

Vogal do Conselho Superior de Finanças, foi Ministro das Finanças de 27 de Janeiro a 30 de Março de 1919, Ministro das Colónias em Janeiro e Maio de 1921e integrou o Conselho Superior das Colónias.

Ainda regressaria a Moçambique para, como coronel-médico, chefiar os Serviços de Saúde mas em 1939 regressou à Metrópole, falecendo nesse mesmo ano.

AMÍLCAR DA SILVA RAMADA CURTO

AMÍLCAR DA SILVA RAMADA CURTO

Presidente do Conselho Superior de Finanças, eleito pelos Vogais em 15 de Maio de 1926.
Ocupou o cargo até 27 de Julho de 1926.

Nasceu em Lisboa a 6 de Abril de 1886 - Faleceu em Lisboa em 1961.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu advocacia e cedo entrou para a vida política, tendo colaborado na preparação da revolução do 5 de Outubro.

Deputado às Constituintes de 1911, integrou as Comissões de Finanças e das Colónias. Noutras legislaturas integrou a Comissão do Orçamento.

Vogal do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado (1914-1919) e do Conselho Superior de Finanças (1920-1926), presidiu a este último organismo (eleito pelos vogais) de 15 de Maio de 1926 até à nomeação de António José Claro pelo novo poder instaurado com a revolução de 28 de Maio de 1926, em 27 de Julho do mesmo ano.

Em 1919, ocupou a pasta das Finanças (Março-Junho) tendo durante o seu mandato sido reformada a Contabilidade Pública, Impostos e Fazenda Pública.

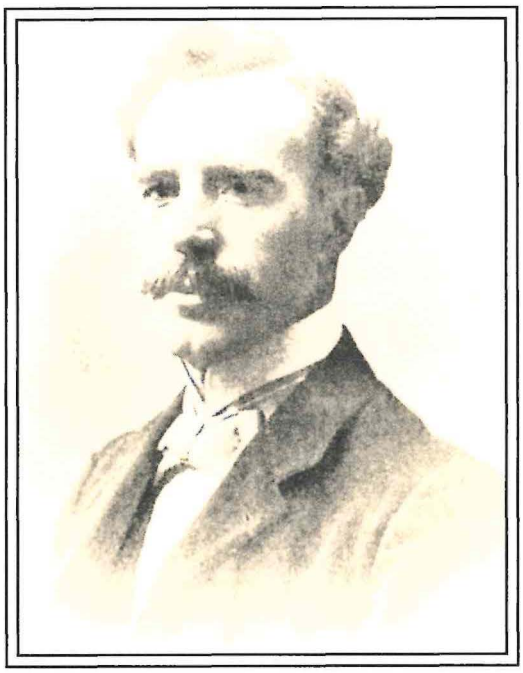
Nesse mesmo ano, filiou-se no Partido Socialista Português, tendo então ocupado a pasta do Trabalho. Nesta qualidade, subscreveu os decretos da criação dos Seguros Sociais Obrigatórios, do regime de financiamento da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande e uma proposta de

nacionalização da indústria de seguros (esta última, conquanto tivesse sido apresentada ao Parlamento, não chegou a ser votada).

A ele se deve a fundação da Escola 31 de Janeiro e da Liga da Academia Republicana.

Dirigiu o jornal *Pátria* (órgão do partido Republicano), a *Revolta* e *O Povo* e colaborou activamente na *Liberdade*, na *Marselhesa* (ambos da Academia Republicana de Lisboa) e na *Vanguarda*.

Distinguiu-se como dramaturgo e romancista e publicou também diversos trabalhos de ordem jurídica como, por exemplo; *A incerteza do direito dos funcionários públicos ou a Procuradoria Geral da República e o Tribunal de Contas desconhecidos na sua função* (Lisboa, 1938), *A coacção em direito civil nas suas relações com os Jesuítas e as glândulas de secreção interna : minuta de agravo* (Lisboa, 1934), *O caso de Angola e Metrópole : minuta de agravo de injusta pronúncia de José dos Santos Bandeira*.



ANTÓNIO JOSÉ CLARO

Jornal de Notícias

ANTÓNIO JOSÉ CLARO

Presidente do Conselho Superior de Finanças nomeado em 28 de Julho de 1926, tomou posse em 30 de Julho de 1926.
Ocupou o cargo até à extinção do Conselho Superior de Finanças, em 25 de Outubro de 1930.

Presidente do Tribunal de Contas - organismo que sucedeu ao anterior e que foi criado em 25 de Outubro de 1930.
Ocupou o cargo até à sua morte em 11 de Setembro de 1931.

Nasceu em Vila Real em 1863 - Faleceu no Porto em 11 de Setembro de 1931.

Filho de Miguel José Claro.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exercia advocacia no Porto quando foi convidado a aderir à preparação da revolução republicana de 31 de Janeiro de 1891.

Com o fracasso da revolução, refugiou-se em Espanha (Madrid, Cáceres e Vigo) e, mais tarde, no Brasil.

Regressou pouco depois a Portugal, tendo ficado detido na Cadeia da Relação do Porto até ao seu julgamento pelo envolvimento na tentativa de revolução republicana e do qual resultou a sua absolvição.

De novo a exercer advocacia, foi eleito para o Directório do Partido Republicano

constituído no Porto. Cedo abandonou o Directório para se dedicar ao estudo da história de Portugal entre 1817 e 1904. Deste estudo, publicou, em 1904, um 1º volume intitulado *O Pelourinho* e dedicado ao período compreendido entre 1817 e 1850.

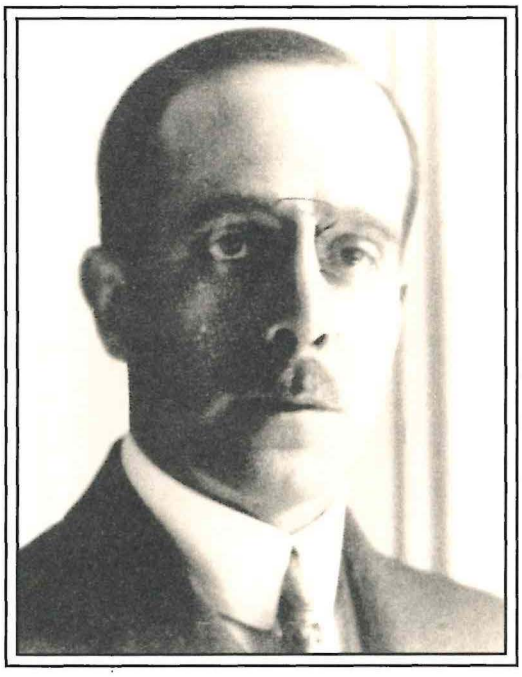
Colaborou em vários jornais como *A Voz Pública* e, já depois da implantação da República, foi fundador de *O Diário da Tarde* e de *O Porto* (mais tarde *Diário do Porto*).

Em 1912, desiludido com o rumo da revolução republicana e com a situação política, emigrou mais uma vez para o Brasil.

No Rio de Janeiro, colaborou nos jornais *O País* e *Jornal do Comércio* e integrou a direcção do Gabinete Português de Leitura, dedicando-se ao estudo sobre figuras da literatura portuguesa.

Em 1921 regressou ao Porto e, em 1926, foi convidado pelo General Gomes da Costa para assumir a pasta do Interior, sendo depois nomeado Presidente do Conselho Superior de Finanças e, mais tarde, do Tribunal de Contas.

Publicou ainda as obras *Brasil político* (Rio de Janeiro, 1920) e *Memórias de um Vencido* (Porto, 1924).



ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA FONSECA

Colecção particular de Sra. D. Maria Antónia Simões da Fonseca

ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA FONSECA

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 15 de Janeiro de 1932. Ocupou o cargo até à sua morte em 22 de Junho de 1937.

Nasceu em Trancoso a 6 de Novembro de 1887 - Faleceu na Guarda a 22 de Junho de 1937.

Filho de João Abel da Silva Fonseca e de Beatriz Augusta Ferreira Fonseca.

Deputado ao Congresso da República pelo círculo da Guarda, nas legislaturas de 1911 e 1915-1917, e pelo círculo de Gouveia nas legislaturas de 1919-1921 e 1921.

Participou em Comissões Parlamentares de Comércio e Indústria, Obras Públicas e Minas, Legislação Criminal, Negócios Estrangeiros, Finanças, Orçamento, Legislação Civil e Comercial, Administração Pública e Instrução Superior.

Foi Ministro das Finanças de 21 de Janeiro a 8 de Março de 1920, Ministro do Comércio e Comunicações de 30 de Novembro de 1920 a 23 de Maio de 1921 e Ministro do Comércio de 18 de Dezembro de 1923 a 28 de Fevereiro de 1924.

Em Março de 1924 foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Paris e, em 29 de Outubro de 1930, conselheiro do Tribunal de Contas.

Foi Director-Geral da Junta do Crédito Público e um dos fundadores e presidente do Conselho de Administração da Tobis Portuguesa.

DOMINGOS LUISELO ALVES MOREIRA

Diário de Notícias

DOMINGOS LUISELO ALVES MOREIRA

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado em 26 de Julho de 1937, tomou posse em 31 de Julho de 1937.
Ocupou o cargo até à sua morte em 6 de Junho de 1947.

Nasceu em Coimbra a 26 de Junho de 1898 - Faleceu em Lisboa a 6 de Junho de 1947.

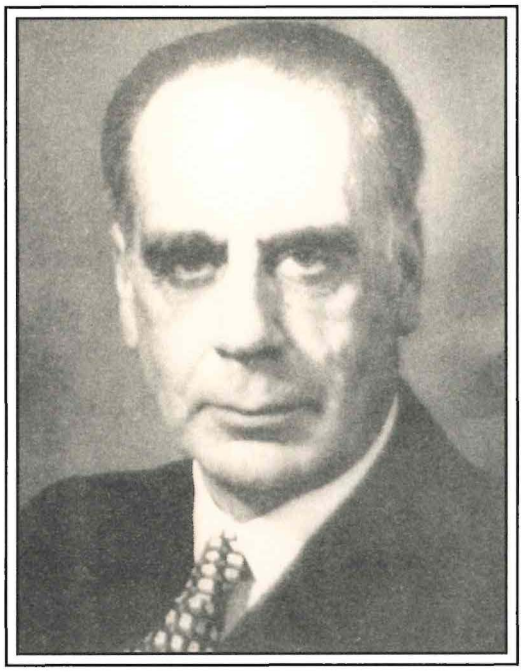
Filho de Guilherme Alves Moreira e Júlia Luiselo Moreira.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu advocacia no Porto onde, aliás, chegou a desempenhar o cargo de governador civil entre 27 de Julho de 1932 e 27 de Abril de 1933.

Nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas em 4 de Março de 1933, tomou posse em 7 de Abril.

Em 13 de Novembro deste mesmo ano foi exonerado do cargo por ter sido nomeado juiz do Supremo Tribunal Administrativo.

Exerceu funções neste organismo até à sua nomeação para Presidente do Tribunal de Contas, cargo que desempenhou até à data da sua morte.



ARTUR AGUEDO DE OLIVEIRA

Fototeca do Palácio Foz

ARTUR AGUEDO DE OLIVEIRA

Presidente do Tribunal de Contas nomeado em 18 de Novembro de 1948, tomou posse no dia 20 de Novembro.
Ocupou o cargo até 30 de Abril de 1964.

Nasceu em Moncorvo a 30 de Maio de 1894 - Faleceu em Setúbal a 29 de Maio de 1978.

Filho de Abílio Elísio de Oliveira e de Júlia Aguedo de Oliveira.

Formado em Direito na Universidade de Coimbra em 1917, aí fez doutoramento em 1923, apresentando uma dissertação intitulada *O imposto de rendimento na teoria e na prática*, classificada de Bom, com 17 valores. Tomou capelo em 5 de Agosto de 1923.

Em 28 de Outubro de 1930, foi nomeado Juiz Conselheiro e Vice-presidente do Tribunal de Contas, tendo tomado posse no dia seguinte e, em Fevereiro de 1931, foi nomeado Subsecretário de Estado das Finanças, cargo que exerceu até 23 de Outubro de 1934.

Reconduzido no cargo de Vice-presidente do Tribunal de Contas [1] , foi nomeado seu Presidente em 18 de Novembro de 1948, tendo tomado posse no dia 20. Exerceu o cargo até à sua aposentação com efeitos a partir de 1 de Maio de 1964.

[1] A partir de 1 de Outubro de 1945, exerceu a presidência em consequência da doença do Presidente Domingos Luiselo Alves Moreira.

Entre 2 de Agosto de 1950 e 7 de Julho de 1955, exerceu as funções de Ministro das Finanças.

Da sua presidência do Tribunal de Contas, são de destacar a apresentação à Assembleia Nacional do *Parecer e Declaração de Conformidade sobre a Conta Geral do Estado de 1947*, cumprindo-se assim um preceito legal que não se cumpria há mais de 50 anos e o início da participação do Tribunal de Contas na INTOSAI (International Organisation of Supreme Audit Institutions) [2]. Na qualidade de Presidente, chefiou as delegações presentes aos Congressos daquela instituição de Bruxelas (1956), Rio de Janeiro (1959) e Viena (1962).

Contribuindo para o reforço da afirmação do Tribunal de Contas, a Aguedo de Oliveira se deve a transferência, iniciada em Abril de 1954, dos serviços da instituição instalados na Rua do Arsenal para a Av. Infante D. Henrique, onde se mantiveram até 1989.

As novas instalações, inauguradas em 25 de Outubro de 1960, foram interiormente decoradas com motivos alusivos à história da instituição, sendo de destacar a Sala das Sessões, instalada no Torreão Oriental da Praça do Comércio, com obras de artistas plásticos da época.

Almada Negreiros desenhou o contador que constitui o ex-libris do Tribunal de Contas, em 1947. Este e um outro contador que Almada desenhou mais tarde (1956-1957) para uma tapeçaria [3] são usados como logotipo da instituição.

Aguedo de Oliveira foi também deputado à Assembleia Nacional desde a legislatura de 1935, eleito, primeiro, pelo círculo de Bragança e, depois, por

[2] O primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Contas teve lugar em Havana de 2 a 9 de Novembro de 1953, nele tendo estado presente na qualidade de observador, enviado por Aguedo de Oliveira, então Ministro das Finanças, João Bartolomeu Júnior, chefe de repartição do Tribunal de Contas.

[3] Esta tapeçaria designada *O Contador* e executada pela Manufacturas de Portalegre, pertence ao Tribunal de Contas e está actualmente exposta no átrio de entrada do edifício-sede da instituição.

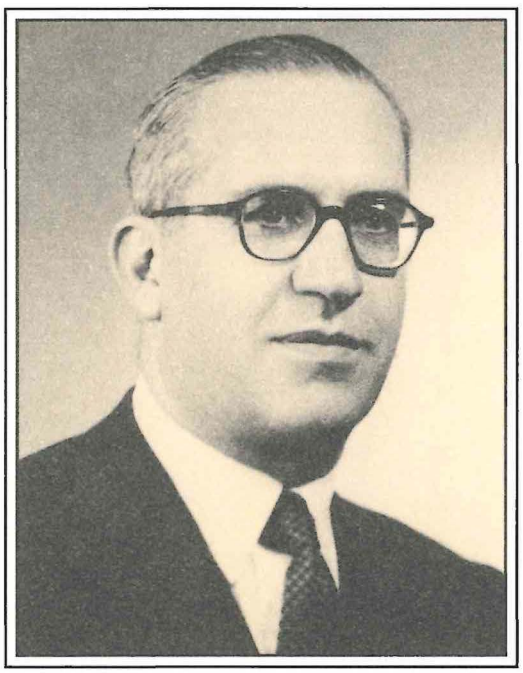
Angola. Já depois de aposentado, foi ainda eleito deputado por Bragança à legislatura iniciada em 1965.

Integrou a Comissão Executiva e a Junta Consultiva da União Nacional e a Junta Central da Legião Portuguesa.

Foi presidente da assembleia geral da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e pertenceu ao Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística e foi sócio-correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Instituto de Coimbra.

Colaborou em diversos periódicos (*A Voz*, *O Século*, *Diário da Manhã*) e foi autor de vasta bibliografia nas áreas das finanças públicas e direito financeiro, história financeira, administrativa e económica e economia.

A título de exemplo, indica-se, além da acima citada tese de doutoramento, *Estudos de direito financeiro : a quitação*, *A fiscalização financeira preventiva no direito português*, *As avançadas concepções de Isaac Pinto sobre a dívida pública : estudos de direito*, *O controle exercido pelo Tribunal de Contas e Assembleia Nacional de Portugal sobre as contas gerais do estado*, *O libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*, *Um estudo sobre o centeio*, *O vinho do Porto nos tempos clássicos*, *O romance social secular de Macedo de Cavaleiros*.



ABÍLIO CELSO LOUSADA

ABÍLIO CELSO LOUSADA

Presidente do Tribunal de Contas nomeado em 21 de Outubro de 1965, tomou posse em 24 de Novembro.
Ocupou o cargo até 31 de Janeiro de 1969 .

Nasceu em Moncorvo a 12 de Fevereiro de 1899 - Faleceu em Lisboa em Junho de 1975.

Filho de Valentim Lousada e de Rosalina Amélia de Campos.

Formado em Direito, foi delegado do Procurador-Geral da República de 3ª classe nas comarcas de Portel (tomou posse em 30 de Junho de 1923), Reguengos de Monsaraz (tomou posse em 5 de Fevereiro de 1924).

Como delegado do Procurador-Geral da República de 2ª classe exerceu funções nas comarcas de Portalegre (tomou posse em 11 de Setembro de 1929) e Évora (tomou posse em 10 de Maio de 1930).

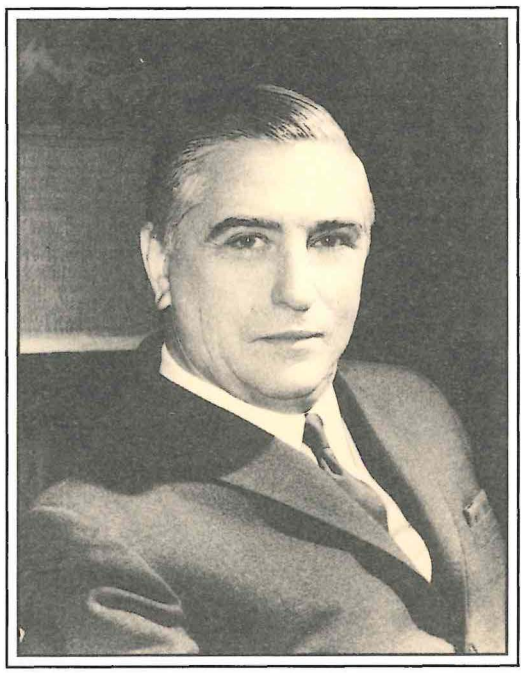
Promovido a Delegado de Procurador-Geral de 1ª classe na 1ª Vara da comarca de Coimbra (tomou posse em 8 de Janeiro 1931), na 5ª vara da comarca de Lisboa (tomou posse em 3 de Fevereiro de 1931) e no Tribunal de Execuções Fiscais (tomou posse em 7 de Junho 1934).

Exerceu as funções de Juiz de direito na comarca de Fronteira (Dezembro de 1936), na 2ª vara da comarca de Setúbal (Junho de 1937), na comarca de Valença (Novembro de 1938) e na comarca de Mafra (Outubro de 1941).

Foi também Auditor Jurídico do Ministério das Finanças (nomeado em Julho de 1937) e Chefe de Gabinete do ministro da Justiça (em Setembro de 1940) e exerceu funções no Conselho Superior Judiciário como Secretário (entre 1943 e 1952). Foi ainda Inspector-Geral de Crédito e Seguros (em Fevereiro de 1952).

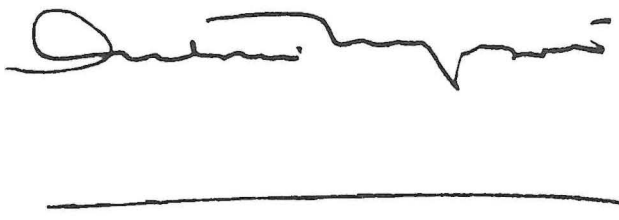
Tomou posse do cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas em 3 de Fevereiro de 1956 e foi nomeado vice-presidente em 12 de Junho de 1964.

Exerceu o cargo de Presidente do Tribunal de Contas até à sua aposentação, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1969.



ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES FERREIRA

(António Manuel Gonçalves Rapazote)



Colecção particular de Engº António Alberto Gonçalves Ferreira

ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES FERREIRA

Presidente do Tribunal de Contas nomeado em 9 de Novembro de 1973, tomou posse a 14 de Novembro.
Demitido por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 11 de Junho de 1975.

Nasceu em Bragança a 29 de Maio de 1910 - Faleceu em 6 de Dezembro de 1985.

Filho de António José Gonçalves Rapazote e Carolina Augusta Ferreira.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi delegado do Procurador da República de 3ª classe na comarca de Mirandela, nomeado em Janeiro de 1935 e delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, nomeado em Junho do mesmo ano.

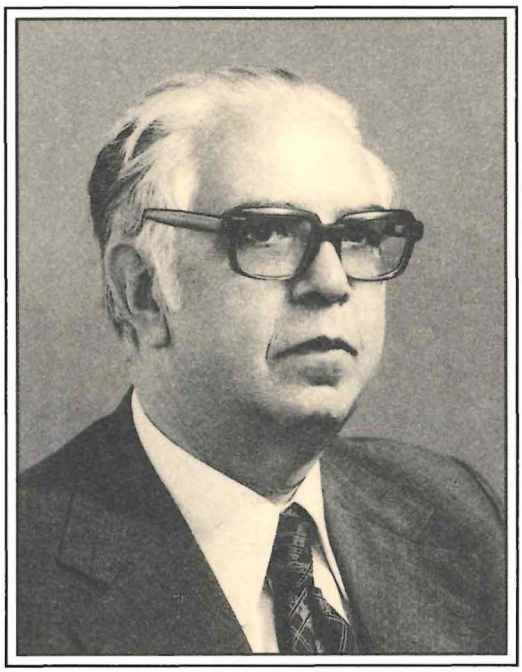
Em Abril de 1944, foi nomeado Juiz do Tribunal do Trabalho em Évora.

Nomeado Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas em 5 de Julho de 1967, tomou posse em 12 de Julho.

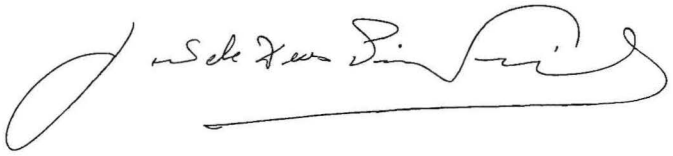
Em 19 de Agosto de 1968 foi nomeado Ministro do Interior cargo que ocupou até à exoneração, a seu pedido, em 7 de Novembro de 1973.

No dia seguinte, foi nomeado Presidente do Tribunal de Contas, tomando posse no dia 14 do mesmo mês.

Esteve impedido na Assembleia Nacional, como deputado, de 15 de Novembro de 1973 a 25 de Abril de 1974. Dissolvida a Assembleia Nacional pela Lei n.º 1/74, de 25 de Abril, retomou o exercício das funções em 29 de Abril.



JOÃO DE DEUS PINHEIRO FARINHA



JOÃO DE DEUS PINHEIRO FARINHA

Presidente do Tribunal de Contas nomeado pelo Decreto n.º 84/77, de 6 de Junho de 1977, tomou posse em 29 de Junho.
Exonerado, a seu pedido e sob proposta do Governo, pelo Decreto do Presidente da República n.º 15/86, de 5 de Junho de 1986.

Nasceu no Redondo em 8 de Março de 1919 - Faleceu em Lisboa a 26 de Setembro de 1994.

Filho de Simão Martins Pereira Farinha e de Isabel Luísa Gapete Pinheiro Farinha.

Formado em Direito, exerceu funções nas magistraturas judicial e do Ministério Público e na Inspecção dos Serviços Prisionais.

Em 22 de Agosto de 1974, foi nomeado procurador-geral da República e, em Setembro de 1975, Ministro da Justiça, funções que exerceu até 23 de Julho de 1976. Retomou então o cargo de procurador-geral da República.

Neste cargo, desenvolveu intensa actividade nos trabalhos de revisão da Concordata que veio a permitir a dissolução do casamento católico, por divórcio.

Primeiro Presidente do Tribunal de Contas nomeado após a aprovação da Constituição de 1976, durante o seu mandato, foram criadas as Secções Regionais do Tribunal de Contas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Lei n.º 23/81) que entraram em funcionamento em 1986 e 1988,

respectivamente.

Foram igualmente introduzidas alterações ao nível das duas grandes áreas de actuação do Tribunal de Contas - *fiscalização preventiva e fiscalização sucessiva.*

O processo de *fiscalização preventiva* das despesas públicas foi simplificado, regulando-se o *visto* do Tribunal de Contas, estabelecendo-se quais os actos sujeitos e os isentos deste procedimento, regulando-se também a reapreciação dos actos pelo Tribunal de Contas, no caso de recusa de visto e sujeitando a *visto* do Tribunal de Contas os contratos de empreitada, de fornecimento e de concessão celebrados pelas autarquias ou associações de municípios.

Ao nível da *fiscalização sucessiva*, procurou-se que a acção do Tribunal de Contas até aí praticamente cingida a uma fiscalização de natureza financeiro-orçamental, se passasse a exercer também ao nível da gestão economico-financeira e patrimonial, habilitando a Instituição a seleccionar, anualmente, as entidades cujo último tipo de gestão pretendesse apreciar.

Em 1979, o Conselheiro Pinheiro Farinha integrou uma comissão para a reforma do Tribunal de Contas e, em 1983, viria a presidir a nova Comissão (criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/83) incumbida de apresentar o anteprojecto da Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

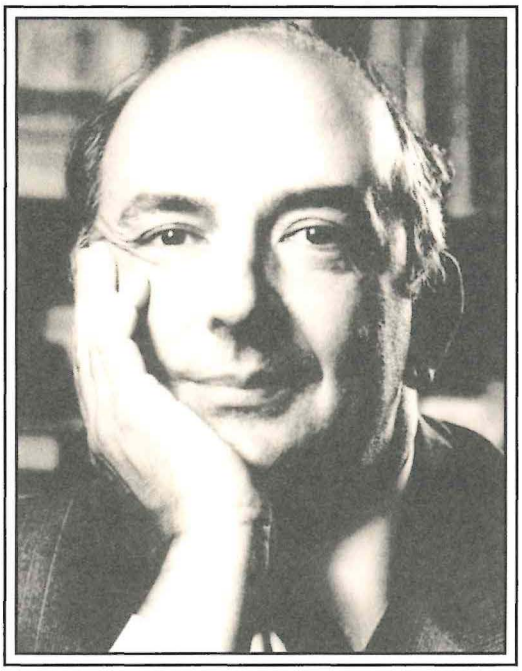
Nesta Resolução apontavam-se, entre outras, como orientações para o trabalho da comissão o reforço da independência e autoridade do Tribunal, transformando-o num órgão fundamental de moralização da actividade administrativa, de combate à corrupção e de garantia da legalidade, eficiência e eficácia da Administração e de controlo dos dinheiros públicos e previa-se, igualmente, a extensão da fiscalização ao sector administrativo e empresarial da administração central, e regional e local e a criação de secções regionais do Tribunal nas sedes dos distritos judiciais.

No campo das relações internacionais, participou em vários congressos internacionais, nomeadamente da INTOSAI - International Organisation of Supreme Audit Institutions (Nairobi, 1980; Manila, 1984 e no Seminário de Viena,1984), no II Congresso Internacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas dos Estados-Membros da Comunidade Económica Europeia, em Sevilha (1986) e no VII Congresso Latino-Americano dos Tribunais de Contas, em Brasília (1984).

Pinheiro Farinha acumulou as funções de presidente do Tribunal de Contas e de Juiz do Supremo Tribunal de Justiça com as de Juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Como Juiz deste organismo internacional participou em julgamentos, sessões administrativas e em encontros, nomeadamente na Reunião dos Provedores de Justiça Europeus (Madrid, 1985) e no Colóquio sobre Direitos do Homem (Sevilha, 1985). Participou no Bureau da Comissão Internacional do Estado Civil, nomeadamente nas reuniões de Frankfurt (1978 e 1981), de Nantes (1980), e de Toulon (1982) e ainda na Comissão Especial convocada pela Conferência de Haia do Direito Internacional Privado chefiando a delegação portuguesa (1979).

Foi autor de diversos trabalhos, nomeadamente no domínio do Processo Penal e dos Direitos do Homem.



ANTÓNIO LUCIANO PACHECO DE SOUSA FRANCO

Fotografia de Eduardo Gageiro.

ANTÓNIO LUCIANO PACHECO DE SOUSA FRANCO

Presidente do Tribunal de Contas, nomeado por Decreto do Presidente do República n.º 16/86 de 5 de Junho.
Exonerado, a seu pedido e sob proposta do Governo, por Decreto do Presidente da República n.º 67-A/95, de 6 de Outubro.

Nasceu em Lisboa a 21 de Setembro de 1942.

Filho de António de Sousa Franco e de Maria de Jesus Pacheco.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, em 1964, possui os graus de mestre em ciências político-económicas (Lisboa, 1965) e de doutor em Direito (juridico-económicas, 1972).

Nos anos 1965 e 1966 estudou na Universidade de Paris (Sorbonne) com François Perroux.

Professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 1979, por concurso de provas públicas (equivalente à agregação), tendo sido antes assistente (1966), professor auxiliar (1972) e associado (1977). De 1979 a 1985, presidiu ao Conselho Directivo da mesma Faculdade.

Professor ordinário da Universidade Católica Portuguesa nas Faculdades de Ciências Humanas (a partir de 1979) e de Direito (a partir de 1989). Nesta última (da qual foi director desde 1989), é professor titular da cátedra Jean Monnet de *Integração Europeia*, criada pela União Europeia, desde o ano lectivo de 1994/1995.

Professor convidado da Universidade de Coimbra em 1981-1983, professor visitante e conferencista em diversas outras universidades portuguesas, europeias, norte-americanas, brasileiras, africanas e argentinas.

Jurista do Centro de Estudos Fiscais do Ministério das Finanças (1965-1968), director do sector económico do Gabinete de Estudos da SACOR, sarl (1968-1972), vice-presidente do Conselho de Administração da CNP, sarl (1972-1974), administrador da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1974-1975) e administrador de outras empresas.

Presidiu à Comissão que elaborou a Lei da Imprensa em vigor (1974) e foi deputado social—democrata (1976-1979, 1980-1981), vice-presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano (1976-1978), primeiro presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus (1979). Em 1976, foi Secretário de Estado das Finanças e, em 1979, Ministro das Finanças.

Durante a sua presidência do Tribunal de Contas, e na sequência da revisão constitucional de 1989 que consagrou o Tribunal como órgão de soberania, independente e sujeito apenas à lei, foi aprovada a Reforma do Tribunal de Contas (Lei n.º 86/89, de 8 de Setembro) que alterou substancialmente a sua organização e funcionamento.

Nesta reforma, foi reforçada a independência do Tribunal de Contas (os juizes passaram a ser recrutados por concurso curricular; os serviços de apoio do Tribunal deixaram de estar integrados no Ministério das Finanças e passou a ser a própria Instituição a aprovar o projecto do seu orçamento anual)e foi reduzido o âmbito da fiscalização prévia e aperfeiçoada a fiscalização sucessiva.

As Secções Regionais dos Açores e da Madeira, criadas em 1981, entraram em funcionamento, respectivamente, em 1986 e 1989.

Foi também em 1989 que o Tribunal de Contas mudou as suas instalações

para a Av. da República, em Lisboa, onde hoje se encontra.

Membro do Conselho Nacional de Educação (1987-1993), Presidente do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (de 1994 a 1995).

Actualmente exerce, desde 28 de Outubro de 1995, o cargo de Ministro das Finanças, tendo apresentado à Assembleia da República a proposta de lei que deu origem à actual Lei do Tribunal de Contas - Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

Tem colaborado com as Nações Unidas, o Banco Mundial e a OCDE.

Sócio da Academia das Ciências - Classe de Letras. Membro de diversas sociedades científicas nacionais e internacionais, director da revista *Direito e Justiça* (até 1995), membro do conselho editorial de várias revistas científicas, entre as quais a *Common Market Law Review*.

Entre outras condecorações nacionais e estrangeiras, tem a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, concedida e imposta em 10 de Junho de 1995 e a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (10/12/1996).

Tem investigado fundamentalmente nas áreas de Finanças e Direito Financeiro, Direito da Economia e Direito Comunitário.

Autor de vasta bibliografia, refira-se apenas : *Observações sobre a formação do capital numa economia em desenvolvimento* (Lisboa, 1966), *O sistema fiscal português e o desenvolvimento económico e social* (Lisboa, 1969), *Políticas financeiras e formação de capital* (Lisboa, 1972), *Questões financeiras - I*, *Manual de finanças públicas e direito financeiro - I* (Lisboa, 1974), *Sistema financeiro e constituição financeira no texto constitucional de 1976* (Lisboa, 1979), *A revisão da constituição económica* (Lisboa, 1982), *Noções de direito da economia - I*

(Lisboa, 1983), *Finanças públicas portuguesas : os subsectores institucionais* (Lisboa, 1991), *Reform of the portuguese Court of Auditors* (Lisboa, 1992), *Origem e evolução do Tribunal de Contas de Portugal* (em colaboração, Lisboa, 1992), *A constituição económica portuguesa : ensaio interpretativo* (em colaboração, Coimbra, 1993), *El control de la administración pública en Portugal* (México, 1994), *O presente e o futuro das instituições de controlo financeiro com natureza jurisdicional* (Salvador, 1994), *Os Tribunais de Contas de Portugal e da União Europeia no contexto dos sistemas de controlo* (Brasília, 1994), *Dinheiros públicos, julgamento de contas e controlo financeiro no espaço de língua portuguesa* (Maputo, 1995), *Finanças públicas e direito financeiro* (4ª ed., 4ª reimpr., Coimbra, 1996), *Palavras no tempo: intervenções da equipa política do Ministério das Finanças, 2 vols. (1996-1997).*

DO ERÁRIO RÉGIO AO TRIBUNAL DE CONTAS:
Os Presidentes
Lista Cronológica

Titular	Cargo	Início de funções	Termo de funções
Sebastião José de Carvalho e Melo *Conde de Oeiras e Marquês de Pombal*	Inspector-Geral do **Erário Régio**	1761.12.29 (n) 1762.01.11 (p)	1777.03.05
Pedro José de Noronha Camões Albuquerque Moniz e Sousa *Conde de Vila Verde e Marquês de Angeja*	Presidente do **Erário Régio**	1777.03.14(n) 1777.03.15 (p)	1788.03.11
Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva *Visconde de Vila Nova de Cerveira e Marquês de Ponte de Lima*	Presidente do **Erário Régio**	1788.03.12 (n) 1788.03.18 (p)	1800.11.23 (f)
Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho *Conde de Linhares*	Presidente do **Erário Régio**	1801.01.06 (n) 1801.01.12 (p)	1803
Luís de Vasconcelos e Sousa *Conde de Figueiró*	Presidente do **Erário Régio**	1803.08.31 (n) 1803.09.10 (p)	1807.11.26 a 1809.01.10 b
Pedro de Melo Breyner	Presidente do **Erário Régio**	1807.11.26 (n)	1808.02.01
François-Antoine Herman	Administrador Geral das Finanças	1807.12.03 (n) 1807.12.05 (p)	
	Secretário de Estado encarregado da Repartição do Interior e das Finanças	1808.02.01 (n)	1808.09.14

No Brasil

Fernando José de Portugal e Castro *Conde e Marquês de Aguiar*	Presidente do **Erário Régio**	1808.03.11 (n)	1817.01.24 (f)
João Paulo Bezerra de Seixas	Presidente do **Erário Régio**	1817.06.28	1817.11.29 (f)
Tomás António de Vilanova Portugal	Presidente do **Erário Régio**	1817.11.30	1821.01
Diogo de Meneses d'Eça *Conde da Lousã*	Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Erário Régio.	1821.02.26 (n)	

a Data em que o príncipe regente D. João, antes da partida da família real para o Brasil, nomeou um Conselho de Governadores, do qual fazia parte Pedro de Melo Breyner como Presidente do Erário Régio.
b Data da provisão e decreto (no Rio de Janeiro) aposentando Luís de Vasconcelos e Sousa das funções de Presidente do Erário Régio.

No Reino

Titular	Cargo	Início de funções	Termo de funções
Cipriano Ribeiro Freire	Director do **Erário Régio**	1809.01.10 (n)	1809.10.25
Fernado Maria de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses *Conde do Redondo e Marquês de Borba*	Presidente do **Erário Régio**	1809.10.25 (n) 1809.10.31 (p)	
Manuel Fernandes Tomás	Administrador Geral do **Erário Régio,** com a jurisdição da Presidência	1820.10.04 (n) 1820.10.07 (p)	1820.11.11 (f)
Manuel António Maria Baltazar de São Paio de Melo e Castro e Torres de Lusignan *Conde e Marquês de São Paio*	Administrador Geral do **Erário Régio** e encarregado da Repartição dos Negócios da Fazenda	1820.11.13(n) 1820.11.14(p)	
Francisco Duarte Coelho	Administrador e Presidente do Tesouro Público Nacional	1821.01.30(n) 1821.02.10(p)	1821.09.07
José Inácio da Costa	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1821.09.07(n) 1821.09.25(p)	
Sebastião José de Carvalho	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Público Nacional	1822.04.08(n) 1822.04.12(p)	1823.05.28
José Xavier Mouzinho da Silveira	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda (a que estava anexa a Presidência do Tesouro Público Nacional)	1823.05.28(n) 1823.05.30(p)	1823.06.10
Pedro de Sousa Holstein *Conde, Marquês e Duque de Palmela*	Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do **Erário Régio**	1823.06.19	1823.06.20
Henrique Teixeira de Sampaio *Barão de Teixeira e Conde da Póvoa*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do **Erário Régio**	1823.06.21(n) 1823.06.26(p)	1825.01.15

Titular	Cargo	Início de funções	Termo de funções
Miguel António de Melo *Conde de Murça*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Real Erário	1825.01.15(n) 1825.01.24(p)	
Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo Branco *Conde e Barão de Sobral*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e, provisoriamente Presidente do **Erário Régio**	1826.08.01(n) 1826.08.05(p)	
Pedro de Melo da Cunha Mendonça e Meneses *Marquês de Olhão e Conde de Castro Marim*	Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do **Erário Régio**	1827.06.09	1827.06.11
Manuel António de Carvalho *Barão de Chanceleiros*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Público	1827.06.17(n) 1827.06.18(p)	1828.02.26

Reinado de D. Miguel

Diogo de Meneses d'Eça *Conde da Lousã*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Público	1828.02.26(n) 1828.02.29(p)	1833.08.01
Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque	Ministro e Secretário de Estado em todas as repartições do Reino, na Terceira	1830.03.15(n)	1831.07.02
José António Ferreira Brak-Lamy	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, do Reino, da Fazenda e Estrangeiros, na Terceira	1831.07.02(n)	1831.10.10
José Dionísio da Serra	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, do Reino, Eclesiásticos e da Justiça, na Terceira	1831.10.10(n)	1832.03.03
José Xavier Mouzinho da Silveira	Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1832.03.03(n) (na Terceira)	

Titular	Cargo	Início de funções	Termo de funções
José Xavier Mouzinho da Silveira (Cont.)	Presidente do Tribunal do Tesouro Público	1832.05.16 (na Terceira)	1832.12.03 (no Porto)
José da Silva Carvalho	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1833.01.12 (no Porto)	1835.05.27 (em Lisboa)
Francisco António de Campos *Barão de Vila Nova de Foz Côa*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1835.05.27(n)	1835.07.15
José da Silva Carvalho	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1835.07.15(n)	1835.11.18
Francisco António de Campos *Barão de Vila Nova de Foz Côa*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1835.11.18(n)	1836.04.06
José da Silva Carvalho	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1836.04.20(n)	1836.09.10
Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo *Barão, Visconde e Marquês de Sá da Bandeira*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1836.09.10(n)	1836.11.04
João Gualberto de Oliveira *Barão e Conde do Tojal*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1837.06.01(n)	1838.04.17
Manuel António de Carvalho *Barão de Chanceleiros*	Interinamente Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Público	1838.04.17	1839.11.26
Flórido Rodrigues Pereira Ferraz *Visconde de Castelões*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Inspector Geral do Tesouro Público	1839.11.26(n)	1841.01.28
Manuel Gonçalves de Miranda	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1841.01.28(n)	1841.03.12
João Gualberto de Oliveira *Barão e Conde do Tojal*	Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1841.03.12(n)	1841.06.09
António José de Ávila *Conde, Marquês e Duque de Ávila e Bolama*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda	1841.06.09(n)	1842.02.09

Titular	Cargo	Início de funções	Termo de funções
João Gualberto de Oliveira *Barão e Conde do Tojal*	Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Público	1842.02.24(n)	
Marcelino Máximo de Azevedo e Melo *Visconde de Oliveira*	Presidente do Conselho Fiscal de Contas	1844.09.18(n) 1844.10.15(p)	1849.11.10
José Joaquim Gomes de Castro *Conde e Visconde de Castro*	Presidente do Tribunal de Contas	1849.11.10 (np)	1850.07.25
Flórido Rodrigues Pereira Ferraz *Visconde de Castelões*	Presidente do Tribunal de Contas	1850.07.25(n)	1853.10.13
José António de Sousa Azevedo *Visconde de Algés*	Presidente do Tribunal de Contas	1855.08.25(n)	1857.10.19
Venâncio Pinto do Rego Ceia Trigueiros *Barão de Porto de Mós*	Presidente do Tribunal de Contas	1858.04.30(n)	1864.11.16
José Joaquim Lobo *Visconde de S. Bartolomeu*	Presidente do Tribunal de Contas	1864.11.16	1868.12.26(f)
António de Paiva Pereira da Silva	Presidente do Tribunal de Contas	1868.12.30(n)	1878.10.05(f)
António de Serpa Pimentel	Presidente do Tribunal de Contas	1886.08.12(n)	1900.03.02(f)
Augusto César Barjona de Freitas	Presidente do Tribunal de Contas	1900.05.02(n)	1900.07.23(f)
Henrique da Gama Barros	Presidente do Tribunal de Contas	1900.07.27(n)	1911.04.11
José Barbosa	Presidente do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado	1915.05.26	
José Barbosa	Presidente do Conselho Superior de Finanças	1919.05.08	1923.09.04(f)
António de Paiva Gomes	Presidente do Conselho Superior de Finanças	1924.01.05(e)	1926.05.14
Amílcar da Silva Ramada Curto	Presidente do Conselho Superior de Finanças	1926.05.15(e)	1926.07.27
António José Claro	Presidente do Conselho Superior de Finanças	1926.07.28(n) 1926.07.30(p)	1930.10.25
António José Claro	Presidente do Tribunal de Contas	1930.10.25	1931.09.11(f)
António Joaquim Ferreira da Fonseca	Presidente do Tribunal de Contas	1932.01.15(n)	1937.06.22(f)

Titular	Cargo	Início de funções	Termo de funções
Domingos Luiselo Alves Moreira	Presidente do Tribunal de Contas	1937.07.26(n) 1937.07.31(p)	1947.06.06(f)
Artur Aguedo de Oliveira	Presidente do Tribunal de Contas	1948.11.18(n) 1948.11.20(p)	1964.04.30
Abílio Celso Lousada	Presidente do Tribunal de Contas	1965.10.21(n) 1965.10.24(p)	1969.01.31
António Manuel Gonçalves Ferreira	Presidente do Tribunal de Contas	1973.11.09(n) 1973.11.14(p)	1975.06.11
João de Deus Pinheiro Farinha	Presidente do Tribunal de Contas	1977.06.06(n) 1977.06.29(p)	1986.06.05
António Luciano Pacheco de Sousa Franco	Presidente do Tribunal de Contas	1986.06.05(n) (p)	1995.10.06

(e) eleito pelos Vogais.
(f) data de falecimento.
(n) data de nomeação.
(p) data de posse.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC)

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo das provisões e cartas régias expedidas para Angola : 1804-1833. Nº. 4195.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de avisos, portarias e provisões da Contadoria do Rio de Janeiro : 1793-1827. Nº. 4101.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de cartas e provisões expedidas ao governador da Praça de Moçambique : 1769-1832. Nº. 4040.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de ordens dirigidas à Junta da Real Fazenda da Capitania das Ilhas dos Açores ou Junta da Administração e arrecadação da Real Fazenda das Ilhas dos Açores : 1804-1828. Nº. 3725.

- AHTC. Erário Régio : Livro de entradas e saídas dos requerimentos na Contadoria Geral da Província da Estremadura : 1813-1823. Nº. 2503.

- AHTC. Erário Régio : Livro de entradas e saídas dos requerimentos na Contadoria Geral da Província da Estremadura : 1824-1828.Nº. 2504.

- AHTC. Erário Régio : Livro de posses [dos funcionários do Erário Régio]. Nº. 461.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo da posse dos ministros (Juizes de fora, Corregedores, Ouvidores e provedores) : 1795-1828. Nº. 3666.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo das posses e suspensões dos Ministros da Estremadura (Juizes de fora, Juizes dos Órfãos corregedores e Provedores) : 1806-1832. Nº. 2526.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo das provisões e cartas régias expedidas para Angola : 1804-1833. Nº. 4195.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de cartas e provisões expedidas para Cabo Verde e Guiné : 1796-1833. Nº. 4208.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de cartas para os ministros e mais exactores da Fazenda Pública expedidas pelo Erário Régio na Contadoria das Províncias : 1825-1827. Nº. 3627.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de cartas para os ministros e mais exactores da Fazenda Pública expedidas pelo Erário Régio na Contadoria das Províncias : 1828. Nº. 3628.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de consultas feitas e respectivas resoluções de Sua Majestade : 1827-1832. Nº. 2239.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real : 1820-1822.

Nº. 427.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real : 1822-1824. Nº. 428.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do tesouro Real : 1783-1785. Nº. 413.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real : 1789 - 1790. Nº. 416.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real : 1764-1768. Nº. 406.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real : 1764-1768. Nº. 407.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real : 1764-1768. Nº. 429.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real : 1764-1768. Nº. 430.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real : 1764-1768. Nº. 431.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos e ordens que vêm do Rio de Janeiro para o Real Erário : 1808-1820. Nº. 450.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos, avisos, portarias e alvarás : 1822-1827. Nº. 2535.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos, avisos, portarias e alvarás : 1827-1833. Nº. 2536.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos, ordens, portarias e avisos da Contadoria das Províncias : 1822-1826. Nº. 3588.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de decretos, portarias e avisos de pagamentos : 1826-1833. Nº. 2221.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de informações e representações : 1831-1833. Nº. 4369.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de ordens expedidas para a Baía : 1803-1827. Nº. 4221.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de ordens que se expediram aos ministros : 1788-1806: Nº. 2537.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de ordens que se expediram aos ministros : 1806-1833: Nº. 2538.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo de ordens recebidas na Tesouraria Mor do Erário Régio : 1832-1833. Nº. 449.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo dos ofícios remetidos pela Tesouraria Mor da Corte do Rio de Janeiro para o Erário Régio : 1811-1820. Nº. 452.

- AHTC. Erário Régio : Livro de registo geral do resumo das ordens recebidas no Real Erário na Corte do Rio de Janeiro : 1809-1820. Nº. 451.

- AHTC. Tesouro Público : Livro do assento do presidente, vogais e mais dos empregados na Comissão de Liquidação do Extinto Erário, formalizado em conformidade do que determina o decreto de 14 de Set. de 1833 e mais ordens posteriores : 1833 (?). Nº. 13.

- AHTC. Tesouro Público : Livro do registo de decretos : 1833-1835. Nº. 12.

- AHTC. Tesouro Público : Ofícios expedidos sobre negócios tratados pelo Conselho Directivo e que são expedidos (pelo Presidente?) e Secretaria do Tribunal de Contas : 1850-1857. Nº. 15.

- AHTC. Tesouro Público e seu sucessores : Livro das Posses : 1889-1948.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Actas (Lº. 1º.) : 1849-1853.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Actas (Lº. 2º.) : 1853-1856.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Actas (Lº. 3º.) : 1856-1859.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Actas das sessões : 1925-1928.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Actas dos julgamentos : 24/11/1908 a 23/06/1917.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Autos de posse : 1844 - 1851. Nº. 17.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Cadernos de vencimento :1923-1924.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Cadernos de vencimento :1926-1927.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Cadernos de vencimento :1922-1924.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Empregados do quadro da contadoria do Tesouro Público : 1834. 1834-1841. Nº. 20.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Livro do Assentamento geral dos conselheiros do Tribunal e seus empregados : 1866-1910.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Livro do Assentamento dos Conselheiros e mais empregados do Tribunal de Contas : 1845. Nº. 19.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Registo das nomeações dos conselheiros do Tribunal e seus empregados : 1868.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Registo de cartas e provimentos : 1845-1860. Nº. 14.

- AHTC. Tesouro Público e seus sucessores : Termos de posse. Nº. 18.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

- IAN/TT. Bacharéis. Mº 53, n.º 6.

- IAN/TT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Requerimentos, Cx. 33.

Arquivo da Universidade de Coimbra

- AUC. L. Certidões de Idade : 1772-1833. IV/1ª D/5/2/14. N.º 16.

- AUC. Actos e Graus. Lº 1.

- AUC. Actos e Graus. Lº 2.

- AUC. Actos e Graus. Lº 3.

- AUC. Actos e Graus. Lº 5.

- AUC. Actos e Graus. Lº 9.

- AUC. Actos e Graus. Lº 94.

- AUC. Actos e Graus. Lº 95.

- AUC. L. Certidões de Idade : 1772-1833. IV/1ª D/5/2/29. N.º. 65.

- AUC. L. Certidões de Idade : 1772-1833. IV/1ª D/5/2/17. N.º 27.

- AUC. L. Certidões de Idade : 1772-1833. IV/1ª D/5/2/21. Nº68.

- AUC. L. Certidões de Idade : 1772-1833. IV/1ª D/5/2/36. N.º 53

- AUC. L. Certidões de Idade : 1772-1833. IV/1ª D/5/2/43. N.º 25.

- AUC. L. Certidões de Idade : 1772-1833. IV/1ª D/5/2/71. N.º 43.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa

- AHCML. Assentamentos do Senado, n.º 8 (1770-1833).

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA - Marquês de Sá da Bandeira : 1º centenário da sua morte. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1981.

- ALGUNS Juízes, vogais e funcionários do antigo Tribunal de Contas, do Conselho Superior de Finanças e do actual Tribunal de Contas que se destacaram na vida política, administrativa, intelectual e social da nação. Lisboa. Boletim da Direcção-Geral do Tribunal de Contas. Nº 5 (1954), p. 6-10.

- AMEAL, João - D. João VI e o Brasil. Lisboa : Academia das Ciências, 1965.

- BAÇAL, Abade de - Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança. [S.l. : s.n.], 1949.

- BARROS, Henrique da Gama - História da administração pública em Portugal : nos séc.s XII a XV. 2ª ed. Lisboa : Sá da Costa, 1945-1954.

- BESSA, José Marcelino de Almeida - Annexo ao manual parlamentar para uso dos senhores deputados da Nação Portuguesa. Lisboa : Imprensa Nacional. 1905.

- BESSA, José Marcelino de Almeida - Manual parlamentar para uso dos senhores deputados da nação portuguesa. Lisboa : Imprensa Nacional, 1901.

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - Seis estudos sobre o liberalismo português. Lisboa : Estampa, 1991.

- BULHÕES, Miguel de - A fazenda pública de Portugal. Lisboa : Imprensa Nacional, 1884.

- CAMPOS, Carlos Augusto da Silva -Almanach commercial de Lisboa. Lisboa : Typographia Universal, 1880-1891.

- CARDOSO, J. Alves - O visto do Tribunal de Contas em Portugal : algumas notas. Braga. Scientia Juridica : revista de direito comparado português e brasileiro. Vol. 39, n.º 223-228 (1990), p. 76-85.

- CARDOSO, José Luís - Manuel Fernandes Tomás : ensaio histórico-biográfico. Figueira da Foz : Secretariado Executivo das Comemorações do 1º Centenário, 1983.

- CARVALHO, A. M. de - Vida de Joaquim Máximo Lopes de Carvalho. Lisboa : Typ. da Empr. da História de Portugal, 1903.

- CASTELOT, André - La révolution française. [S.l.] ; Perrin, 1987.

- CASTRO, Armando - Significado histórico da obra de Mouzinho da Silveira. Lisboa. Revista de Estudos de Economia. Vol. 2, fasc. 3 (Set. 1949), p. 145-153.

- CASTRO, Zília Osório de (dir.) - Lisboa 1821 : a cidade e os políticos. Lisboa : Livros Horizonte, 1996.

- CEM anos do Banco Nacional Ultramarino na vida portuguesa. Lisboa : B.N.U., 1964.

- CHAGAS, Pinheiro - História de Portugal : popular e illustrada. 3ª ed. Lisboa : Emp. da História de Portugal, 1899.

- COELHO, Possidónio - Mouzinho da Silveira. Lisboa : Férin, 1918.

- CORREIA, Manuel de Melo; SILVA, António de Matos; LARA, António de Sousa - III anuário da nobreza de Portugal : 1985. Lisboa : Instituto Português de Heráldica, 1985-1987. 2 vols.

- COSTA, Mário - O Banco de Lisboa no edifício dos Paços do Concelho. Lisboa : [s.n.], 1963.

- COUTINHO, Domingos António de Sousa - O conde de Linhares, Dom Rodrigo Domingos António Sousa Coutinho. Lisboa : ed. do autor, 1908.

- DIAS, José Henrique Rodrigues - José Ferreira Borges : política e economia. Lisboa : INIC: Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 1988.

- DIAS, Pedro Augusto - Archeologia politico-litteraria: 1828 - 1834. Porto : Typ. Central de Avelino António Mendes Cerdeira, 1888.

- Elogio histórico do illustrissimo e execellentissimo Pedro de Mello Breyner. Lisboa : Imprensa Nacional, 1834.

- FARINHA, João de Deus Pinheiro - A função do Tribunal de Contas na sociedade democrática. Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 19 (Set. 1984), p. 10-23.

- FARINHA, João de Deus Pinheiro - O Tribunal de Contas na administração portuguesa. Lisboa. Democracia e Liberdade. N.º 11 (1979), p. 29-48.

- FRANCO, António de Sousa - Tribunal de Contas. In: Dicionário da História de Lisboa. Lisboa: Carlos Quintas e Ass., 1984, pag. 943-947.

- FRANCO, António de Sousa - Tribunal do Tesouro Público. In: Dicionário da História de Lisboa. Lisboa: Carlos Quintas e Ass., 1984, pag. 947-949.

- FRANCO, António de Sousa; PAIXÃO, Judite Cavaleiro - Erário Régio. In: Dicionário da História de Lisboa. Lisboa: Carlos Quintas e Ass., 1984, pag. 344-346.

- FRANCO, António de Sousa; PAIXÃO, Judite Cavaleiro - Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas e das instituições que o precedem : finais do séc. XIII - 31/12/1992. Lisboa : Tribunal de Contas, 1995.

- FRANCO, António de Sousa; PAIXÃO, Judite Cavaleiro; SANTOS, Maria Filomena Tavares - Origem e evolução do Tribunal de Contas de Portugal. Lisboa : Tribunal de Contas, 1992.

- FRONTEIRA, Marquês de - Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861. Coimbra : Imp. da Universidade, 1926-1931. 4 vols.

- GARRETT, Almeida - Memória histórica de J. Xavier Mouzinho da Silveira. [1849?]

- GONÇALVES, João Pires - A defesa e o solar do Esporão no termo de Monsaraz.

- GUERRA, Luís de Bivar; FERREIRA, Manuel Maria - Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas. Lisboa : Tribunal de Contas, 1950.

- HENRIQUES, Branca Braga de Macedo Castro - Dinâmica e presença da Associação comercial de Lisboa . Lisboa : Associação Comercial de Lisboa, 1984.

- HERCULANO, Alexandre - Mouzinho da Silveira ou la révolution portugaise. Opúsculos. T. 2, vol. 4 (1856).

- IRIA, Alberto - A invasão de Junot no Algarve. Lisboa : Tip. Inácio Pereira Rosa, 1941.

- LAPA, Albino - Conselheiro Ramada Curto. [S.l. : s.n.], 1940.

- LAPA, Albino - Governadores civis de Portugal. Lisboa : [s.n.], 1962.

- LOBO, José Joaquim Ferreira –As confissões dos ministros de Portugal : 1832 a 1871. Lisboa : Typographia Lisbonense, 1871.

- LOBO, José Joaquim Ferreira - Regimento do Tribunal de Contas : colligido e annotado. Lisboa, 1872.

- MANIQUE, António Pedro - Mouzinho da Silveira: liberalismo e administração pública. Lisboa : Horizonte, 1989.

- MARQUES, A. H. de Oliveira - Dicionário de maçonaria portuguesa. Lisboa : Delta, 1986. 2 vols.

- MARQUES, A. H. de Oliveira - História da maçonaria portuguesa. Lisboa : Presença, 1990. 2 vols.

- MARTINS, Fernando A. F. - Os 150 anos da promulgação da pauta geral das alfândegas de 1837. Sep. de Alfândega : Revista Aduaneira (4/86 e 5/87)

- MARTINS, Guilherme de Oliveira - O Ministério das Finanças: subsídios para a sua história no bicentenário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Lisboa: Ministério das Finanças, 1988.

- MARTINS, João Pedro de Oliveira - Portugal contemporâneo. 5ª ed. Lisboa : Guimarães ed., 1986. 2 vols.

- MARTINS, M. Abranches - Em Portugal houve sempre fiscalização de contas. Lisboa : Tribunal de Contas, 1959.

- MARTINS, Rocha - A corte de Junot em Portugal. Lisboa : Liv. Central de Gomes de Carvalho, 1910.

- MATTOSO, José (dir.) - História de Portugal. Lisboa : Círculo de Leitores, 1993.

- MELO, António de Oliveira; GUAPO, António Rodrigues; MARTINS, José Eduardo - O concelho de Alenquer : subsídios para um roteiro de arte e etnografia. Alenquer : Com. Mun. da Feira da Ascensão : Ass. para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer, 1984. Vol. 4 (1987).

- MENDES, Roberto de Espregueira - A evolução histórica dos caminhos de ferro portugueses. Lisboa : [s.n.], 1957.

- MENERES, Alfredo - Carvalhaes : traços históricos. Porto : Typograhia Sequeira, 1916.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - Do Conselho Superior de Finanças ao Tribunal de Contas. Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 26 (Jun. 1986), p. 101-107.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - Erário Régio : apogeu e ocaso. Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 15 (Set. 1983), p. 112-119.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - Inventário do fundo geral do Erário Régio : arquivo do Tribunal de Contas. Lisboa : Tribunal de Contas, 1977.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - O Conselho Fiscal de Contas : 1845-1849. Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 20 (Dez. 1984), p. 115-127.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - O Conselho Superior de Administração Financeira do Estado : 1911 - 1919.Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 24 (Dez. 1985), p. 82-86.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - O Tribunal de Contas : 1844-1911. Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 21 (Mar. 1985), p. 57-66.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - O Tribunal do Tesouro Público. Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 17 (Mar. 1983), p. 124-133.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - Presidentes do Real Erário. Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 16 (Dez. 1983), p. 61-77.

- MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - Presidentes do Tribunal de Contas : 1844-1911. Lisboa. Boletim trimestral do Tribunal de Contas. N.º 20 (Dez. 1984), p. 101-112.

- MOREIRA, Virgílio - As ideias e reformas de Mouzinho da Silveira. Lisboa. Revista de Estudos de Economia. Vol. 2, fasc. 3 (Set. 1949), p.179-181.

- NORTON, Luís - A Corte de Portugal no Brasil : notas, documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina. Lisboa : E.N.P., [s.d.].

- NOUVELLE biographie générale. Paris : Firmin Didot Frères, Fils et Cie., 1882-1886. 46 tomos.

- OLIVEIRA, Artur Aguedo de - A fiscalização financeira preventiva no direito português. Lisboa, 1959. (Comunicação apresentada no 3º Congresso Internacional das Instituições Superiores de Controle das Finanças Públicas).

- OLIVEIRA, Artur Aguedo de - O centenário do Tribunal de Contas. Lisboa, 1949.

- PAIXÃO, Judite Cavaleiro - 600 anos do Tribunal de Contas : 1385-1989 : um passado, uma história. Pref. António de Sousa Franco. Lisboa : Tribunal de Contas, 1989. (catálogo de exposição).

- PAIXÃO, Judite Cavaleiro - Arquivo histórico do Tribunal de Contas : memória das suas exposições : 1989 e 1990. Lisboa. Revista do Tribunal de Contas. N.º 778 (1990), p. 203-213.

- PAIXÃO, Judite Cavaleiro - O controlo das contas públicas : um passado, uma história. Lisboa. Revista do Tribunal de Contas. N.º 26 (1996), p. 323-347.

- PEREIRA, Angelo - D. João VI príncipe e rei. Lisboa : E.N.P., 1953-1958. 4 vols.

- PEREIRA, Ernesto da Trindade - Ensaios; A conta geral do estado; Da fiscalização financeira; Sobre o direito financeiro. Lisboa : Tribunal de Contas, 1965.

- PEREIRA, Ernesto da Trindade - O Tribunal de Contas. Lisboa : Tribunal de Contas, 1962.

- PERES, Damião - História do Banco de Portugal : 1821-1846. Lisboa : Banco de Portugal, 1971. 2 vols.

- PERES, Damião (dir.) - História de Portugal : edição comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. Barcelos : Portucalense ed., 1928-1929.

- PINTO, Albano da Silveira - Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal. Lisboa : Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883-1890.

- PORTUGAL. Câmara Corporativa - Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa : 1935-1936. Lisboa : Imprensa Nacional, 1937.

- PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (org.) - Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na época das Luzes. Lisboa : IAN/TT : FLAD, 1997.

- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Legislação do Tribunal de Contas. Anot. Joaquim Delgado. Lisboa : Tribunal de Contas, 1950.

- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Legislação do Tribunal de Contas. Compil. e anot. J. Henrique Almeida Lopes e J. Morais Cascalho. Lisboa : Tribunal de Contas, 1983.

- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Lei nº 98 / 97, de 26 de Agosto : lei de organização e processo do Tribunal de Contas. Lisboa : Tribunal de Contas, 1997.

- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. -Reforma do Tribunal de Contas. Lisboa : Tribunal de Contas, 1991.

- PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Secretaria Geral. Núcleo de Organização e Gestão de Pessoal - O MAI de A a Z : factos e leis. Lisboa : MAI, 1994.

- PORTUGAL. Ministério das Finanças - Exposição histórica do Ministério das Finanças :

notícia histórica dos seus serviços : catálogo : bibliografia. Lisboa : Ministério das Finanças, 1952.

- PORTUGAL. Museu Nacional do Traje - Parque do Monteiro-Mor. Lisboa : Instituto Português do Património Cultural, 1987.

- PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura - O arquivo da Casa de São Payo. Lisboa : Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

- PORTUGAL. Tribunal de Contas - As contas na história : colectânea de legislação sobre o Tribunal de Contas. Apres. António de Sousa Franco. Lisboa : Tribunal de Contas, 1995. 4 vols.

- PORTUGAL. Tribunal de Contas - Fundo documental do Doutor Aguedo de Oliveira. Lisboa : Tribunal de Contas, 1993.

- PORTUGAL. Tribunal de Contas - Tribunal de Contas : tradição e modernidade.. Lisboa : Tribunal de Contas, 1993.

- PORTUGAL. Tribunal de Contas . Gabinete do Conselheiro Presidente - Reforma do Tribunal de Contas: alguns textos : 1986-1989. Lisboa : Tribunal de Contas, 1989.

- RATTON, Jácôme – Recordações de Jácôme Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810. Lisboa : Fenda, 1992.

- REBELO, Manuel dos Anjos da Silva - Relações entre Angola e Brasil : 1808-1830. Lisboa : Agência-Geral do Ultramar, 1970.

- REIS, António (dir.) - Portugal contemporâneo. Lisboa : Alfa, imp. 1990-1992. 6 vols.

- REIS, Jaime - O Banco de Portugal : das origens a 1914. Lisboa : Banco de Portugal, 1996- .

- RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.) - Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis. Coimbra : Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

- SÁ, Manuel José Maria da Costa e – Elogio histórico do Illmo. E Exmo Snr Cypriano Ribeiro Freire. Lisboa : Academia Real das Ciências, 1842.

- SANTANA, Francisco - A Lisboa de Pombal. Lisboa : [Câmara Municipal], 1985. Sep. de Revista Municipal, n.º 13 (1985).

- SANTANA, Francisco - Onde nasceu Sebastião José ? Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1989. Anais da Academia Portuguesa da História, 2ª série, vol. 32, t. 2 (sep.).

- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos - Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos. Lisboa : Presença, 1988.

- SÃO CLEMENTE , Visconde - Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas. Porto : Typ. do Comércio do Porto, 1887-1892.

- SARAIVA, José Hermano - A companhia de seguros Bonança : notícia histórica. Lisboa : Bonança, 1992.

- SARAIVA, José Hermano - História de Portugal. Lisboa : Alfa, 1983-1985. 6 vols.

- SARAIVA, José Mendes da Cunha - A administração superior da Fazenda e os seus ministros. Lisboa : Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1952.

- SERRÃO, Joel (dir.) - Dicionário de História de Portugal. Porto : Figueirinhas, impr. 1989. 6 vols.

- SILVA, Andrée Mansuy Dinis - Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIIIe siècle : les micro-biographies (sources, méthode, étude de cas). LIsboa. Clio : Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa. Vol. 1 (1979), p. 21-65.

- SILVA, Inocêncio Francisco da - Dicionário bibliographico portuguez : estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa Imprensa Nacional, 1858-1972. 24 vols.
(Obra continuada, a partir do vol. 10 por outros autores)

- SILVA, Júlio Rodrigues da - As Cortes Constituintes de 1838-1838 : liberais em confronto. Lisboa : INIC, 1992.

- SILVA, Rebelo da - Varões ilustres das três épocas constitucionais. [S.l. : s.n., 19—]

- SILVEIRA, Mouzinho da - Obras. Ed. Miriam Halpern Pereira, Magda Pinheiro, Valentim Alexandre. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. 2 vols.

- SOARES, Ernesto (org.) - Inventário da colecção de estampas. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1975.

- SOARES, Ernesto; LIMA, Henrique de Campos Ferreira - Dicionário de iconografia portuguesa : retratos de portugueses e estrangeiros em relações com Portugal. Lisboa : Instituto de Alta Cultura, 1947-1960. 5 vols.

- SOUSA, Alfredo José de - A Reforma do Tribunal de Contas. Belo Horizonte. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. 1997, (15), p. 17-38.

- SOUSA, Alfredo José de - O futuro do Tribunal de Contas. Lisboa : Tribunal de Contas, 1994.

- SOUSA, Fernando de - Jornal de notícias : a memória de um século (1888-1988). Porto : [s.n.], 1988.

- SUBTIL, José - O Ministério das Finanças : 1801-1996 : estudo orgânico e funcional. Lisboa : Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro, 1996.

- TAVARES, José - Tribunal de Contas. Dicionário Jurídico da Administração Pública. Vol. VII, p. 452-487.

- TAVARES, José; MAGALHÃES, Lídio - Tribunal de Contas : legislação anotada com índice remissivo. Coimbra : Almedina, 1990.

- TEAGUE, Michael (compil.) - Abade José Correia da Serra : documentos do seu arquivo : 1751-1795. Lisboa : Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, cop. 1997.

- TEIXEIRA, Jorge - Origens, fundação e evolução da C.P.. Lisboa : Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, 1938.

- VELHO, B. T. de Morais Leite - Estudo histórico das relações diplomáticas e políticas entre a França e Portugal desde a constituição da monarquia portuguesa até à queda de Napoleon Bonaparte. Lisboa : Companhia Nacional, 1895.

- VIANNA, Helio - História do Brasil. 7ª ed. São Paulo : Edições Melhoramentos, 1970. 2 vols.

- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (org.) - Nobreza de Portugal : bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática. Lisboa : editora Enciclopédia, 1960. 3 vols.

Instituições e particulares contactados aos quais agradecemos toda a colaboração prestada

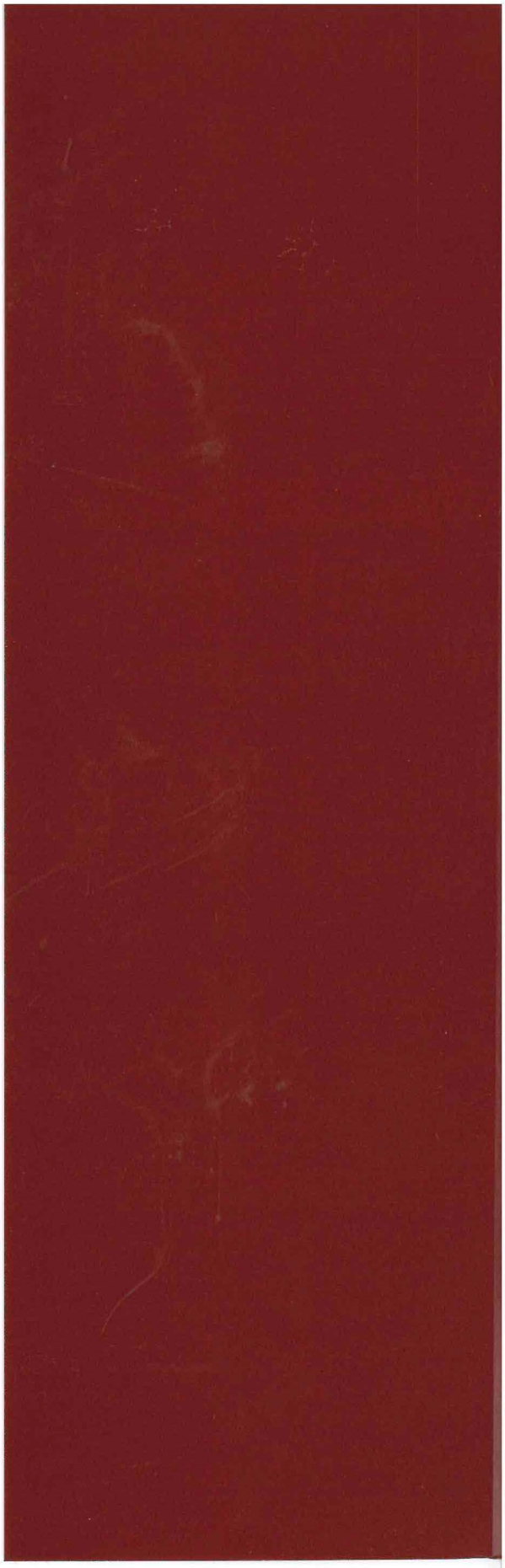
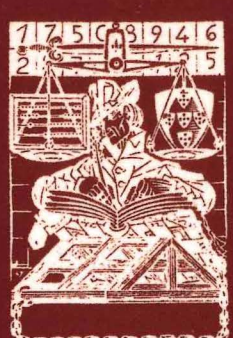
Abrunhosa, Senhora D. Maria João
Abrunhosa, Senhora D. Taciana
Academia das Ciências de Lisboa
Academia Nacional de Belas Artes
Academia Portuguesa de História
Almarjão, Sr. José Maria
Almeida d'Eça, Eng.º
Almeida Garrett, Dr. José Maria de
Almeida Garrett, Eng.º Gonçalo de
ANA - Aeroportos e Navegação Aérea
Arantes e Oliveira, Professor Doutor
Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian
Arquivo Distrital de Aveiro
Arquivo Distrital de Beja
Arquivo Distrital de Castelo Branco
Arquivo Distrital de Faro
Arquivo Distrital de Guarda
Arquivo Distrital de Leiria
Arquivo Distrital de Portalegre
Arquivo Distrital de Santarém
Arquivo Distrital de Setúbal
Arquivo Distrital de Viana do Castelo
Arquivo Distrital de Vila Real
Arquivo Distrital de Viseu
Arquivo Distrital do Porto
Arquivo Histórico da Maçonaria
Arquivo Histórico do Banco de Portugal
Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo
Arquivo Histórico Militar
Arquivo Histórico Municipal do Porto
Arquivo Histórico Ultramarino
Arquivo Municipal de Guimarães
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
Arquivo Nacional de Fotografia
Arquivo Público do Estado da Bahia (Brasil)
Arquivo Regional da Madeira
Arquivos Diocesanos de Lamego
Assembleia da República - Arquivo Histórico Parlamentar
Assembleia da República - Museu
Associação Comercial de Lisboa
Associação dos Amigos dos Caminhos-de-Ferro Portugueses
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Athaíde Soares de Albergaria, Dr. Augusto de
Banco Nacional Ultramarino - Núcleo de Documentação
Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Central
Biblioteca do Congresso (EUA)
Biblioteca Genealógica de Lisboa
Biblioteca Municipal de Oeiras
Biblioteca Municipal do Porto

Biblioteca Municipal Raul Brandão (Guimarães)
Biblioteca Nacional
Biblioteca Popular de Lisboa
Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo
Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora
Braamcamp Sobral, D. Salvador
Braamcamp Sobral, D. Diogo P.
Brak-Lamy Padesca de Balmori, Senhora D. Maria Julieta
C. P. - Caminhos de Ferro Portugueses
Câmara Municipal da Lousã
Câmara Municipal da Nazaré
Câmara Municipal de Castro Marim
Câmara Municipal de Chaves
Câmara Municipal de Guimarães
Câmara Municipal de Lamego - Biblioteca Municipal
Câmara Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico
Câmara Municipal de Lisboa - Arquivo Histórico
Câmara Municipal de Lisboa - Divisão de Gestão Cemiterial
Câmara Municipal de Lisboa - Gabinete de Estudos Olisiponenses
Câmara Municipal de Lisboa - Museu da Cidade
Câmara Municipal de Mirandela
Câmara Municipal de Moimenta da Beira - Biblioteca
Câmara Municipal de Murça
Câmara Municipal de Olhão - Arquivo Histórico
Câmara Municipal de Porto de Mós - Biblioteca
Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz
Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço - Biblioteca
Câmara Municipal de Torres Vedras - Divisão de Acção Social e Cultural
Câmara Municipal de Trancoso - Biblioteca
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
Câmara, Dr. Francisco Sousa da
Cardoso Pinto, Senhora D. Nazaré Lorena
Carvalho Neto, Senhora D. Maria Antónia Miranda
Carvalho, Dr. António Máximo Falé de (Alenquer)
Carvalho, Senhora D. Joana de (*Chanceleiros*)
Carvalho, Sr. Manuel Monteiro Lopes de (Alenquer)
Casa da Imprensa
Castelo-Branco, Professor Doutor Fernando
Cemitério de Oeiras
Cemitério do Alto de São João (Lisboa)
Cemitério do Lumiar (Lisboa)
Cemitério dos Prazeres
Centro Português de Fotografia
Cifka Duarte da Silva, Dr. Fernando Manuel
Círculo de Leitores
Companhia de Seguros Bonança
Conde da Póvoa
Condessa da Lousã
Condessa das Antas
Condessa de Sampaio
Conselho de Nobreza
Conservatória do Registo Civil de Lamego

Correia Guedes, Senhora Dra Natália
Crédito Predial Português
Crespo, Almirante Vítor
Cunha e Freitas, Dr. Eugénio
Cunha Mendonça e Meneses, Eng.º Frederico José da (*Olhão e Castro Marim*)
Cunha Reis, Dr. António
Cunha Ribeiro, Coronel Ângelo
Daupiàs d'Alcochete, Dr. Nuno
Diário de Notícias
Diário Insular
Direcção das Alfândegas de Lisboa
Direcção-Geral dos Transportes
Embaixada dos Estados Unidos
Fernandes, Dr. Hirondino
Ferro, Eng.º Luís Santos (Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento)
FINAGRA - Sociedade Industrial e Agrícola, S.A.
Fonseca, Senhora D. Maria Antónia Simões da
França, Dr. Pedro
Fundação da Biblioteca Nacional (Brasil)
Fundação da Casa de Bragança
Fundação das Casas de Fronteira e Alorna
Fundação Morais Sarmento (Guimarães)
Gabinete Português de Leitura (Bahia - Brasil)
Gonçalves Ferreira, Eng.º António Alberto
Governo Civil do Porto
Guapo, Prof. Rodrigues (Alenquer)
Guedes, Arqº Bénard
Instituto de Seguros de Portugal
Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Brasil)
Instituto Hidrográfico
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Instituto Português de Heráldica
Instituto Português de Museus
Jornal de Notícias - Centro de Documentação
Joyce,. Senhor José
Junta do Crédito Público - Biblioteca
Libânio, Senhora Dra Maria da Conceição
Lima, Professor Doutor Tomás Machado
Livraria Académica (Porto)
Livraria Bizantina
Livraria Histórica e Ultramarina
Lopes, Cónego Germano (Cúria Episcopal - Lamego)
Marques da Gama, Dr. Luís Filipe
Marquês de Rio Maior
Marquês de Sabugosa
Marquês de Valença
Mello, Senhora D. Teresa de (*Sabugosa*)
Mello, Senhora D. Maria Isabel de (*Sabugosa*)
Ministério da Economia - Biblioteca
Ministério da Justiça - Secretaria Geral
Ministério das Finanças
Ministério das Relações Exteriores (Brasil)
Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território - Biblioteca

e Arquivo Histórico
Ministério dos Negócios Estrangeiros - Administração Patrimonial
Ministério dos Negócios Estrangeiros - Arquivo Histórico
Ministério dos Negócios Estrangeiros - Biblioteca
Ministério dos Negócios Estrangeiros - Protocolo de Estado
Montalvão Machado, Dr. José Vicente
Mota, Sr. Fernando Pinheiro (Lamego)
Museu Carlos Machado (Ponta Delgada)
Museu da Assembleia da República
Museu de Angra do Heroísmo
Museu de Arte da Bahia (Brasil)
Museu de José Malhoa (Caldas da Rainha)
Museu de Lamego
Museu de Marinha
Museu do Abade de Baçal (Bragança)
Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco)
Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro)
Museu Imperial (Petrópolis - Brasil)
Museu Militar de Bragança
Museu Nacional de Arte Antiga
Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro)
Museu Nacional do Traje
Museu Nacional dos Coches
Oliveira Marques, Professor Doutor
Paiva Gomes, Senhora D. Maria de Jesus
Palácio Nacional de Queluz
Paróquia da Sé (Lamego)
Presidência da República
Presidência do Conselho de Ministros - Fototeca (Palácio Foz)
Publicações Alfa
Ramada Curto, Dr.
Ramos, Dr. Júlio
Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro)
Saldanha, Eng.º João Mário de
Sampaio e Mello, Senhora D. Maria Helena Fonseca Botelho
Santos Costa, Senhora Dra Matilde *(Sobral)*
Santos, Senhora Dra Maria Alcina R. Correia A.
Secretaria da Cultura do Estado da Bahia (Brasil)
Semanário Transmontano
Sindicato dos Jornalistas
Sociedade Histórica da Independência de Portugal
Sousa Franco, Dra Matilde
Sousa Lara, Professor Doutor
Sousa Lara, Senhora D. Maria do Carmo
Supremo Tribunal Administrativo
Supremo Tribunal de Justiça
Teague, Michael (American-Portuguese Society - Nova Iorque)
Trigueiros, Dr. João
Vaz de Carvalho, Dr. (Vila Real)
Vaz Preto, Eng.º António Abrunhosa
Videira, Senhora D. Isabel Joyce
Villa-Franca, Dr. Pedro
Visconde de Chanceleiros

ÍNDICE

- APRESENTAÇÃO POR ALFREDO JOSÉ DE SOUSA 5
- INTRODUÇÃO 13
- BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLO FINENCEIRO EM PORTUGAL 21
- SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO 31
- PEDRO JOSÉ DE NORONHA DE CAMÕES ALBUQUERQUE MONIZ E SOUSA 35
- TOMÁS XAVIER DE LIMA NOGUEIRA VASCONCELOS TELES DA SILVA 39
- RODRIGO DOMINGOS DE SOUSA COUTINHO 43
- LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA 47
- PEDRO DE MELO BREYNER 51
- FRANÇOIS-ANTOINE HERMAN 55
- CIPRIANO RIBEIRO FREIRE 59
- FERNANDO MARIA DE SOUSA COUTINHO CASTELO BRANCO E MENESES 63
- MANUEL FERNANDES TOMÁS 67
- MANUEL ANTÓNIO MARIA BALTAZAR DE SÃO PAIO DE MELO E CASTRO E TORRES DE LUSIGÑAN 71
- FRANCISCO DUARTE COELHO 75
- JOSÉ INÁCIO DA COSTA 79
- SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO 83
- JOSÉ XAVIER MOUZINHO DA SILVEIRA 87
- PEDRO DE SOUSA HOLSTEIN 93
- HENRIQUE TEIXEIRA DE SAMPAIO 99
- MIGUEL ANTÓNIO DE MELO 103
- HERMANO JOSÉ BRAANCAMP DE ALMEIDA CASTELO BRANCO 107
- PEDRO DE MELO DA CUNHA MENDONÇA E MENESES 111
- MANUEL ANTÓNIO DE CARVALHO 115
- DIOGO DE MENESES D´EÇA 119
- FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL E CASTRO 123
- JOÃO PAULO BEZERRA DE SEIXAS 127
- TOMÁS ANTÓNIO DE VILANOVA PORTUGAL 131
- LUÍS DA SILVA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE 135

• JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA BRAK-LAMY 139
• JOSÉ DIONÍSIO DA SERRA 143
• JOSÉ DA SILVA CARVALHO 147
• FRANCISCO ANTÓNIO DE CAMPOS 153
• BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA DE FIGUEIREDO 157
• JOÃO GUALBERTO DE OLIVEIRA 163
• FLÓRIDO RODRIGUES PEREIRA FERRAZ 167
• MANUEL GONÇALVES MIRANDA 171
• ANTÓNIO JOSÉ DE ÁVILA 175
• MARCELINO MÁXIMO DE AZEVEDO E MELO 179
• JOSÉ JOAQUIM GOMES DE CASTRO 183
• JOSÉ ANTÓNIO DE SOUSA AZEVEDO 187
• VENÂNCIO PINTO DO REGO CEIA TRIGUEIROS 191
• JOSÉ JOAQUIM LOBO 195
• ANTÓNIO DE PAIVA PEREIRA DA SILVA 199
• ANTÓNIO DE SERPA PIMENTEL 203
• AUGUSTO CÉSAR BARJONA DE FREITAS 207
• HENRIQUE DA GAMA BARROS 211
• JOSÉ BARBOSA 215
• ANTÓNIO DE PAIVA GOMES 219
• AMÍLCAR DA SILVA RAMADA CURTO 223
• ANTÓNIO JOSÉ CLARO 227
• ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA FONSECA 231
• DOMINGOS LUISELO ALVES MOREIRA 235
• ARTUR AGUEDO DE OLIVEIRA 239
• ABÍLIO CELSO LOUSADA 245
• ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES FERREIRA (RAPAZOTE) 249
• JOÃO DE DEUS PINHEIRO FARINHA 253
• ANTÓNIO LUCIANO PACHECO DE SOUSA FRANCO 259
• LISTA CRONOLÓGICA 265
• FONTES MANUSCRITAS 271
• BIBLIOGRAFIA 275
• INSTITUIÇÕES E PARTICULARES CONTACTADOS 283